

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**ANTONIO DYEGO VASCONCELOS GARCIA**

**HISTÓRIA E MEMÓRIAS SOBRE O BAIRRO “XUCURUS” EM PESQUEIRA:**  
**SUBSÍDIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DO MUNICÍPIO**

**RECIFE**  
**2022**

ANTONIO DYEGO VASCONCELOS GARCIA

**HISTÓRIA E MEMÓRIAS SOBRE O BAIRRO “XUCURUS” EM PESQUEIRA:  
SUBSÍDIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DO MUNICÍPIO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Pernambuco. **Área de concentração:** Ensino de História.

**Orientador:** Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Edson Hely Silva

RECIFE  
2022

Catálogo na Fonte  
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

G216h Garcia, Antonio Dyego Vasconcelos.  
História e memórias sobre o bairro “Xucurus” em Pesqueira :  
subsídios para o ensino de história do município / Antonio Dyego  
Vasconcelos Garcia. – 2022.  
125 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Edson Hely Silva.  
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de  
Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ensino de  
História, Recife, 2022.

Inclui referências, apêndice e anexos.

1. Memórias. 2. Índios Xukuru. 3. Pesqueira (PE) - História. 4.  
História - Estudo e ensino. I. Silva, Edson Hely (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-059)

ANTONIO DYEGO VASCONCELOS GARCIA

**HISTÓRIA E MEMÓRIAS SOBRE O BAIRRO “XUCURUS” EM PESQUEIRA:  
SUBSÍDIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DO MUNICÍPIO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Pernambuco. **Área de concentração:** Ensino de História.

**Aprovada em:** 12 / 08 / 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Edson Hely Silva (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Ricardo Pinto de Medeiros (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariana Albuquerque Dantas (Examinadora Externa)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dedicado à  
Minha Vó Ceci, minha Tia Donzinha e minha cunhada Clébia.  
Certo que de onde estiverem, estão felizes e comemorando comigo essa conquista!  
“Seo” Antonio Garcia, Meu Pai, Te amo! Sempre te amarei!

## AGRADECIMENTOS

Costumo dizer que existe um Dyego antes e outro depois do mestrado. Elaborar essa dissertação foi certamente uma das tarefas mais excitantes e complexas da minha vida, principalmente por dividir o foco da pesquisa com diversos contratempos comuns ao tempo da pandemia de Covid-19 e outras peculiaridades. Partida de entes queridos, doenças, complicações psicológicas e tantos outros fatores promoveram grande dificuldade ao curso do trabalho e dão um “sabor” especial a essa vitória. Entretanto, nada disso seria possível sem a ajuda de pessoas que colaboraram direta e indiretamente para o sucesso da dissertação, por isso venho nessas linhas externar minha sincera gratidão.

Na minha humilde opinião, gratidão é uma das mais bonitas palavras e importante atitude que todo ser humano deveria tomar, afinal de contas ser grato é compreender que sua caminhada não foi um ato solitário e foi possível graças à colaboração de diversas pessoas.

Gratidão ao povo Xukuru do Ororubá na figura do Cacique Marcos, sempre disposto em colaborar com a pesquisa e parte fundamental para a realização dessa Dissertação.

Gratidão ao meu orientador Prof. Edson Silva, que com imensa paciência e compreensão soube gerir os diversos conflitos e problemáticas no curso da produção do trabalho. Professor excepcional e de um coração imenso, faltam palavras para descrever sua prontidão e dedicação aos seus orientandos.

Gratidão à UFPE, na figura do secretário Manoel, sempre disposto a colaborar com o processo de pesquisa servindo de “abrigo” acadêmico para mim durante o primeiro ano do mestrado. Gratidão a todos/as professores/as que participaram desse processo: Juliana Alves, Adriana Paulo, Lucas Victor, Edson Silva, Marta, Eleta, Lúcia Falcão, Maria Thereza Didier, Ricardo Pinto, Isabel Guilen e Mariana Dantas. Todas as orientações durante as aulas foram “tijolos” fundamentais para a construção deste trabalho.

Gratidão aos meus imensos e eternos amigos de luta do ProfHistória: Aluísio, Geison, Millena, Júlia, Williams, Pedro, Mayara, Gabriel, Ian, Leonardo, Lucas, Iris, Adinaly, Paulo e Emerson. Apesar da distância e do silêncio, saibam que amo muito cada um de vocês e eternamente tem lugar cativo no meu coração! Sem vocês nada disso aconteceria.

Gratidão a todos os entrevistados, graças a eles a história do Povo Xukuru do Ororubá ganha mais uma “página” que certamente servirá de pilar para o desenvolvimento de novos trabalhos a fim de haurir protagonismo a esse brioso povo.

Gratidão aos meus amigos Karl Mirko e José Lopes, grandes incentivadores de minha jornada e torcedores ferrenhos do sucesso desse trabalho, certamente comemoraremos juntos essa conquista. Gratidão ao meu casal incrível Anderson “Vida” e Suzy “Pequena Notável”, que não moveram esforços para buscar acolhida para mim no Recife e sempre estiveram ao meu lado durante toda essa jornada. Amo vocês e jamais esquecerei o que fizeram por mim.

Gratidão ao Colégio Santa Dorotéia na figura da Diretora Macirajara de Freitas Ramos e da Coordenadora Estela Almeida, e ao Educandário Imaculada Conceição na figura das Diretoras Carmem Dolores e Lúcia Helena e do Coordenador Jussandro Plácido pelo apoio e paciência constantes no decorrer de uma pesquisa que demanda ausências, frustrações e motivação. Pilares fundamentais para meu encorajamento em seguir adiante com o trabalho.

Gratidão aos meus alunos, que desde o começo da pesquisa acompanharam cada passo, comemoraram cada vitória e consolaram cada tristeza. Acreditem, tem um pedacinho de cada um de vocês nesse trabalho.

Gratidão a Professora Rosani Maciel por todo seu empenho e apoio para a finalização do trabalho e auxílio em sua formatação, suas orientações e ideias jamais serão esquecidas! Conte comigo sempre!

Gratidão aos meus familiares: Antonio Garcia, meu pai, homem de fibra e coragem que me ensinou a nunca desistir e seguir em frente mesmo na pior das tormentas. Segue vivo em meus pensamentos e orações. Te amo meu velho! Onde estiver, nunca te esquecerei! Djanira Cordeiro, minha mãe, que em sua doçura sempre demandou tempo para rezar por mim e, como ela mesma diz: “colocar o filho nas mãos de Deus”. João Casimiro, meu irmão, que sempre extraiu o melhor de mim com incentivos e bons exemplos. Como sempre digo a ele: “Te amo, cara!”. Lúcia Cordeiro, minha tia, grande professora e incentivadora. Ela dizia que o sonho dela era me ver com meu mestrado concluído. Realizamos! Edna Maria, minha sogra e segunda mãe, que cuida de mim constantemente, sempre preocupada com meu bem-estar, foi um grande sustentáculo para me fornecer tempo para concluir minha dissertação. Laurinha, Luiz, Pedro e Lawra, meus filhos e sobrinhos, maiores motivações para eu seguir adiante, mesmo em te idade possuem uma força gigante para me reerguer e me fazer retomar o caminho.

Um espaço especial para o grande amor da minha vida: Ana Cristina dos Santos Garcia, minha esposa, que diariamente me ensina como posso me tornar um ser humano melhor, buscando sempre extrair o melhor da minha dedicação, foi a grande mentora motivacional do mestrado nunca permitindo que o desânimo me abatesse. Te amo e sempre te amarei!

## RESUMO

Esta pesquisa versou sobre os indígenas Xukuru do Ororubá habitando o Bairro “Xucurus” na cidade de Pesqueira e como a História e as memórias dos indígenas, podem ser subsídios para o ensino nas escolas da rede privada e pública na citada cidade de acordo com a determinação da Lei nº 11.645/2008 tornando obrigatória a temática indígena nos currículos da Educação Básica. Como recorte histórico, desde o final do Século XIX até a primeira metade do século XX a cidade de Pesqueira ficou conhecida pela potencial quantidade de indústrias do ramo de doces e conservas, em específico a Indústria Carlos de Britto (Fábrica Peixe) apesar das saudosas afirmações de alguns moradores ratificando eventual “progresso” econômico da cidade no período, apontamos exemplos de evidente desigualdade social e invisibilização, principalmente em relação ao povo indígena Xukuru do Ororubá. Com o esbulho de suas terras e a negação de suas manifestações culturais pela elite pesqueira em favor da manutenção da produção de gêneros alimentícios nas terras da Serra do Ororubá, conseqüentemente os Xukuru migraram para terras na área urbana de Pesqueira em busca de remota sobrevivência formando bairros como o “Xucurus”. A pesquisa bibliográfica foi baseada em livros, dissertações, revistas e jornais do período buscando compreender a situação social, política e econômica da cidade de Pesqueira e como essas circunstâncias afetaram os Xukuru do Ororubá e o bairro “Xucurus”. Foi realizada uma pesquisa a partir de entrevistas com moradores no bairro “Xucurus”, comerciantes, professores e representantes do povo Xukuru do Ororubá objetivando conhecer situações específicas de memória e cotidiano do bairro com importante participação dos Xukuru na sua formação. Como produto didático será realizado um *podcast* intitulado “Fala Xucurus” publicado na plataforma *YouTube* onde os entrevistados contarão histórias sobre a história do Bairro “Xucurus” e suas referências indígenas. Histórias como a do bairro “Xucurus” evidenciando a piramidal necessidade em pesquisar sobre cidades onde os protagonismos indígenas ocorrem, mas são invisibilizados pela elitização da história local. Importante considerar as possibilidades de utilização desse material nas escolas da rede privada e pública no município para além do livro didático, como cumprimento a Lei nº 11.645/2008 e possibilitando aos estudantes olhares outros sobre as manifestações socioculturais indígenas para promover o (re)conhecimento e respeito aos povos indígenas, como em Pesqueira no caso do povo Xukuru do Ororubá.

**Palavras-chaves:** memórias; xukurus; história; ensino e aprendizagem.



## ABSTRACT

This research was about the indigenous Xukuru do Ororubá inhabiting the “Xucurus” neighborhood in the city of Pesqueira, Brazil, and how the history and memories of the indigenous people can be subsidies for teaching in private and public schools in the aforementioned city according to with the determination of Law nº 11.645/2008 making the indigenous theme mandatory in the curriculum of Basic Education. As a historical background, from the end of the 19th century to the first half of the 20th century, the city of Pesqueira became known for the potential number of industries in the sweets and preserves sector, especially the Carlos de Britto Industry (Fábrica Peixe), despite the With the nostalgic statements of some residents ratifying possible economic “progress” in the city in the period, we point out examples of evident social inequality and invisibility, especially in relation to the Xukuru do Ororubá Indigenous People, with the dispossession of their lands and the denial of their cultural manifestations by the elite. in favor of maintaining the production of foodstuffs in the lands of Serra do Ororubá, consequently the Xukuru migrated to lands in the urban area of Pesqueira in search of remote survival, forming neighborhoods such as “Xucurus”. The bibliographic research was based on books, dissertations, magazines and newspapers of the period, seeking to understand the social, political and economic situation of the city of Pesqueira and how these circumstances affected the Xukuru do Ororubá and the “Xucurus” neighborhood. Oral research was carried out based on interviews with residents of the “Xucurus” neighborhood, merchants, teachers and representatives of the Xukuru people of Ororubá, aiming to know specific situations of memory and daily life of the neighborhood with an important participation of the Xukuru in its formation. As a didactic product, a podcast entitled “Fala Xucurus” will be developed, published on the YouTube platform, where respondents will tell stories about the history of the “Xucurus” Neighborhood and its indigenous references. Stories like the one from the “Xucurus” neighborhood reveal the pyramidal need to research cities where indigenous protagonism exists, but is made invisible by the elitism of local history. It is important to consider the possibility of using this material in private and public schools in the municipality with a transversal methodology that goes beyond the textbook, in compliance with Law and respect for indigenous peoples, as in Pesqueira in the case of the Xukuru people of Ororubá.

Keywords: memories; xukurus; history; teaching and learning.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Página do Correio de Pesqueira de 29/05/1928.....	32
<b>Figura 2</b> – Notícia no jornal Diário de Pernambuco.....	35
<b>Figura 3</b> -Cacique “Xicão” discursa durante audiência de lideranças indígenas com o Governador Miguel Arraes, no Palácio Campo das Princesas (Recife/PE), em 30/01/1996. ....	38
<b>Figura 4</b> - Cacique Marcos Xukuru no centro de Pesqueira na descida após a Assembleia Xukuru do Ororubá (2019). ....	40
<b>Figura 5</b> - Mapa de setor urbano do Bairro Xucurus em Pesqueira - PE. ....	43
<b>Figura 6</b> - Vista do Bairro do Xucurus em 1955 .....	44
<b>Figura 7</b> - Passagem do Riacho da Mandioca - Sem data. ....	45
<b>Figura 8</b> - Diário de Pernambuco. ....	46
<b>Figura 9</b> - Clube dos 50 de Pesqueira, sem data.....	50
<b>Figura 10</b> – A chegada dos caminhões de tomate à Fábrica Peixe, sem data.....	53
<b>Figura 11</b> – Manchete do Jornal “A voz de Pesqueira”.....	56
<b>Figura 12</b> – Uma das casas da Família Brito, proprietária da Fábrica Peixe em Pesqueira. ..	57
<b>Figura 13</b> - Rua Coronel Leonardo, bairro “Xucurus”, em 1990. Em pouco mais de duas décadas os aspectos das casas continuam semelhantes.....	61
<b>Figura 14</b> - Rua Coronel Leonardo, bairro “Xucurus”, em 2014. Em pouco mais de duas décadas os aspectos das casas continuam semelhantes. ....	61
<b>Figura 15</b> – Casa onde existia “Fábrica de Seu Dão”. Na década de 1990 foi sede do “Palmeiras do Xucurus”, time de futebol amador do bairro. ....	65
<b>Figura 16</b> – “Venda do Seu Neco” (Seu Neco aparece à esquerda), fotografia de 1990. A casa comercial existe na atualidade no Bairro “Xucurus”.....	66
<b>Figura 17</b> – “Venda do Seu Neco”, 2017. ....	67
<b>Figura 18</b> – Trecho de reportagem do Diário de Pernambuco, 24 de Junho de 1973. ....	68
<b>Figura 19</b> – Pedra de João Queimado, 1990. Moradia de “João Queimado” e a esposa “Maria Queimada”.....	69
<b>Figura 20</b> – Ato público em 20 de maio de 2016, no bairro do Xucurus em frente à Escola João XXIII, local do assassinato do Cacique Xikão em 1998.....	72
<b>Figura 21</b> – Celebração da missa de encerramento dos festejos a São João Batista, padroeiro do bairro “Xucurus”, em 25 de junho de 2018. ....	73
<b>Figura 22</b> – Igreja Adventista do Sétimo Dia no bairro “Xucurus”. Março de 2012. ....	73

<b>Figura 23</b> – Inauguração da Unidade Básica de Saúde – “Xucurus”. Dezembro de 2015.....	74
<b>Figura 24</b> – Escola Paulo Melo, bairro do “Xucurus”, 2020.....	75
<b>Figura 25</b> – Entrada da escola IEA, bairro do “Xucurus”, em 2020 .....	75
<b>Figura 26</b> – Página de apostila do 6º ano do Ensino Fundamental do Sistema de Ensino GGE .....	83
<b>Figura 27</b> – Interface do Anchor by Spotify.....	94

## **LISTA DE SIGLAS**

AIB	Ação Integralista Brasileira
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GGE	Grupo Gênese de Ensino
IBASP	Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade aos Povos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Ensino Advir
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>AS ORIGENS DO BAIRRO “XUCURUS” E A PRESENÇA INDÍGENA NA.....</b>	<b>21</b>
	<b>CIDADE DE PESQUEIRA .....</b>	<b>21</b>
2.1	Sobre a presença indígena nas cidades .....	21
2.2	Sobre os Xukuru do Ororubá e Pesqueira .....	27
2.3	Um bairro com o nome de um povo: “o Xucurus” .....	42
<b>3</b>	<b>OS INDÍGENAS OPERÁRIOS NAS FÁBRICAS E O COTIDIANO NO BAIRRO</b>	<b>48</b>
	<b>“XUCURUS” .....</b>	<b>48</b>
3.1	Sobre o “desenvolvimento” industrial em Pesqueira e as dificuldades dos indígenas operários no Bairro “Xucurus” .....	48
3.2	Sobre o cotidiano do Bairro “Xucurus”: as narrativas sobre um bairro habitado por indígenas e não-indígenas.....	58
3.3	O “Xucurus” na atualidade e os indígenas: “Nosso lugar é aqui também!” .....	70
<b>4</b>	<b>A TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA EM PESQUEIRA .....</b>	<b>77</b>
4.1	O ensino privado e a temática indígena: antigos problemas e novos desafios.....	77
4.2	A prática docente e a temática indígena sob a égide da Lei nº 11.645/2008 e da BNCC .....	85
4.3	Produto Final: o indígena nos espaços urbanos e a sala de aula: uma proposta pedagógica ..	92
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>103</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
	<b>APÊNDICE A - ENTREVISTAS.....</b>	<b>108</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
	<b>ANEXO A – TÍTULO DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO .....</b>	<b>110</b>
	<b>ANEXO B – O QUE É UM PODCAST?.....</b>	<b>111</b>
	<b>ANEXO C – EXEMPLOS DE PODCASTS SOBRE HISTÓRIA.....</b>	<b>112</b>
	<b>ANEXO D – OBJETIVOS DO PODCAST.....</b>	<b>113</b>
	<b>ANEXO E – SUGESTÃO DE IDENTIDADE VISUAL.....</b>	<b>114</b>
	<b>ANEXO F – PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....</b>	<b>115</b>
	<b>ANEXO G – SOFTWARES E PLATAFORMAS DE EDIÇÃO .....</b>	<b>116</b>
	<b>ANEXO H – PLATAFORMAS DE PUBLICAÇÃO .....</b>	<b>117</b>
	<b>ANEXO I – EXEMPLO DE ROTEIRO DE PODCAST.....</b>	<b>118</b>
	<b>ANEXO J – ROTEIRO DE PODCAST (CONTINUAÇÃO).....</b>	<b>119</b>

<b>ANEXO K – MODELO DE PERGUNTAS PARA UM PROGRAMA .....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO L – MODELO DE PERGUNTAS PARA UM PROGRAMA.....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO M – ROTEIRO PARA UTILIZAÇÃO EM SALA DE AULA .....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO N – ROTEIRO PARA UTILIZAÇÃO EM SALA DE AULA (CONTINUAÇÃO).....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO O – EXEMPLO DE ATIVIDADE.....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXO P – RESULTADOS ESPERADOS .....</b>	<b>125</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo o Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa (2022), silenciar é o ato de fazer algo ou alguém ficar em silêncio, calar. Invisível é aquilo que não é visto, é oculto, podendo também ser “mascarado” ou “apagado”. Lamentavelmente, as ações de silenciamento e invisibilização podem ocorrer contra a história de um povo, tornando-a marginalizada e irrelevante para o senso comum, situação normalmente acompanhada de veemente conveniência política. Há também o silenciamento pela lógica econômica dominante, através de anos de ostracismo vislumbrando o momento de ter as manifestações socioculturais reconhecidas e respeitadas por pessoas que as julgam com desmedidos preconceitos, em ampla resistência por parte de uma camada social aristocrática e uma oligarquia retrógrada.

Para emergir a visibilidade dos povos oprimidos, é importante haver diferentes lugares: as ruas, os meios de comunicação, as publicações acadêmicas e imprescindivelmente as salas de aula na Educação Básica. Os alunos no ambiente escolar expressam também inquietações sobre essas situações, as provocações do professor contribuem no compartilhamento e debates sobre as narrativas.

Lembro bem de cada palavra da aluna, Xukuru do Ororubá, estudante no 7º ano em uma tradicional escola particular em Pesqueira: “Professor, cadê a gente nesse livro? Cadê a nossa história? Parece que viemos do nada!” Em seguida, outra discente disse: “Duvido da existência de índios em Pesqueira”. No dia daquela aula em meados de 2019, tinha definido a temática da pesquisa, entretanto era preciso compreender como o estudo seria relevante para o ambiente docente, dentre outras circunstâncias as perguntas das estudantes acima citadas foram bastante motivadoras.

Nessa perspectiva, a dissertação tratou sobre a “História e memórias do bairro indígena ‘Xucurus’ em Pesqueira/PE: subsídios para o Ensino de História”, buscando contribuir para discussões em sala de aula acerca do cotidiano indígena na área urbana, a história e a identidade dos moradores na citada localidade.

É possível inferir que em geral a rede privada de ensino em Pesqueira/PE trata de forma tímida a temática indígena, assim também em relação ao citado bairro onde a maioria dos habitantes são indígenas, mesmo percebendo a situação, quando dialogada com os alunos, o assunto chama a atenção evidenciando uma série de inquietações por parte dos educandos. Uma situação evidenciada pela presença de alunos indígenas na rede particular de ensino no município, habitantes em aldeias no território Xukuru do Ororubá e no bairro “Xucurus”, sendo

necessário abordar a temática na sala de aula contribuindo com a afirmação da identidade desses alunos.

Antes de discorrer sobre a escassa discussão acerca da temática indígena nas salas de aula no município, é mister abordar sobre a escassa possibilidade de espaços para tratar o tema da história local. A pouca difusão e os poucos interesses do poder público em fomentar as discussões sobre a história de Pesqueira dificulta que não seja tratada em salas de aula a história dos índios no município e a habitação na área urbana da cidade. Observamos a necessidade de discutir o assunto contribuindo para o não silenciamento sobre a história do povo Xukuru do Ororubá, legando uma história ampla para as próximas gerações.

É importante tratar sobre os indígenas nos espaços urbanos, tendo Pesqueira como exemplo, promovendo os diálogos entre a história urbana do município com a história dos índios no processo de expansão da cidade, as causas e consequências. Ressaltando o processo quando os índios migraram de suas terras invadidas pela agroindústria em Pesqueira desde o final do século XIX e até após meados do século XX, quando foram obrigados a habitar espaços na zona urbana do município. E também pela condição dos indígenas trabalharem durante muitos anos em indústrias no município, a exemplo da Fábrica Peixe (Indústria Carlos de Brito). SILVA (2017).

Como citado, os interesses pela pesquisa surgiram a partir das inquietações provocadas em diálogos nas aulas de História quando o tema central discutido foram os povos indígenas no Brasil. E percebendo que os comentários dos alunos durante esses momentos ocorreram a partir de questões como os estereótipos sobre os indígenas, baseado na ideia do índio “primitivo” e amazônico, folclorizado, exotizado durante o dia 19 de abril (Dia do Índio), acompanhado da ideia que o índio não deve participar na vida urbana. E das curiosidades dos discentes acerca da história do povo Xukuru do Ororubá, embora mesmo sendo de conhecimento público a existência no cotidiano pesqueirense, os alunos pouco sabem sobre a história, organização e ações sociopolíticas dos indígenas.

Acerca de estereótipos sobre os indígenas, uma pesquisadora escreveu:

O índio, objeto de conhecimento e de celebração no “Dia do Índio” é, quase sempre, uma figura genérica, estereotipada, exótica, representada pela alegria, ingenuidade, liberdade. Um dos efeitos de tais representações é a produção de um lugar para eles sempre no passado. Além disso, se produz uma rede de saberes que, limitando-se a uns poucos significados compulsivamente repetidos, empobrece os estilos de vida indígenas, conferindo-lhes certos atributos, posicionando-os num conjunto de práticas consideradas estranhas ou exóticas. E porque são vistos como sujeitos genéricos, amalgamados à natureza, causa-nos grande estranhamento a presença de indígenas nas feiras, participando de atividades comerciais, nas ruas de centros urbanos pedindo esmolas, ou em noticiários que deixam ver, de relance e de modo fugaz, a situação de



miséria e violência a que eles estão submetidos na atualidade brasileira (BONIN, 2010, p. 79).

Sendo fundamental uma prática docente possibilitando ao estudante pesqueirense compreender a importância dos indígenas na história do município por meio do trabalho, das expressões socioculturais, o convívio na cidade e, fundamentalmente o respeito à diversidade e a história dos povos indígenas no Brasil. Portanto, urge a necessidade de evidenciar os protagonismos indígenas na História em sala de aula, uma vez envolvendo diversos aspectos relevantes, desde os interesses dos discentes até superação de visões implicando na ideia que “se não mora na aldeia, não é índio”, ou “se não pinta o rosto e o corpo, não é índio” ou ainda “se não é branco, não é índio”.

Nosso objetivo com a dissertação foi discutir a história e o cotidiano dos índios moradores no bairro indígena “Xucurus” no município de Pesqueira/PE, para incluir no ensino na rede particular de Pesqueira, identificando por meio dos relatos de memórias dos moradores no Bairro “Xucurus” as relações do povo indígena na história do município e, sobretudo evidenciar os protagonismos indígenas nas discussões nas aulas em escolas particulares em Pesqueira.

Com base nos objetivos supracitados a pesquisa buscou responder questionamentos, tais como: como contribuir para um aprendizado relevante sobre a história e cotidiano indígena em um município com uma população urbana composta também por índios onde, na maioria das vezes estes tem a história silenciada? Ou, como tratar da questão do índio habitante na área urbana do município, como reconhecer que este morador também é um indígena?

A pesquisa foi realizada baseada em memórias orais, a partir de relatos de moradores no bairro “Xucurus”, desde os mais idosos até os mais jovens, ex-operários ou com outros tipos de trabalho, escutando índios e não-índios para pensar a história do bairro apresentando informações também comparando o bairro no passado e nos dias atuais, conhecendo os processos históricos e o cotidiano local. Foram entrevistados também professores, coordenadores e alunos da rede pública e privada de ensino a fim de buscar meios de viabilizar o acesso do conteúdo proposto no trabalho para a sala de aula. Em algumas entrevistas o nome dos participantes foi suprimido para manter o sigilo sobre suas identidades.

Em face da pandemia de COVID – 19, parte das entrevistas foram realizadas por videoconferência por meio do *Google Meet*, alternativa possível para os diálogos respeitando o distanciamento social proposto pelas circunstâncias sanitárias da pandemia. A utilização das plataformas virtuais de comunicação foi necessária para atender à necessidade emergencial da

viabilidade das entrevistas e proporcionar dinamismo no contato com os entrevistados, tendências atuais da comunicação através de plataformas virtuais (LEITÃO; GOMES, 2017).

O campo de pesquisa foi o bairro “Xucurus”, localizado na periferia do município de Pesqueira, e ponto fundamental para realizar nossa pesquisa, buscando, portanto, conhecer o cotidiano dos índios moradores no bairro, a história do local, as principais mobilizações e adversidades e para discutir essa história na sala de aula. Ressaltando a importância da oralidade para conhecer a história do povo Xukuru do Ororubá, uma vez que muitas das expressões socioculturais desse povo são socializadas por gerações através do recurso oral.

As mobilizações, as conquistas, os momentos mais tensos – como a morte por assassinato de Francisco de Assis Araújo (Cacique “Xicão”)<sup>1</sup> -, a participação nas Ligas Camponesas, a retomada de terras na Serra do Ororubá e tantas outras situações são relatadas pelos índios mais velhos, gerando um legado através do escutar pelos mais novos, a fim de que a história Xukuru não seja esquecida. E registrar essas narrativas deve ser considerado importante não somente para o povo Xukuru do Ororubá, mas também para a história do município de Pesqueira.

Os relatos do povo Xukuru do Ororubá evidenciam as várias mobilizações daquele povo indígena por direitos, especificamente a demarcação das terras para viverem com dignidade enquanto um povo indígena. Seja por meio da reconhecida atuação do Cacique “Xicão” ou recentemente com o filho Marcos Luidson de Araújo<sup>2</sup>, o povo Xukuru do Ororubá afirma a identidade e ocupa o cenário sociopolítico com reivindicações. Sendo inegável a participação indígena na história municipal.

E os Xukuru do Ororubá expressaram a necessidade das escolas não indígenas em Pesqueira conhecerem e discutir a história da resistência dos indígenas, como evidenciado por uma pesquisadora:

Esse conteúdo representaria um contraponto à história oficial do município. Entendendo que o acesso a essa história possibilitaria a compreensão de vários outros aspectos, como por exemplo, as motivações das mobilizações Xukuru do Ororubá para conquista da posse da terra onde habitam atualmente; as relações socioeconômicas entre o povo indígena e a sociedade não indígena local; a identidade étnico-cultural do povo. Nesse sentido, as lideranças entrevistadas justificaram a importância da educação formal para possibilitar o acesso das “pessoas da cidade” ao

---

<sup>1</sup> Francisco de Assis Araújo (1950 - 1998) foi Cacique do Povo Indígena Xukuru do Ororubá entre 1986 e 1998 quando foi brutalmente assassinado a tiros em frente residência de sua irmã no Bairro “Xucurus” em Pesqueira-PE.

<sup>2</sup> Marcos Luidson de Araújo (1978) é o atual Cacique do Povo Indígena Xukuru do Ororubá desde 2000. Foi também o primeiro indígena candidato a Prefeito do Município de Pesqueira – PE.

conhecimento sobre essa história, não somente do passado, mas também na contemporaneidade (SILVA, 2017, p.299).

As memórias e a História do povo Xukuru do Ororubá, portanto, precisam ser evidenciadas para o reconhecimento dos protagonismos dos indígenas nas discussões sala em aula, enfatizando as várias formas de resistência e as expressões socioculturais indígenas. Em Pesqueira nas escolas privadas municipais, por parte das professoras atuando no o Ensino Fundamental, devem ocorrer esforços para superar o pensar o índio para além do apenas “19 de abril”;

Entretanto, por mais que exista esforço de superação por parte das professoras, a exemplo de não tratar sobre a temática indígena apenas no dia 19 de abril, ainda é necessário que haja atenção à ausência de políticas públicas de formação continuada para uma educação das relações étnico-raciais, que possibilitem a participação de especialistas no assunto, sobretudo convidando líderes indígenas para as escolas, como palestrantes e protagonistas das narrativas históricas sobre seu povo; orientações às professoras sobre as possibilidades de acesso a referenciais teórico-metodológicos coerentes com as produções acadêmicas atualizadas sobre a temática indígena; planejamento institucional vislumbrando incluir a abordagem da temática indígena como conteúdo curricular sistemático e contínuo; subsídios didáticos adequados ao contexto local; por fim, visitas pedagógicas ao território indígena, previamente articuladas com suas lideranças (SILVA, 2018, p. 99).

E para que os discentes em Pesqueira nas escolas privadas, conheçam e reconheçam, valorizem e tenham com respeito ao povo Xukuru do Ororubá e suas expressões socioculturais, em outros olhares para a História local e sobre os índios na História do Brasil.

A metodologia é uma etapa fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, em relação a isso Chizotti (2006, p. 27) nos alerta que ela segue uma lógica pensada pelo pesquisador para buscar compreender suas indagações, usando-se de procedimentos operacionais que deem a possibilidade de estabelecer conexões entre teoria e os dados coletados qualitativamente ou quantitativamente. Segundo Minayo (2001, p. 16), afirma que “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

Como aporte bibliográfico, recorreremos a diversas leituras de autores referenciando a pesquisa sobre as manifestações socioculturais indígenas no Brasil e as relações com o ambiente escolar. Pesquisadores como Edson Silva (2017), Vânia Fialho (2008), Gersem Baniwa (2006), Kelly Emanuely Oliveira (2013), Maria da Penha Silva (2017), João Pacheco de Oliveira (1998) e John Manuel Monteiro (1999) apresentaram reflexões importantes para a nossa pesquisa. Também foi consultado o acervo de jornais que circulavam em Pesqueira-PE durante as décadas de 1920 até 1970, período onde as fábricas de doces alcançaram o apogeu industrial,

em muito pela posse de grande número de terras na Serra do Ororubá, viabilizando safras que sustentavam a produção das conservas.

Os caminhos metodológicos dessa dissertação corroboraram para a pesquisa ação qualitativa porque buscamos soluções às indagações sobre o tema dessa pesquisa: História e Memórias sobre o Bairro “Xucurus” em Pesqueira-PE: Subsídios para o Ensino de História do Município e para tentar solucionar as aspirações fomos em busca de moradores do bairro Xucurus, discentes, professores e coordenador/a de escola, através de ações planejadas, como: dias e horários com os partícipes, dando-se com procedimentos éticos adotados para esse estudo. Percebendo que as relações na escola devem ser analisadas do ponto de vista particular das relações entre professor, aluno e a dinâmica proposta visando formar alunos críticos e participativos (CARDOSO, 2007), também podemos dizer que a dissertação é etnográfica porque buscamos compreender, interpretar e descrever como a rede particular de ensino vivencia a cultura local Xukuru no ensino e aprendizagem de História a partir da Lei 11.645/08.

Se considerássemos como foco o povo indígena Xukuru, estaríamos atendendo à Antropologia à qual interessa a cultura das etnias. Se considerássemos que o foco é o *modus vivendi e operandi* dos Xukuru, atenderíamos aos propósitos da Sociologia. Se atentássemos apenas para a historiografia desse grupo indígena, certamente estaríamos no âmbito da História como disciplina. Em que pesem os estudos acurados dos antropólogos, sociólogos e historiadores, gerando um material que serve de subsídios a outros estudos (CARVALHO, 2018 p, 20).

No primeiro capítulo buscamos discutir as origens da presença indígena em Pesqueira-PE e do bairro “Xucurus”, evidenciando a importância do estudo sobre os índios nos espaços urbanos. Pesqueira é uma cidade com intensa movimentação dos Xukuru do Ororubá na área urbana, onde nas primeiras décadas do século XX o fluxo de indígenas para a cidade ocorreu com a expulsão dos indígenas das terras habitadas com a expansão da agroindústria, obrigando-os a migrarem e ocupar espaços de moradia e trabalho na área urbana. Normalmente esses espaços eram os de menor condição de sobrevivência. A conjuntura em questão propiciou o surgimento de bairros periféricos como os bairros “Xucurus” e “Caixa d’ Água”, redutos indígenas na cidade de Pesqueira. Mesmo com as retomadas das terras na Serra do Ororubá a partir de 1990, muitos índios seguiram morando na área urbana da cidade.

Ressaltando a importância da análise da história social, compondo narrativas subsidiárias para o desenvolvimento do ensino de história, o segundo capítulo discutiu as relações cotidianas dos moradores no bairro “Xucurus” e o trabalho dos indígenas moradores

naquele local nas fábricas na cidade de Pesqueira. O bairro abrigou grande quantidade dos Xukuru do Ororubá, a princípio em condições de vida adversas pela espoliação de terras na Serra do Ororubá e da impossibilidade de moradia no centro da cidade, dado o seu alto custo. O convívio de indígenas e não-indígenas no bairro vem sendo constante pela falta de condições para moradia nos bairros centrais. As famílias dos trabalhadores indígenas e não indígenas de baixa renda deslocavam-se para essas localidades, possibilitando aos índios e não índios uma relação estreita. O momento também deflagrou a utilização do termo “caboclo”, já muito aplicado em meados do século XIX para a identificação dos oriundos da Serra do Ororubá, termo mudado para o “índio” após o período de retomadas das terras pelos indígenas, com a organização e a liderança do Cacique “Xicão”, assassinado no bairro “Xucurus” em 1998. Também foram relatadas as relações atuais entre índios e não índios no bairro “Xucurus” e a participação das pessoas no ato público após o encerramento da Assembleia Xukuru do Ororubá, ocorrida anualmente e em maio rememorando o assassinato do Cacique “Xicão”.

O terceiro capítulo abordou a temática indígena na sala de aula na Educação Básica, buscando reflexões sobre como ensinamos atualmente sobre os povos indígenas em relação ao conteúdo dos livros didáticos e a prática docente. A presença indígena nas cidades contribui para desconstruir estereótipos nas escolas como nas atividades realizadas no dia 19 de abril. Baseado na Lei nº 11.645/2008 determinando o ensino da história e culturas indígenas na Educação Básica, com a urgência da busca por metodologias outras evidenciando os povos indígenas na docência, será discutida com entrevistas a participação dos docentes e discentes nas reflexões sobre a temática proposta. Incluímos também o produto pedagógico aplicado como prática em relação à pesquisa, um registro em podcast do bairro “Xucurus” com relatos de moradores sobre a história do local e as relações étnico-raciais ocorridas na localidade. O produto será disponibilizado em plataformas virtuais de difusão audiovisual como o *Youtube*, democratizando o acesso e possibilitando aos professores e estudantes de Pesqueira e outras regiões a transmissão desse conteúdo para aprofundar e fundamentar o ensino das relações socioculturais dos povos indígenas nas áreas urbanas.

## 2 AS ORIGENS DO BAIRRO “XUCURUS” E A PRESENÇA INDÍGENA NA CIDADE DE PESQUEIRA

### 2.1 Sobre a presença indígena nas cidades

Em sessão solene realizada em 2019, durante as comemorações do aniversário de fundação de uma tradicional escola privada no município de Pesqueira – PE, o Cacique do povo Xukuru do Ororubá, Marcos Luidson de Araújo afirmou:

[...]e é isso que a gente tem que fazer, a partir das comunidades de ensino, é, a gente tem que trabalhar, trabalhar significa ir mostrar a realidade que o nosso país tem. É um país pluriétnico, um país pluricultural e que precisamos estreitar essa diversidade que é o nosso país.

As afirmações do Cacique Xukuru do Ororubá tem um grande significado político e histórico, pois trata-se de uma escola situada no centro urbano de Pesqueira onde estudam filhos/as das famílias abastadas na cidade, muitas delas foram invasoras nas terras indígenas, evidenciando a importância dos debates sobre a presença dos povos indígenas nas áreas urbanas. Uma vez que a ocupação de indígenas nesses espaços em geral ainda é em muito desconsiderada, pois foi/é pensado a atuação dos índios limitada às aldeias (territórios) e às florestas, ideia frequentemente estimulada pelas práticas pedagógicas no ensino sobre a temática indígena na Educação Básica, numa abordagem sobre o índio como caricatura, exotismo, romantismo e folclore, relegando as manifestações socioculturais a mero espetáculo em detrimento a relevância e representatividade da cultura dos povos nativos (ABREU, 1996). O discurso do líder indígena, também explicitou as mobilizações pela afirmação de identidade e respeito às expressões socioculturais indígenas, que transcendem os limites dos territórios onde habitam.

Também é importante salientar que as afirmações do Cacique Marcos Xukuru evidenciaram a necessidade do estudo acerca dos vínculos entre os povos indígenas e o que é chamado pelos não-índios como “civilização”, onde de forma preconceituosa é propiciada uma dicotomia considerável entre esses dois cotidianos: o indígena e o urbano. Paradoxo reforçado pela recorrente ideia que o “índio quando sai da aldeia deixa de ser índio”, como se o mundo urbano promovesse a invisibilidade das expressões socioculturais indígenas. Sobre esse estereótipo o professor Edson Silva escreveu:

O desconhecimento sobre a situação atual dos povos indígenas está associado basicamente à imagem do índio que é tradicionalmente veiculada pela mídia: um índio

genérico com um biótipo formado por características correspondentes aos indivíduos de povos nativos habitantes na região amazônica e no Xingu, com cabelos lisos, pinturas corporais e abundantes adereços de penas, nus, moradores das florestas, de culturas exóticas etc. (SILVA, 2002, p. 46).

É imprescindível discutir sobre as narrativas dos não-índios em relação aos povos indígenas no Brasil, em uma visão eurocêntrica e colonial ocorre a naturalização do cotidiano urbano e não-indígena como “moderno” e o contrário – nesse caso, as práticas socioculturais indígenas - tratado como “obsoleto”.

O moderno é, desse modo, sinônimo de algo melhor e mais refinado. Esse é um dos aspectos mais centrais de uma colonialidade do tempo. Como nossa experiência do tempo se dá através da concepção da evolução e do progresso, tendemos a criar padrões que definem o europeu como o símbolo de uma modernidade ao passo que indígenas, africanos ou orientais são definidos como atrasados, antigos, enfim, em uma situação inferior de evolução (PEREIRA, 2018, p. 21).

O discurso cosmopolita sobre as relações entre o índio e a urbanização infere também acerca do índio que, no espaço urbano mantém um padrão de indumentária, instrumentos e práticas similares às realizadas nas aldeias/territórios indígenas, moldando um padrão de conduta para o índio na cidade, onde não há espaço para as suas práticas socioculturais, dificultando, inclusive o processo de autoafirmação dos indígenas nos centros urbanos diante dos preconceitos. Sendo o índio estigmatizado como um “estrangeiro” na região onde habita. Logo, a cidade ao invés de acolher o índio, promove a segregação em diversos aspectos: seja o indígena visto como aculturado, ou com suas práticas socioculturais é visto como alguém alheio ao espaço onde vive. Como afirmou em entrevista o professor Marden Campos do departamento de Sociologia da UFMG<sup>3</sup>: “A cidade é o espaço da diversidade, do encontro, da pluralidade de culturas, de opiniões e, porque não também o lugar dos indígenas”.

Ao longo dos séculos, o índio teve o lugar de invisibilidade cotidiana, na perspectiva do colonizador. Nas narrativas foram ocultados os diversos processos históricos de reelaboração das identidades indígenas nas relações estabelecidas há 500 anos. (MONTEIRO, 1999). A adaptação dos povos indígenas às abordagens ditas como civilizatórias impostas pelo europeu ocorreu como forma de resistência diante das violências contra os povos indígenas, que reinventaram suas expressões socioculturais através do crescimento das aldeias missionárias onde a ressocialização do indígena frente ao avanço colonial teve espaço

---

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=RUsauLGj7C4>. Acesso em 25/09/2020.

(ALMEIDA, 2012). Importante salientar que a adaptação dos povos indígenas ao panorama colonial pode refutar a ideia de “desaparecimento”, insistente em algumas bibliografias.

As pesquisas recentes na documentação de missões religiosas revelaram, por exemplo, que mesmo naqueles contextos de diversas violências explícitas, os povos indígenas simularam-se derrotados e sabotaram a dominação colonial. Estabelecendo uma “resistência invisível”, por meio da persistência de práticas religiosas ancestrais, com simulações de adesão ao Cristianismo, com práticas consideradas como idolatrias pelos missionários, deixando-os bastante irritadas ao perceberem os desvios apesar de anos da Catequese para os indígenas (SILVA, 2015, p. 5).

Observamos nas narrativas indicações de um caminho a ser pesquisado: pensar o índio que migrou para a cidade e as relações com as origens, sendo aliado dos recursos socioculturais ocidentais para afirmação da identidade. O índio habitando nos centros urbanos, agregando aspectos outros ao seu modo de vida não é mais indígena? Essas e outras inquietações são desafios para historiadores, antropólogos e demais pesquisadores se debruçarem buscando contribuir para os estudos sobre os povos indígenas no Brasil. As pesquisas sobre a presença dos índios nos contextos urbanos são recentes, divididas entre os campos da Antropologia e História, buscando principalmente compreender as situações que provocaram as migrações para as cidades (SILVEIRA, 2016). Evidenciando a importância do estudo da temática, uma vez que por diversas razões, invasões de terras por latifundiários, em busca por melhores condições de vida, etc. para migrarem e conviver cada vez mais nos meios urbanos (SOAVE, 2017).

Apesar das pesquisas recentes, o contato dos povos indígenas com a urbanização é de longa data. A partir do censo de 1991 foi possível diagnosticar os dados populacionais de acordo com as etnias, essa situação propiciou uma análise concreta da população indígena nos meios urbanos. De acordo com o Censo/IBGE em 2010, a população indígena habitando nas zonas urbanas era de aproximadamente 315 mil habitantes, representando aproximadamente 38,5% do total da população indígena no Brasil (cerca de 900 mil índios) e aproximadamente 72% dos municípios brasileiros abrigando indivíduos de algum povo indígena. A cidade de Pesqueira contabilizava em 2010 a 8ª maior população indígena em números absolutos sem área urbana do Brasil, com 4.048 índios (IBGE, 2010).

São diversas as razões que provocam o índio ao convívio na cidade, no entanto, enfatizaremos as relações de trabalho e os impactos nas manifestações socioculturais dos povos indígenas no Brasil. As invasões portuguesas ocorridas a partir do século XVI iniciaram, apesar de grande resistência dos povos indígenas, um processo de espoliação de terras, práticas socioculturais, religiosas, de ensino e de trabalho (MONTEIRO, 1994). Mesmo com o tráfico e escravidão de africanos no Brasil colônia, a utilização de índios, dentre outras atribuições,



como escravizados também era constante, fosse pela aquisição através dos bandeirantes, ou pela captura com as chamadas guerras justas contra os indígenas ocorridas na colônia. Situação somente abrandada superficialmente através de decreto com o Diretório dos Índios a partir de 1757, durante a Era Pombalina, o período em que o Marquês de Pombal foi Primeiro Ministro de Portugal.

É a partir das missões, principalmente na gestão do Diretório, que se verifica o surgimento de um conceito de civilização cada vez mais associado a uma ação a realizar-se em espaços planejados. Nestes, os índios são instruídos na religião cristã, aprendem ofícios, integram atividades econômicas e estabelecem formas de convívio por meio do comércio, do trabalho e do casamento com os brancos. Nestes espaços, chamados, conforme a cada época, ‘missão’, ‘povoação’, ‘aldeamento’, ou ‘posto indígena’, transcorre uma mesma ação que coetaneamente seria compreendida como sendo uma obra religiosa, uma empresa colonial, um serviço assistencial. (ALMEIDA, 1997, p. 45).

O advento do Diretório foi uma necessidade do governo colonial no sistema de assimilação condicionada aos índios, inclusive nas relações de trabalho, onde os indígenas atuaram em diversos ofícios, tanto nas fazendas quanto nas vilas da colônia. O Diretório é parte de uma série de transformações ocorridas durante o período pombalino percebendo que o indígena teria papel importante no processo de expansão da exploração colonial e promoção da agricultura e comércio, para isso foi preciso desenvolver medidas que aproximassem o nativo a um projeto de civilização moldada por princípios coloniais e cada vez mais distante de uma identidade étnica. (MEDEIROS, 2011).

Deve-se salientar que nesse momento histórico as aldeias e missões são transformadas em vilas e com essa nova perspectiva, surgiu a obrigatoriedade do uso da Língua Portuguesa pelos índios, fator importante para o processo assimilacionista do índio no Brasil, visando sua transformação em colono (GARCIA, 2007).

Durante o período monárquico no Brasil, foi sancionado o Regulamento das Missões em 1845 e a Lei de Terras em 1850, sendo a primeira destinada a decretar o direito dos índios às terras nas aldeias, e a segunda para regular a propriedade pelo poder de compra, onde os índios poderiam usufruir das terras até atingir o estado de civilização, (CUNHA, 1992). Tratando-se de uma legislação que atendeu os interesses dos grandes latifundiários, pois a aquisição da terra passava por uma grande burocracia, inacessível para as famílias menos abastadas, ocasião importante para um avanço agressivo em direção às terras indígenas. Com os interesses políticos do Império, foi possível legitimar as invasões nos territórios indígenas, obrigando muitos índios a se deslocarem para as áreas urbanas após a decretação oficial da extinção dos aldeamentos, com a justificativa que os índios estavam “misturados” com o

restante da população, havendo um processo de reorganização social com a criação de uma nova identidade sociocultural com uma identidade étnica diferenciadora, , novos mecanismos políticos, redefinição do controle social e reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1997). Na região nordeste ocorreu forte silenciamento relacionado as manifestações socioculturais dos povos indígenas.

Com a determinação oficial para extinção dos aldeamentos e no ato de medir, demarcar e lotear com a destinação de pequenas glebas de terras para umas poucas famílias, os arrendatários e invasores tiveram suas posses legitimadas. Muitos indígenas migraram para as periferias urbanas, dispersaram-se pelas regiões vizinhas aos aldeamentos, outros passaram a trabalhar “de alugado” em suas próprias terras agora nas mãos de fazendeiros, e umas poucas famílias permaneceram nos “sítios”, pressionadas ao longo do tempo por fazendeiros. Assim, a partir das últimas décadas do século XIX, ocorreu um silêncio oficial sobre os índios no Nordeste (SILVA, 2015, p. 7).

Sendo importante observar no interior do Nordeste, com as terras invadidas por fazendeiros alguns indígenas foram condicionados ao cotidiano urbano, especificamente em relação ao trabalho, com as fábricas em Pesqueira utilizando a mão-de-obra indígena ao longo dos anos seguintes.

Entre os séculos XVI e XIX constata-se a presença dos índios nas vilas e nas cidades, situação em muito ignorada na História do Brasil e justificada pelo processo de assimilação e conseqüente suposta perda da identidade étnica. Surgindo a figura do “caboclo”, para nomear o índio na condição de “aculturado”, embora ser “caboclo” foi assumido pelos indígenas para esconder a identidade étnica diante das inúmeras perseguições (SILVA, 2015). Normalizado pela sociedade, o termo “caboclo” foi por muito tempo utilizado para definir o índio. Inclusive, sendo importante salientar que outrora o uso da palavra índio como ator social era motivo de negação, como afirmou o indígena antropólogo, pesquisador e professor universitário Gersem Baniwa:

Antes da década de 1970, chamar alguém de índio, fosse ele nativo ou não, era uma ofensa. E como a denominação estava associada aos povos nativos, conseqüentemente as denominações e as autodenominações étnicas eram igualmente indesejáveis. Por isso, muitos índios negavam suas identidades e suas origens, ou melhor, tentavam negar suas origens étnicas, pois na maioria dos casos a negação era uma verdadeira ilusão, uma vez que ninguém consegue esconder aparência física, usos, costumes e modos de vida e de pensamento (LUCIANO, 2006, p. 31).

Após a década de 1980, com o advento do movimento indígena ocorreram novas conquistas de visibilidade sociopolítica pelos índios e o reconhecimento de direitos com valorização das línguas originárias e expressões socioculturais, sendo questionada a nomeação do “caboclo” como um contra valor e negação da identidade indígena. (LUCIANO, 2006). Mesmo assim, a expressão “caboclo” ainda aparece em alguns diálogos atualmente.

Um agravante para a população indígena nos meios urbanos refere-se aos preconceitos também com as possibilidades de trabalho nas cidades. Há uma latente discriminação com os indígenas e a automática preterição dessas pessoas, que são marginalizadas por não conseguirem colocação laboral e quando inseridos no mercado de trabalho, as ocupações são de baixa remuneração, por causa do mesmo preconceito étnico dificultando – ou até impossibilitando – o trabalho para o índio na cidade.

Entre o final do século XIX e início do século XX, o índio, ou o chamado “caboclo” morador da área urbana, era visto como mero “remanescente da tribo” e em um gradual declínio das práticas socioculturais, pensados a partir da ideia de “atraso” em relação aos “índios puros” e pelo cotidiano da cidade. No caso de Pesqueira, a situação foi explicitada pelo pesquisador Edson Silva.

O que hoje se chama Sukurú são uns 50 indivíduos, entre os quais uma escassa meia dúzia que ainda causa a impressão de índios puros. Ninguém mais fala a língua, com muito trabalho e paciência consegui uns 150 vocábulos, em parte de valor bem duvidoso. A língua não a apresenta a menor semelhança com outra qualquer (SILVA, 2017, p. 50).

Na Educação, observamos desafios complexos para constantes pesquisas, reflexões e diálogos: a presença de índios em escolas nas áreas urbanas explicita situações de preconceitos contra os estudantes indígenas. A visão alegórica, caricata e folclórica sobre o índio, que em geral vem sendo abordada na sala de aula reproduz visões equivocadas sobre as práticas socioculturais dos povos, para o constrangimento de estudantes indígenas em escolas nos espaços urbanos.

Quando eu era mais nova, ao ver como a professora desenhava e mandava a gente pintar os índios, me batia um estranhamento, eu não era daquele jeito! É como se aquela imagem não me representasse de modo algum! Em vários momentos fiquei me perguntando se eu realmente era Xukuru já que a professora mostrava que ser índio era de um jeito diferente do meu. Até hoje isso me incomoda muito (Valentina, aluna do 3º ano do Ensino Médio, Pesqueira-PE).

Nessa perspectiva, o processo assimilacionista era um caminho rumo ao esquecimento da identidade indígena na História do Brasil, como escreveu um renomado antropólogo: “Assim viviam os seus últimos dias os remanescentes dos índios não litorâneos do Nordeste que alcançaram o século XX. Estavam quase todos assimilados linguisticamente, mas conservavam alguns costumes tribais. Viviam ao lado de cidades que cresceram em seus aldeamentos, sem fundir-se com eles” (RIBEIRO, 1996, p. 71). Entretanto, essa situação é refutada pela organização e mobilização dos povos indígenas para a garantia de direitos e acesso às terras esbulhadas. As mobilizações pela retomada territorial e a afirmação sociocultural ocorreram,

sendo redimensionadas em cada avanço político dos povos indígenas no Brasil. Em Pesqueira, cidade no Agreste pernambucano, o povo Xukuru do Ororubá, discutido neste texto é um grande exemplo de resistência e afirmação da identidade indígena, inclusive no meio urbano do município.

## 2.2 Sobre os Xukuru do Ororubá e Pesqueira

Restou a Fé Em Tupã  
(Ororubá, Ororubá)  
Tupã vem libertar  
(Ororubá, Ororubá)  
Talvez um lindo amanhã  
(Ororubá, Ororubá)  
Tenha a nação Ororubá.  
Curumim nasceu livre qual ao sol ou o vento  
Contemplando a sua nação Ororubá  
Mas os brancos senhores encheram de dores sua pátria Ororubá  
Curumim ficou grande e se fez um guerreiro  
Mas, as cercas nem mesmo deixaram caçar  
Curumim ficou triste por tudo que existe onde era o seu lugar

Trecho da música: *O canto de Ororubá*  
Letra de Itamar Leite<sup>4</sup>

O trecho da canção citada acima é conhecido da população pesqueirense por ser entoado durante o desfile do bloco carnavalesco “Lira da Tarde”. Nos versos é possível intrinsecamente perceber não somente o vínculo do povo Xukuru do Ororubá com a cidade de Pesqueira, mas também a história de espoliação e controle territorial pelo “homem branco” ao longo dos anos. Esses vínculos são compreendidos pelas análises históricas onde são evidenciados conflitos sociais com as invasões das terras habitadas pelos indígenas.

São diversas as pesquisas sobre o povo Xukuru do Ororubá, com relevância do tema e a representatividade histórica desse povo no Nordeste brasileiro, diversos pesquisadores debruçam-se sobre a temática de um povo indígena pleiteando constantemente a garantia do direito à terra, o reconhecimento de suas práticas socioculturais e o respeito dos não indígenas. Em sua maioria, as pesquisas sobre o povo Xukuru do Ororubá em Pesqueira buscaram evidenciar a organização e mobilizações dos índios, diante das adversidades vivenciadas para

---

<sup>4</sup> Indígena Xukuru do Ororubá, habitando na zona urbana de Pesqueira, conhecido músico e carnavalesco na cidade.

o fortalecimento sociopolítico nos processos históricos, como concluiu uma Dissertação de Mestrado, a socióloga Kelly Emanuely de Oliveira:

O percurso de organização política do povo Xukuru em muito caracteriza o resultado do recente processo de fortalecimento da identidade étnica dos povos indígenas no Nordeste. Grupos resultantes de um longo processo de convivência com a sociedade nacional, e que reencontram o caminho para o reconhecimento étnico através do percurso da territorialização. (OLIVEIRA, 2013, p. 183).

A presente dissertação estabelece um recorte histórico peculiar: a presença e o cotidiano dos índios Xukuru do Ororubá na área urbana do município de Pesqueira, especificamente no bairro denominado “Xucurus”, a partir de meados do século XX, período em que a agroindústria de doces e conservas atingiu o apogeu com a utilização da mão de obra indígena.

Em meados do século XVII, ocorreu uma grande pressão demográfica no litoral pernambucano, impulsionando a colonização portuguesa para o interior, uma vez que as terras litorâneas estavam ocupadas pelas lavouras de cana-de-açúcar e a criação de gado era um entrave para a produção do açúcar. No sertão, foram concedidas sesmarias pelo governo português, onde em 1654 e 1671, respectivamente João Fernandes Vieira e Bernardo Vieira de Melo são citados como proprietários em terras do “Sertão do Ararobá”. Onde também era sediada a primeira paróquia da Freguesia de Nossa Senhora das Montanhas, instalada na região do Ararobá em 1671 pelo padre Oratoriano João Duarte do Sacramento, com uma aldeia de índios Xukuru, onde os Oratorianos exploravam a mão-de-obra nativa nos currais de gado (SILVA, 2008).

No século XVIII, precisamente em 1762, o então aldeamento do Ararobá foi convertido em uma vila com o nome de uma povoação portuguesa, era assim fundada a Vila de Cimbres (SILVA, 2008), onde durante anos alguns índios ocuparam cargos administrativos. Entretanto, a partir de 1781 foi registrada a exclusão dos indígenas desses cargos administrativos, sendo alegada a incapacidade dos Xukuru para exercer funções deste porte. A preterição dos índios diante dos homens “brancos” remonta a ideia preconceituosa que remete o índio a subutilização e a explicitação de eventual incapacidade intelectual, outrora foi evidenciada por legislações de tutela propostas pelo governo colonial, por exemplo, o Diretório dos Índios.

Sendo Sua Majestade servido pelo Alvará com força de Lei de 7 de Junho de 1755, abolir a administração Temporal, que os Regulares exercitavam nos Índios das Aldeias deste Estado; mandando-as governar pelos seus respectivos Principais, como estes pela lastimosa rusticidade, e ignorância, com que até agora foram educados, não

tenham a necessária aptidão, que se requer para o Governo, sem que haja quem os possa dirigir, propondo-lhes não só os meios da civilidade, mas da conveniência, e persuadindo-lhes os próprios ditames da racionalidade, de que viviam privados, para que o referido Alvará tenha a sua devida execução, e se verifiquem as Reais, e piíssimas intenções do dito Senhor, haverá em cada uma das sobreditas Povoações, enquanto os Índios não tiverem capacidade para se governarem, um Diretor, que nomeará o Governador, e Capitão General do Estado, o qual deve ser dotado de bons costumes, zelo, prudência, verdade, ciência da língua, e de todos os mais requisitos necessários para poder dirigir com acerto os referidos índios debaixo das ordens, e determinações seguintes, que inviolavelmente se observarão enquanto Sua Majestade o houver assim por bem, e não mandar o contrário. (Diretório dos Índios, 1757).

Excluídos das atividades administrativas e pensados em processo de aculturação, os Xukuru do Ororubá também enfrentaram um constante esbulho pautado pela legalidade da ação predatória e fazendeiros portugueses e seus descendentes sobre as terras habitadas pelos indígenas.

No século XIX, O Regulamento das Missões e a Lei de Terras, visavam regulamentar a questão fundiária no período imperial com o propósito de organizar o processo agrícola no país (SOUZA, 2015). Teoricamente, essa legislação não deveria interferir nos aldeamentos indígenas e deveria promover a garantia do acesso à terra por esses povos, encerrando a tutela governamental onde os índios teriam eventual autonomia (FIALHO, 1992).

Entretanto, a prática da aplicação legal não transcorreu de modo a defender os interesses dos índios, em 1879 oficialmente foi decretada a extinção da Câmara de Cimbres, que sucedeu a extinção do aldeamento de Cimbres em 1822, e com isso a disponibilidade para venda ou cessão das terras para não indígenas, propiciando a voracidade dos fazendeiros em ter o controle das localidades. Assim, novamente os índios, foram preteridos sendo usurpados de um dos seus bens mais sagrados, a terra.

A luta pela apropriação das terras do aldeamento de Cimbres, liderada pela Câmara Municipal local, foi amplamente documentada. Sabe-se esta Câmara tinha patrimônio territorial justamente no espaço que separava os dois territórios próprios do aldeamento e que mesmo com tentativas para um acordo de ocupação das terras, este não foi respeitado pelos edis. A demarcação das terras do aldeamento era constantemente requisitada pelos índios, na oportunidade das denúncias de posseiros e arrendamento da área. Pelo visto, porém a demarcação do território Xukuru não foi realizada. (FIALHO, 1992, p. 25).

É importante ressaltar uma situação: o índio, outrora detentor das terras passou a ser apenas morador de um lugar dominado por invasores, restando aos indígenas se mobilizarem pelo direito do território usurpado ou buscar outros espaços, nesse caso os urbanos, modificando consideravelmente seu cotidiano.

Com a Lei de Terras de 1850, regulatória de propriedades rurais, foram legitimadas as invasões em terras de antigos aldeamentos, declarados extintos em fins do século XIX. Suas terras, quando não passaram para as mãos de terceiros, foram incorporadas

aos patrimônios das câmaras municipais. No ato da medição e demarcação, a umas poucas famílias indígenas foram destinados pequenos lotes, outras famílias se dispersaram, ocorrendo uma terceira mistura, relembada nos relatos das memórias orais indígenas (SILVA, 2008, p. 77).

Ao longo do século XIX, o outrora “sítio da Pesqueira”, local atrativo para o comércio, com água abundante e às margens da estrada do Sertão para o Recife foi abrigando algumas instituições antes estabelecidas em Cimbres, como a escola primária, o Senado da Câmara e o Governo Municipal. Próximo ao final do Século XX, precisamente em 1880, Cimbres passou a Distrito de Pesqueira elevada a cidade, tornando-se um importante entreposto comercial e posteriormente um local de intensa atividade agroindustrial, potencializada com o advento da ferrovia na região.

O desenvolvimento da atividade agroindustrial em Pesqueira de certa forma provocou a estagnação das formas de comércio local até então estabelecidas. O início ocorreu com a chegada dos trilhos da *Great Western*, uma companhia inglesa que construiu ferrovias no Brasil e que na metade do século XIX conseguiu uma concessão para construir uma ferrovia em Pernambuco entre a capital Recife à Limoeiro. Sendo posteriormente, estendida até outras cidades do interior do estado, a exemplo de Caruaru e a São Caetano em 1895, Tacaimbó em 1896, Belo Jardim e Sanharó em 1906. (GOMES; SILVA, 2016, p. 142).

As invasões das terras indígenas pelos fazendeiros também foram motivadas pela expansão agroindustrial. Entre o final do século XIX e meados do Século XX, várias indústrias de gêneros alimentícios foram instaladas na cidade a partir de um discurso desenvolvimentista para Pesqueira. Provocando um considerável deslocamento de trabalhadores para a área urbana, sendo a maioria indígenas do povo Xukuru do Ororubá, obrigando-os às novas formas de vida. Os indígenas vieram para cidade em condições desfavoráveis, propiciando pobreza e a marginalidade indígena. Em outros casos, os índios passaram a trabalhar “de alugado” para os fazendeiros nas terras da Serra do Ororubá (SILVA, 2008) em uma situação inusitada e desagradável: ser empregado em terras que outrora habitavam.

Em Pesqueira, especificamente as Indústrias Carlos de Britto, a chamada “Fábrica Peixe”, durante a primeira metade do século XX foi o sinônimo do desenvolvimento econômico. Compreendendo o termo “desenvolvimento “apenas econômico para a oligarquia local, uma vez que na cidade não ocorria igualdade social:

Focando-se especificamente no mercado interno pesqueirense, isso porque ele está contido no mercado interno regional, percebe-se que é flagrantemente marcado por esse descompasso entre capital acumulado pela indústria e remuneração da força de trabalho. Pois os baixos salários pagos pelas fábricas modelam o tipo e a dimensão dos setores de comércio e de serviços que a cidade irá comportar, provocando a proliferação de “vendas”, mercadinhos, armarinhos, lojinhas, biscateiros, etc. (CAVALCANTI, 2007, p. 91).

Entretanto, mesmo após décadas do encerramento das atividades, a Fábrica Peixe ainda gera memórias afetivas de muitos funcionários, mesmo afirmando as exaustivas jornadas de trabalho:

O tempo da Peixe era muito bom! A gente trabalhava demais mal via minha filha, dormia pouco, cinco da manhã eu já estava de pé para voltar ao serviço. Era tudo muito complicado, mas nosso salário era “ali”, a gente conseguia comprar as coisas. Pra minha filha mesmo não faltava nada! (Edna Maria Laurentino dos Santos, 56, Pesqueira-PE).

A falsa impressão de desenvolvimento econômico maquiava a gritante desigualdade social existente na Pesqueira das grandes fábricas. Os movimentos das elites da cidade passavam a impressão de estabilidade econômica e progresso, entretanto as lacunas entre essa visão conservadora e a situação da população empobrecida no município eram enormes. O estudo realizado por um geógrafo, apontou que em meados da década de 1940 menos de 1% das casas era de “gente rica” e mais de 80% das casas da cidade eram modestas ou consideradas “casebres miseráveis” (SETTE, 1956).

No movimento do conservadorismo pesqueirense na década de 1930, surgiu o vínculo no município com a Ação Integralista Brasileira/AIB, grupo ultranacionalista de extrema-direita que em muito se assemelhava às práticas nazi-fascismo ocorrido na Europa antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1935, Pesqueira foi a sede do primeiro congresso integralista em Pernambuco.

O Congresso ia ser sediado na cidade de Garanhuns, porém, por motivos de ordem pública o Secretário de Segurança do Estado, proibiu sua realização, fato que culminou com a entrada pelo Movimento de um Mandado de Segurança junto ao Tribunal Regional Eleitoral, no sentido de ser assegurado à realização do referido Congresso. O tribunal concede a liminar, para a realização, desde que fosse realizado em outro lugar. Pesqueira vai ser a escolhida, dada às condições políticas e a infraestrutura disponível para o evento. (AMORIM, 2002, p. 132).

Outra forma que evidenciava as desigualdades no superficial avanço econômico em Pesqueira era a imprensa escrita. Na primeira metade do século XX a cidade sediava várias redações de jornais noticiando sobre o município, reverenciando as grandes indústrias e eventualmente tratando de um ou outro problema social na cidade. A imagem abaixo retrata a importância ofertada pela imprensa local a propaganda das indústrias pesqueirenses. Os feitos das fábricas de conservas mostravam o “desenvolvimento” da cidade em relação à economia e produção.



**Figura 1** - Página do Correio de Pesqueira de 29/05/1928

**Carlos de Britto & Cia.**  
Casa Fundada em 1897  
FABRICANTES DE CONSERVAS

**PORQUE IMITAM A LATA DA GOIABADA PEIXE**

MATRIZ:  
Recife  
Avenida  
Lima  
Castro  
N.532, 540

FILIAL:  
Pesqueira  
Avenida  
Carlos  
de Britto  
N. 44

M. B. PESQUEIRA  
GOIABADA PEIXE  
EM 1897 A UNICA EM 1927 A MELHOR

Iniciadores da afamaada e acreditada  
**Goiabada - "PEIXE"**  
Doces em caldas-Massa de  
tomate. Especial fabricação de ex-  
tracto de tomate pelo processo moderno.

Fonte: Propaganda da Goiabada Peixe, Jornal Correio de Pesqueira, Pesqueira, 29/05/1928, p. 7.

Com notas mais modestas, alguns artigos tratavam de determinados problemas relacionados aos menos abastados nas zonas urbana e rural, entretanto priorizava a divulgação das marcas agroindustriais da cidade.

Dia a dia é mais fremente a angustiosa situação dos pequenos agricultores do planalto da Ororubá, perseguidos, espoliados nos seus direitos pelos cidadãos potentados, que teimam em cercear a liberdade dos plantadores, em benefício da sua criação. (...) Não individualizamos ninguém, mas ao nosso conhecimento tem chegado as queixas de muito pobre matuto, indicando nominalmente os verdugos que exploram a sua situação de abandonados da sorte. É preciso que estes potentados de aldeia sejam mais humanos e menos perversos.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Em prol da lavoura. Correio de Pesqueira, Pesqueira, 23/09/1928, p. 1

Nos anos 1950, ocorreu uma grande movimentação em razão dos artigos publicados pelo Pe. Olímpio Torres, importante figura da cidade na defesa das pessoas pobres e colaborador no jornal “A Voz de Pesqueira” tratando sobre os problemas vividos pelos habitantes na Serra do Ororubá, com as terras ocupadas por fazendeiros e as plantações devastadas por uma figura inusitada: o boi. Essa abordagem mobilizou a opinião pública, a inquietação das autoridades católicas romanas na cidade em favor dos espoliados diante da inércia da administração pública em relação à situação. Sobre os esbulhos das terras indígenas o Professor Edson Silva escreveu:

Os artigos do Pe. Olímpio e do jornalista católico, em defesa dos expulsos da Serra do Ororubá pelos fazendeiros, podem ser compreendidos a partir dos discursos e atuação da Igreja Católica Romana no Brasil, nos anos 1950. No pontificado de Pio XII, ainda que a Igreja Romana mantivesse os ataques anteriores ao comunismo, eleito como o grande inimigo, as encíclicas papais passaram a citar os males do capitalismo. (SILVA, 2008, p. 160).

Devemos compreender que neste momento histórico, as terras na Serra do Ororubá eram controladas por latifundiários para o plantio de tomate e goiaba em larga escala para atender as demandas das indústrias de doces, polpas e conservas na cidade. E também a criação de gado provocando destruição das poucas lavouras indígenas. Era desse lugar de onde vinha o “alimento” do lucro das fábricas em Pesqueira, tanto no comércio de derivados como na venda de leite e carne bovina, também para os funcionários da Fábrica Peixe.

Ah! A gente sempre tinha sim a possibilidade de comprar coisas “direto” da fábrica. Tinha os “matados”, que eram as latas de doce que tinham algum problema na produção, tinha também o leite e a carne que a gente comprava baratinho na Peixe. Era muito trabalho, mas a gente tinha esses benefícios. (Edna Maria Laurentino dos Santos, 56, Pesqueira – PE).

Em grande parte, as ações dos proprietários das fábricas em Pesqueira promoviam ações em benefício próprio, mascaradas com um tom benevolente para manter os poderes e controle sobre a população. Isso possibilitava cada vez mais a espoliação de terras e a segregação aos trabalhadores rurais na Serra do Ororubá, e esses desmandos obrigaram as migrações cotidianas de indígenas para a cidade que foram trabalhar nas fábricas. As angústias do trabalhador do campo eram retratadas pela imprensa da época.

Estado pobre, dependendo podemos dizer exclusivamente da lavoura, pois toda a estrutura industrial repousa no campo, vez que contamos com uma agroindústria, nada podemos anotar que tenhamos progredido nesse setor. (...) E nada se tem feito de planejado, seja de natureza orientadora com o de assistência financeira, ruminando o

nosso homem do campo dentro dos antiquados meios postos até então em prática e que de certo jamais equilibrarão esta desgraçada unidade federativa<sup>6</sup>.

Uma cidade com imprensa efervescente por numerosos jornais: “A voz de Pesqueira”, “Correio de Pesqueira”, “Jornal de Pesqueira”, “Gazeta de Pesqueira” entre outros, era uma demonstração do potencial econômico. Entretanto é mister que compreendamos a limitação desse potencial às famílias que tinham certas posses ou algum posto importante nas fábricas, aos demais, o descaso das entidades públicas e a conseqüente marginalização.

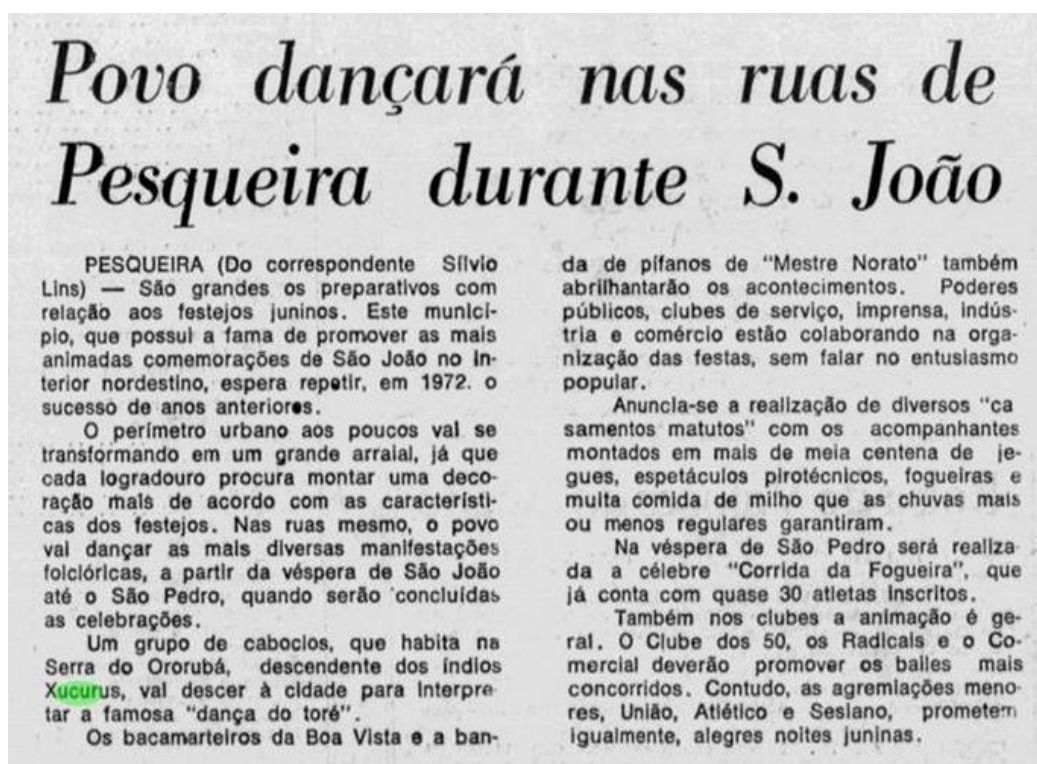
Não somente a invisibilização dos Xukuru do Ororubá durante o período das fábricas no sentido de acesso à terra e a melhores condições de vida, mas também – e infelizmente – aos aspectos socioculturais e históricos do povo indígena, como a denominação “caboclo” utilizada em detrimento ao índio e o ritual do Toré, marco da identidade Xukuru. Em grande parte do Século XX, a figura do índio no Nordeste foi - e ainda é – pensada pela sociedade com aspectos folclóricos, principalmente em relação ao contato com as cidades.

É comum ouvir de alguns estudantes a indagação: “E o que é esse tal de Toré? Ah! É aquela dança que os índios fazem, né?”, principalmente em cidades como Pesqueira, que convive com as duas situações: urbana e de território indígena, apesar de haver na área urbana de Pesqueira uma comunicação inevitável entre as manifestações socioculturais indígenas e não-indígenas através do tráfego intenso de índios na cidade. (MELO, 2020). São situações como essa que estimulam o propósito de buscar romper estereótipos que reduzem as manifestações socioculturais indígenas a mero espetáculo. A imprensa pernambucana também informava a população acerca das manifestações do Toré em Pesqueira, entretanto reforçava a ideia do Toré exclusivamente como dança e manifestação artística para exibição em períodos juninos. Na reportagem abaixo é possível destacar também o uso do termo “caboclos” para definir os Xukuru do Ororubá.

---

<sup>6</sup> Agricultura à margem. A voz de Pesqueira, Pesqueira, 11/05/1958, p. 1.

Figura 2 – Notícia no jornal Diário de Pernambuco



Fonte: Diário de Pernambuco, Recife, 21/06/1972, p. 10.

Disponível em: [http://www.memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15](http://www.memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15). Acesso em: 02 abr. 2020.

O Toré é uma expressão das relações socioculturais dos Xukuru do Ororubá e forma de afirmação da identidade indígena. A unidade do povo Xukuru do Ororubá ocorre a partir do ritual do Toré, que também é afirmada pela juventude indígena.

Aprendi na minha vida e com a minha família que devemos respeitar o Toré, entender como parte importante da nossa história por tudo o que nos representa. E mesmo morando na cidade não deixou de reverenciar o Toré. E acho que toda a sociedade deveria entender mais e acima de tudo respeitar, pois é nossa tradição e identidade que está lá. (Aluna da rede privada de ensino, Pesqueira/PE).

Atravessando gerações, o ritual do Toré apresenta características específicas, como o chamamento dos encantados pelo Pajé, o culto a Mãe Tamain, as eventuais possessões e a ingestão de bebida da jurema, com a casca da árvore considerada sagrada. Ao mesmo tempo, também é importante salientar os significados políticos do Toré legitimando a identidade do povo Xukuru do Ororubá e estabelecendo esse ritual como forma de protagonismos diante da sociedade, não sendo somente como uma dança e sim a afirmação sociocultural do povo Xukuru do Ororubá:

No caso do Toré, portanto, valores de estímulo a integração do povo, valorização de elementos étnicos e oposição a um comportamento de sujeição e passividade diante da dura realidade social em que estavam inseridos. Logicamente que também não podemos reduzir o Toré a uma determinação política, visto que sua existência independe dessa relação. (OLIVEIRA, 2013, p. 145).

O ritual do Toré para os Xukuru do Ororubá, relacionado aos princípios políticos foi fundamental para a visibilidade em momentos importantes da política nacional, como a Assembleia Constituinte em 1988:

A participação nos eventos em torno da Constituinte em muito impulsionou a organização e mobilização Xukuru. Durante as várias estadas em Brasília, o Toré foi dançado em diversas vezes e assumiu, além de um significado político, um marco da identidade e mobilização Xukuru. Promulgada a Constituição e retornando da Capital Federal, assessorados pelos missionários do Cimi-NE os Xukuru promoveram em Cana Brava uma reunião acompanhada de muito Toré, com 76 índios das diversas aldeias na Serra do Ororubá, para relatar os acontecimentos vivenciados em Brasília, bem como tratar dos direitos indígenas garantidos na nova Constituição. (SILVA, 2008, p. 275).

A participação dos Xukuru do Ororubá nas mobilizações durante a Assembleia Nacional Constituinte entre 1987/1988 foi um significativo marco histórico para os índios habitantes de Pesqueira. Sob a liderança de Francisco de Assis Araújo, o conhecido Cacique “Xicão”, foram assegurados direitos aos índios estabelecidos pela Carta Magna de 1988, os citados nos artigos 231 e 232, com o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, direito à terra e pleitear junto ao poder judiciário os direitos estabelecidos. (BRASIL, 1988).

Em Pesqueira a importância em compreender o Toré como um ritual sagrado também realizado nos espaços urbanos, para a valorização por parte dos não-índios das expressões socioculturais dos índios, superando as imagens da folclorização, substituída pelo entendimento e visibilidade histórica, religiosa e sociocultural dos indígenas.

O ritual do Toré, deslocado para o grande espaço urbano, adquire novas representações naquilo que se mostra dá origem indígena ao não índio. Em primeiro lugar, talvez pelo fato deste índio não ter que se proteger da usurpação dos seus direitos e estigmatização decorrentes dos conflitos de terra na aldeia. Depois porque a população metropolitana normalmente se encontrava, há poucas décadas, “virgem” do contato real com representantes indígenas, o que forçou uma espécie de atitude pedagógica protagonizada por estes. (CUNHA, 2008, p. 107).

Os aspectos religiosos do povo Xukuru do Ororubá em muito estão correlacionados com o processo de retomada das terras a partir do início da Década de 1990, que outrora foram espoliadas pelos fazendeiros na Serra do Ororubá durante anos, para a manutenção da agroindústria e o acúmulo de lucros dos criadores de gado na localidade. Situação essa que foi

tema de várias discussões e conflitos, inclusive solicitando das instituições governamentais as devidas intervenções a fim de promover a demarcação das terras indígenas. Em vários conflitos com fazendeiros invasores no território indígena, os Xukuru do Ororubá defendiam as terras e buscavam tratativas com a FUNAI para que fossem tomadas providências (IBASP, 1991).

Ressaltando a inoperância da Fundação Nacional do Índio/FUNAI em relação ao processo de retomada das terras pelos indígenas. O órgão público agia em regime de assistencialismo e não atuava de modo efetivo para garantir o direito à terra aos índios, agindo somente em casos extremamente emergenciais, como citou a pesquisadora Kelly Emanuely de Oliveira:

De fato, a retomada de terras surgiu em oposição à habilidade da FUNAI de responder às demandas indígenas apenas em situação de emergência e conflito iminente, o que já vem sendo apontado por anos entre pesquisadores, indigenistas e entidades civis de apoio a grupos étnicos. (...) Os próprios operadores dessa máquina (indigenistas, índios e funcionários) já aprenderam tal fato e oralmente transmitem esse conhecimento aos não-iniciados através de uma máxima utilitária: “A FUNAI só atua sob pressão”. (OLIVEIRA, 2013, p. 110).

Entre meados dos anos 1980 e 2000 ocorreram várias retomadas das terras pelos indígenas na Serra do Ororubá onde os Xukuru do Ororubá com apoio do Conselho Indigenista Missionário/CIMI, buscaram traçar a demarcação do território indígena em detrimento aos fazendeiros na localidade. As grandes dificuldades relacionadas à falta de trabalho, recursos para o consumo e compreensão que aquelas terras pertenciam aos índios como herança dos antepassados, foram motivadores para a ação extrema da reconquista de terras (OLIVEIRA, 2013). Neste contexto foi organizada a primeira retomada que ocorreu em Pedra d'Água no final da década de 1980.

As lideranças se reuniram com o CIMI, que disponibilizou apoio jurídico tanto na área retomada, para evitar decisões de reintegração de posse, quanto em Brasília, onde seria feita pressão para que fosse dado andamento na etapa de demarcação física do território. (...) Sendo assim, em 05 de novembro de 1990 um grupo de índios Xukuru se instalou no centro da mata da Pedra d'água, local onde foi formado o primeiro terreiro de Toré, permanecendo por 90 dias. (OLIVEIRA, 2013, p. 110).

As retomadas das terras na Serra do Ororubá é um marco, pois evidenciou a necessidade do reconhecimento legítimo dos direitos dos Xukuru do Ororubá, tanto juridicamente como politicamente para estabelecer não somente a diferença entre os povos de modo superficial, mas garantir os direitos dos indígenas. Neste momento, surgiu um personagem que seria fundamental para o processo de afirmação da identidade e consolidação

da reconquista das terras pelo povo Xukuru do Ororubá: o Cacique Francisco de Assis Araújo, ou simplesmente, “Xicão Xukuru”.

Responsável por uma considerável mudança de organização do povo Xukuru do Ororubá em relação à questão de terras, identidade e as manifestações socioculturais, “Xicão” assumiu o cacicado, como afirmam os indígenas, por escolha da Natureza e dos Encantados<sup>7</sup>. Entretanto devemos compreender que o início da sua liderança também envolveu diversos problemas políticos que ocorriam no povo indígena, desde as dificuldades do Cacique anterior Zé Pereira em se posicionar contra a FUNAI até os problemas entre o Pajé “Seu Zequinha” e Zé Pereira. Sobre esse período citou Kelly Emanuely:

Por trás dessa aura de inevitabilidade divina, no entanto, propagada até hoje como elemento legitimador de Xicão como personagem único da história do grupo, o que se percebe é uma rede política de apoios e embates que determinaram a entrada deste homem como cacique. O Pajé, por exemplo, admitiu em entrevista que, além do interesse de colocar uma liderança mais ativa no cargo, estava tendo problemas com Zé Pereira. Segundo Seu Zequinha, após anos trabalhando com o cacique, ele soube que este queria retirá-lo do posto de Pajé, por estar divergindo nas posições sobre o trabalho exercido (OLIVEIRA, 2013, p. 103).

**Figura 3** - Cacique “Xicão” discursa durante audiência de lideranças indígenas com o Governador Miguel Arraes, no Palácio Campo das Princesas (Recife/PE), em 30/01/1996.



Fonte: SILVA, 2008, p. 265.

---

<sup>7</sup> A crença na Natureza sagrada faz com que os Xukuru do Ororubá realizem rituais - chamados de pajelança - nas matas, nos lajedos e olhos d'água, por considerarem esses locais o espaço onde os caboclos e Encantados estão naturalmente presentes.

Mandaru, como também foi chamado o Cacique “Xicão”, foi o responsável com o apoio do CIMI em discutir com os índios sobre a importância das conquistas de direitos na Constituição de 1988. E a necessidade em assumir a identidade indígena, a garantia do direito à terra invadida por fazendeiros, terra que tinha um dono: o povo Xukuru do Ororubá. (OLIVEIRA, 2013). Todavia, para que a articulação de “Xicão” lograsse êxito, era necessário o apoio de outros atores políticos, a fim de consolidar o propósito da garantia do acesso à terra e as expressões socioculturais indígenas. Com muitas habilidades, “Xicão” mantinha diálogos com lideranças políticas e facilidades em promover alianças em favor do povo Xukuru do Ororubá.

A liderança do Cacique “Xicão” incomodou e muito, pois os fazendeiros se viram como aliados de supostos direitos de posse e passaram a ter “Xicão” como um considerável inimigo. Foram várias ameaças de morte contra o Cacique, como no caso do fazendeiro Eudim Bezerra (IBASP, 1991, p. 26). Infelizmente a história de “Xicão” Xukuru foi interrompida brutalmente em 20 de maio de 1998. Assassinado com seis tiros à queima roupa em frente à casa da irmã Marli, no Bairro “Xucurus”, em Pesqueira. Em questão de minutos a notícia se espalhou pela cidade e, com grande comoção popular presenciaram o fim da caminhada de um dos maiores líderes indígenas no Nordeste e no Brasil. Sobre o ocorrido relatou “Seu Neco”, comerciante no Bairro “Xucurus”:

Ah, foi uma correria só! Eu tava aqui na minha venda quando ouvi os disparos, era dia de feira e a gente percebeu que tinha sido algo sério. A gente sabia da história de Xikão e tudo o que ele fazia para os índios. Foi uma situação muito complicada, era uma violência grande nessas histórias. (Seu Neco, 73, “Xucurus”, Pesqueira/PE).

“Xicão” não morreu no território indígena, mas “encantou-se” na cidade, em contato com a urbanização, local de moradia dos fazendeiros a quem o Cacique enfrentou para o reconhecimento dos direitos indígenas, como afirmava: “Acima do medo, coragem”. E foi com essa mesma coragem que “Xicão” tornou-se um dos maiores mártires nas mobilizações por direitos pelos índios no Brasil. Morto na cidade, foi “plantado” na Aldeia Pedra d’Água, onde anos antes iniciou as retomadas de terras pelo povo Xukuru do Ororubá. No sepultamento do líder assassinado, compareceram representantes de várias instituições.

Foram cerca de três mil pessoas no enterro, índios de Pernambuco e de outros estados vieram participar na despedida do cacique. Políticos, ONG’s do Brasil e do exterior, organizações indígenas de todo país. Todas as entidades que prestavam apoio ao povo sentiram a morte da liderança, junto com os Xukuru. (OLIVEIRA, 2013, p. 167).



Como afirmam os Xukuru do Ororubá: “Xicão não foi enterrado. Ele foi plantado para que dele nascessem novos guerreiros”. Deveria surgir novo um líder com a autoridade carismática e a mesma autoridade do antecessor. Como também seguindo os preceitos divinos retratados na ascensão do primeiro ao poder. E assim, um jovem de 19 anos seguiu o legado de “Xicão”, escolhido pelos Encantados para continuar liderando as mobilizações do povo pelos direitos. Assumiu o cacicado Marcos Luidson de Araújo, também chamado “Tatuí”, filho do Cacique “Xicão”.

As interações do Cacique Marcos com a cidade de Pesqueira podem ser observadas pela organização da Assembleia do povo Xukuru do Ororubá que ocorre anualmente no mês de maio, quando é lembrado o assassinato do Cacique “Xicão”. Vários representantes de povos indígenas no Brasil, autoridades políticas e demais populares da cidade de Pesqueira e municípios vizinhos reúnem-se no “Espaço Mandaru” na Aldeia Pedra d’Água para discutir sobre os direitos indígenas e as políticas públicas que devem ser exercidas para o bem viver dos índios. Ao final da assembleia, ocorre a descida da Serra do Ororubá, onde índios e não-índios seguem juntos até o Bairro “Xucurus” – local do assassinato de “Xicão” – para realização de um ato público em memória do líder. A caminhada pacífica pelas ruas de Pesqueira, em uma demonstração única de visibilidade dos povos indígenas em um centro urbano.

**Figura 4** - Cacique Marcos Xukuru no centro de Pesqueira na descida após a Assembleia Xukuru do Ororubá (2019).



Fonte: <https://marcozero.org/19a-assembleia-xukuru-a-luta-contra-o-desmonte-das-politicas-indigenistas-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 19.mar. 2021

Os significados da Assembleia Xukuru do Ororubá na integração entre o povo indígena e a cidade é de suma importância para consolidar a identidade indígena, para assumir e valorizar as origens indígenas:

Eu participo da assembleia todos os anos. Vou com minha família, e sim, é importante, a gente se sente representado, fica feliz em poder discutir assuntos importantes para nossa gente, e como jovem podemos perceber que nossa história não vai morrer, vai ficar para as próximas gerações enquanto tiver gente disposta a contar nossa história. (Valentina, aluna do 3º ano do Ensino Médio, Pesqueira-PE).

Percebemos no decorrer das leituras sobre a história dos índios e a cidade de Pesqueira que existem diversos diálogos entre os dois universos percorrendo o tempo, coexistindo, seja de forma conflitante ou tolerante. É importante salientar que o povo Xukuru do Ororubá participa de espaços na cidade de Pesqueira em caráter relevante. Na Educação, escolas privadas têm no corpo docente professores e coordenadores de origens indígenas. Na Política, nas últimas eleições para o legislativo municipal foram eleitos no mínimo dois vereadores do povo Xukuru do Ororubá. E em 2016 ocorreu a maior votação individual da história da cidade para o legislativo, quando o candidato Jucenildo José Simplicio Freire, conhecido por “Sil Xukuru” obteve a totalidade de 2.191 votos no pleito.

Assim, compreendemos que todos os espaços possíveis devem ser ocupados pelos povos indígenas, e principalmente as áreas urbanas, onde o direito a cidade deve ser garantido, pois como citado, existem muitos motivos que condicionam os índios ao convívio com a área urbana, independente das razões, é fundamental o respeito para que os índios expressem as manifestações socioculturais em convívio pacífico com os habitantes não indígenas da cidade.

E o direito à cidade ocorre nesse caso como uma exigência pelo direito coletivo para novas formas ao processo de urbanização. Pois promovendo novas manifestações socioculturais propicia um dos direitos mais preciosos, porém ainda mais negligenciado. (HARVEY, 2008). E além de discutir o acesso à cidade pelos índios, é importante debater sobre a qualidade do acesso, uma vez que os diálogos fomentam a visibilidade indígena contribuindo para compreensão acerca da participação indígena nos centros urbanos. O Bairro “Xucurus”, em Pesqueira, evidencia que o povo Xukuru do Ororubá participa diretamente do cotidiano da cidade, mesmo que pouco comentado, por isso é importante que conheçamos mais sobre os vínculos território indígena-cidade, onde o citado Bairro é importante tema para estudo.

### 2.3 Um bairro com o nome de um povo: “o Xucurus”

Eu gosto daqui! Foi esse bairro, esse lugar que me deu meu sustento. Desde 1973 tenho minha venda aqui, vi de um tudo nesse lugar. Não tenho do que reclamar não! Tem alguns problemas como todo bairro tem, mas no fundo é tudo gente querida! É bom falar do Xucurus. Vamos lá? (Seu Neco, 73, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE).

Com essas afirmações e um sorriso no rosto coberto por uma máscara de pano, em razão da pandemia do Covid-19, fui recebido na “Venda do Sr. Neco”. Lugar tradicional do Bairro “Xucurus” em Pesqueira onde há aproximadamente cinco décadas “Seu Neco” comercializa produtos para habitantes no bairro, escutando relatos e compartilhando com quem passa para “prosear”.

Eu morava no Centenário, vim pra cá e montei essa vendinha, era um armazém onde a gente vendia farinha, feijão, fava... Tinha de um tudo! E a gente vendia. Não tinha muita casa por aqui. Era umas na frente da venda, algumas na rua de baixo. Mas sempre dava pra faturar algum trocado. (Seu Neco, 73, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE).

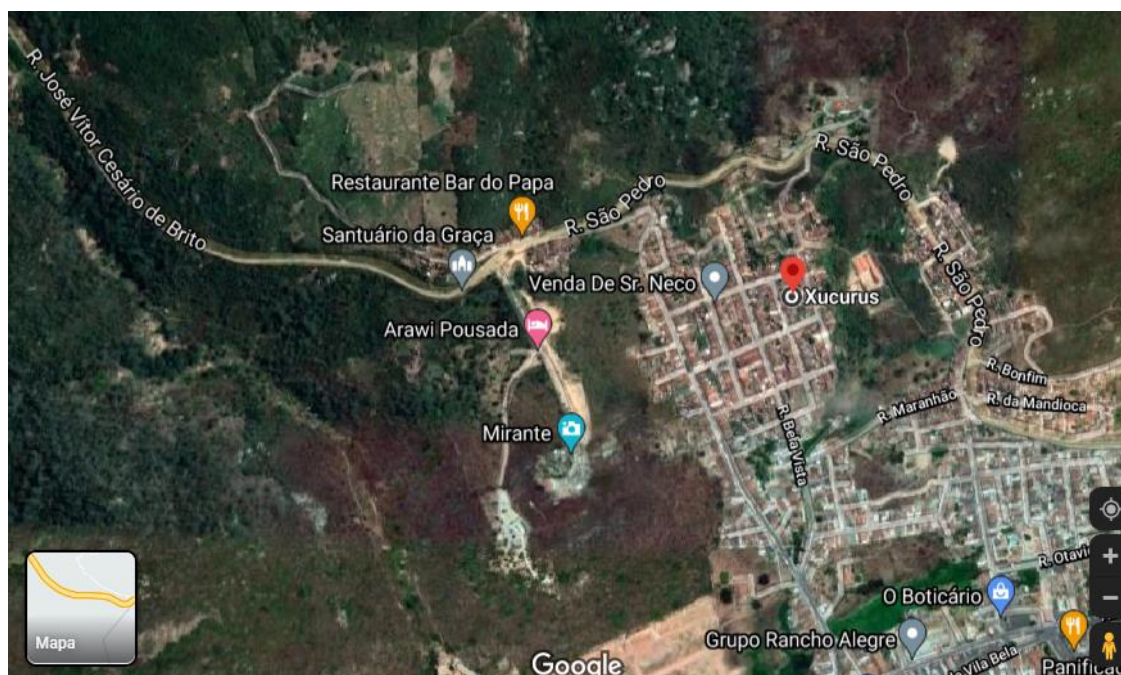
O entrevistado evidenciou a importância do relato oral para a compreensão da história de locais minimamente documentados pela História escrita. Sobre a oralidade na história, uma pesquisadora citou:

A História Oral pode ser definida em uma dupla dimensão. Primeiro como procedimento metodológico que busca construir fontes através de narrativas intencionalmente induzidas para fins de pesquisa. Segundo, como a produção resultante desse método. Apesar de a História Oral ser entendida como um método alternativo ao método tradicional, ele compartilha com o mesmo de todas as fases e etapas da pesquisa histórica: nasce de uma problemática, passa pelo processo de seleção de fontes, assim como as analisa rigorosamente, interpreta evidências e busca fontes complementares. Talvez o que diferencie a História Oral seja sua ampliação no fator subjetividade, devido ao maior envolvimento entre pesquisador e entrevistado (RIBEIRO, 2018, p. 31).

As memórias são fundamentais nas sociedades para a socialização de informações sobre o passado, onde é possível abordar questões referentes ao tempo e a História (LE GOFF, 2003). A partir desse processo de diálogos é que as memórias e a oralidade se tornam fontes cruciais para diversas abordagens históricas, como o cotidiano das pessoas moradoras em um bairro, por exemplo, o “Xucurus”, principalmente pela ausência de documentos que viabilizem a pesquisa sobre a história local. E nesse caso a oralidade possui maior relevância, uma vez que são escassas as referências bibliográficas sobre o bairro “Xucurus”, em muito aparecem em fragmentos de escritos sobre a história de Pesqueira.

O Bairro “Xucurus” está localizado entre o Centro e uma região mais na periferia de Pesqueira, próximo à estrada que segue para a Serra do Ororubá. Segundo o Censo IBGE/2010, a população local era de aproximadamente 1800 pessoas, sendo na maioria famílias indígenas.

**Figura 5** - Mapa de setor urbano do Bairro Xucurus em Pesqueira - PE.



Fonte: *Google Maps*, 2021.

As primeiras informações sobre o trânsito de pessoas na localidade onde atualmente é o Bairro “Xucurus” estão relacionadas à questão da pesca para alimentação, pois onde atualmente está localizado o bairro era o caminho em muito usado pelos indígenas para um lugar de pesca (GOMES; SILVA, 2016). Tempos depois surgiram as primeiras habitações no bairro

Aqui era só mato, mato e uma casa ou outra nessas ladeiras. As pessoas que não tinham condição de morar no centro ou em outro lugar vinha pra cá, eu mesmo moro aqui há mais de 70 anos, e vi esse bairro crescer. Não era nem de longe o que é hoje, era pequenininho. (Inácio Amorim “de Lió”, 76, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE).

**Figura 6** - Vista do Bairro do Xucurus em 1955



Fonte: <https://instagram.com/pesqueirahistorica/>. Acesso em 23.mar. 2021.

Décadas passadas, o bairro Xucurus era chamado de “Mandioca”, onde havia a Rua da Mandioca, que anos mais tarde foi nomeada Rua Coronel Didier Maciel e atualmente Manoel Tenório de Brito, em homenagem ao ex-Prefeito de Pesqueira, conhecido por “Neco” Tenório. Na parte inferior do bairro, passava o Riacho da Mandioca. Acredita-se que a nomenclatura “Mandioca” esteja relacionada ao cultivo da raiz na localidade.

O pessoal plantava mandioca sim, os caboclos plantavam e talvez seja por isso que chamavam esse lugar aqui de Mandioca. Passava muito caboclo aqui, a maioria ia trabalhar. Aí alguns foram ficando nas terras aqui do bairro e fizeram seus lares. Passou o tempo, e o bairro ganhou o nome de Xucurus. (Inácio Amorim “de Lió”, 76, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE).

**Figura 7** - Passagem do Riacho da Mandioca - Sem data.



Fonte: <https://instagram.com/pesqueirahistorica/>. Acesso em 23.mar. 2021

As primeiras habitações no bairro “Xucurus” surgiram com o processo agroindustrial em Pesqueira no início do século XX. Os índios Xukuru do Ororubá, esbulhados das terras na Serra do Ororubá, migraram para a cidade e muitos foram trabalhar nas fábricas. Circulavam pela localidade em direção às fábricas e em vários casos começaram a construir as moradias ao longo desse caminho que futuramente seria o bairro Xucurus.

Tinha muito caboclo aqui sim! O pessoal descia da serra, trabalhava, ganhava o seu e voltava, muitos passaram a morar por aqui, era mais fácil do que subir essa “lonjura” de serra, e a galera trabalhava, ganhava seu trocadinho e vivia bem. Por ter muito caboclo dos Xucurus aqui, ficaram falando que era o bairro dos Xucurus, e assim ficou. Xucurus (Inácio Amorim “de Lió”, 76, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE).

A construção de moradias foi a motivação para o surgimento de pequenos comércios, como “vendas” (bodegas) e armazéns, onde os moradores do bairro compravam produtos para o consumo e as residências.

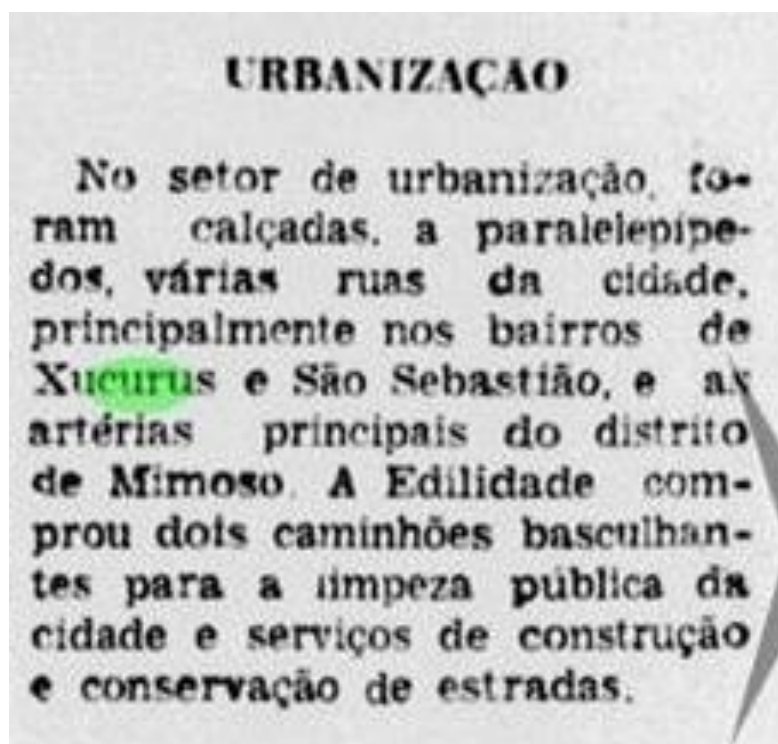
Era um tempo bom, pois a gente sempre vendia algo, o pessoal tinha o dinheiro para comprar porque trabalhava. Eu sempre vendia. Quando comecei aqui tive bons lucros e consegui construir uma casa pra minha família que fica atrás da minha venda. (Seu Neco, 73, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE).

Lembrando que a expressão “caboclo”, foi utilizado para nomear o índio, negando a identidade étnica. No bairro “Xucurus” também era usada a palavra “caboclo” uma vez que,

inculcado na população esse termo passa a ser normatizado, gerando estranhamento na palavra “índio”. Muito por conta da histórica “mistura” do indígena no Nordeste e as narrativas que afirmavam o índio como um “ser em extinção.” A imprensa pernambucana retratava o povo Xukuru do Ororubá como praticamente extinto na década de 1930. O jornal “Diário de Pernambuco”, na edição 2018 de 1934 publicou um artigo do colunista Mário Melo citando os Xukuru como um povo sem contato com a “língua primitiva”, com infiltrações do catolicismo e rancor dos brancos por conta da tomada das terras.

Em meados da década de 1960, algumas ruas do bairro foram pavimentadas com paralelepípedos alterando significativamente o visual local, outrora com ruas de terra batida.

**Figura 8** - Diário de Pernambuco.



Fonte: Urbanização. Diário de Pernambuco, Recife, 17/09/1968, p. 16.

Outro ponto a ser considerado são os festejos juninos ocorridos no bairro. Era comum a construção de palhoças para as festas juninas, sempre muito animadas. A grande diversão dos moradores no Bairro “Xucurus”:

As palhoças eram uma maravilha, a gente se divertia, dançava, bebia... Tinha umas brigas também. Mas de todo modo era uma diversão pra gente. A gente trabalhava demais, eu não trabalhava na fábrica, mas sei o quanto era puxado o serviço lá, o pessoal merecia um lazer como as palhoças. (Seu Neco, 73, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE).

Anos mais tarde, após um longo período de espoliações, sob a liderança do Cacique “Xicão” Xukuru, iniciou o processo de retomada pelos índios das terras da Serra do Ororubá e afirmação da identidade do índio, não mais “o caboclo” Xukuru. Essa ação também movimentou o Bairro “Xucurus” pela considerável quantidade de índios habitando no local, uns a favor, outros contra as retomadas.

Eu participei disso tudo, mas eu não concordava não, era uma briga muito feia com gente muito grande. Pra mim era mais confortável do jeito que estava, mas eu até entendo a luta já que o povo dizia que a terra era nossa. Então era justo lutar. Lembro de um dia que eu indo pra fazenda do povo, tentei dar meia volta e fugir, mas não deixaram. Tive que ficar até o fim com eles. (Inácio Amorim “de Lió”, 76, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE).

As relações entre índios e não-índios no Bairro “Xucurus” atualmente é de maior aceitação e respeito. A participação dos moradores não-índios em eventos como a Assembleia Xukuru demonstra o estreitamento dos contatos respeitosos, inclusive na utilização do termo índio em detrimento ao “caboclo”.

É índio que se fala! Antes a gente falava caboclo pois achava que assim era o certo, mas com o tempo fomos entendendo que essa identidade não morreu. Então a gente chama de índio, mesmo sabendo que teve muita mistura com o passar dos anos. (Seu Neco, 73, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE).

A história do Bairro “Xucurus” tem um componente fundamental para a formação e povoamento. As relações de trabalho nas fábricas da cidade. Indústrias como a Peixe admitiram muitos índios que foram expulsos das terras onde habitavam e buscaram morar no Bairro Xucurus como possibilidade de ficar próximo à Serra do Ororubá e também para o trabalho na fábrica. Situação que mudou o cotidiano de muitos índios que se adaptaram e foram condicionados a conviver com o universo urbano.

Embora as muitas famílias Xukuru tenham sido forçadas à abandonarem a Serra por falta de condições mínimas de sobrevivência, ocorreu um esforço para manterem-se próximas ao território de origem. Migrar para as áreas urbanas de Pesqueira significou para os Xukuru adaptar-se a uma vida diferente daquela na Serra, área rural do município. Havia a necessidade de uma interação maior com a população não indígena citadina. (GOMES; SILVA, 2016, p. 146).

Os diálogos no cotidiano do índio e não indígenas no Bairro “Xucurus”, bem como os vínculos nesse cotidiano com o trabalho nas fábricas motivou a busca de informações que desconstrua o silenciamento e a negação sobre as experiências vivenciadas pelos índios nas indústrias, como abordaremos a seguir.



### 3 OS INDÍGENAS OPERÁRIOS NAS FÁBRICAS E O COTIDIANO NO BAIRRO “XUCURUS”

#### 3.1 Sobre o “desenvolvimento” industrial em Pesqueira e as dificuldades dos indígenas operários no Bairro “Xucurus”

Na época da safra, era um faixa de três mil e quinhentos funcionários, e no campo eram doze mil. Que a fábrica “quebrava” 75.000 caixas de tomate por dia. (...) Formava 75.000 caixas, caixa de 32 quilos, faça o peso? Quanto era? Era uma produção muito grande. Eu mesmo já fui a São Paulo dirigindo pra trazer uma frota de caminhão, isso em 1959.<sup>8</sup> (Minervino Osório dos Santos, Pesqueira-PE).

As palavras de Minervino Osório, ex-funcionário da Fábrica Peixe por 35 anos exemplificaram a alta produção feita pela indústria durante anos, uma espécie de marco temporal do “desenvolvimento econômico” na cidade de Pesqueira, principalmente em meados do século XX. Importante destacar o termo “desenvolvimento” como uma visão imagética de parte da população sobre eventual avanço econômico em Pesqueira com as fábricas, logo deveria beneficiar todos pesqueirenses, promovendo igualdade e justiça social, combinando aumento progressivo da riqueza do país e crescente elevação do bem-estar do conjunto da população. (FURTADO, 2001). Entretanto, observa-se no período um controle social por meio da exploração da força de trabalho, invasões e esbulhos das terras no município. O enriquecimento dos industriais com a produção de doces e outros alimentos oriundos da agropecuária era noticiado na imprensa pesqueirense no início do século XX.

A goiabada de Pesqueira é simplesmente deliciosa e sem rival, e o largo consumo que ela tem hoje, é a sua maior recomendação. A produção diária, durante seis meses do ano já atinge a 3000 latas, ou seja, anualmente cerca de 540.000 latas. (...). Somente com a goiabada e o queijo de Pesqueira pode o Sr. Coronel Britto tornar-se milionário, mormente se chegar a produzir para exportação.<sup>9</sup>

Nas décadas seguintes, outras notícias informavam aos moradores na cidade de Pesqueira o “progresso” e o “desenvolvimento”, mesmo os lucros das atividades agroindústrias beneficiando somente uma parca e abastada parcela da população, como o Aero clube de Pesqueira.

---

<sup>8</sup> Entrevista ao jornalista Francisco Mendes Galindo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5t80uohG3qM&t=181s> – Acesso em: 26/09/2020.

<sup>9</sup> A Goiabada de Pesqueira, Gazeta de Pesqueira, Pesqueira-PE, 18/06/1905, p.2

No século que dizemos do avião, Pesqueira não pode ficar a margem desse fato que define e progresso de nossos tempos. Somos um centro de indústria moderna e o avião deve entrar no nosso meio não como acidente, ou eventualidade, mas como elemento integrante dos nossos foros de cidade progressista a altura dos tempos. O Aero clube que aqui temos é um legado para ser preservado e movimentado.<sup>10</sup>

Outros aspectos do exaltado “desenvolvimento” pesqueirense foram descritos por pesquisadores fomentando a narrativa de avanços significativos na época.

O bom desempenho da indústria de Pesqueira se refletirá no melhoramento e mesmo na introdução de equipamentos urbanos na cidade. É nesse bojo que se tem nas décadas de 30 e 40, o calçamento de muitas ruas, a construção dos prédios dos Correios e Telégrafos e do hospital, na época regional. As melhorias prosseguem pela década seguinte. Em 1951 chega a Rádio Difusora e é construída a subestação de eletricidade em 1956, que passa a fornecer energia da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), entre outras inovações. (CAVALCANTI, 2007, p. 94).

Pesqueira possui uma história agroindustrial, exportadora e elitizada, onde a narrativa de desenvolvimento foi agregada aos valores impostos por integrantes da elite pesqueirense atendendo a uma prática que estereotipava a sociedade, mesmo isso custando – na opinião de alguns moradores - às tradições do local:

O município, sobretudo a sua sede, parecia ter entrado num clima frenético. A produção das fábricas, voltada para a exportação, colocava a cidade em contato com outros mundos. (...) Acompanhar o mundo novo era sobre tudo seguir seu estilo, o que muitas vezes significava abandonar as tradições da localidade, o que não deixava de sofrer críticas de parte da imprensa nativa. (CAVALCANTI, 2007, p. 153).

O “Clube dos 50” era outro símbolo do domínio da elite pesqueirense por se tratar de um lugar específico para divertimento das pessoas com maior poder aquisitivo na cidade, importante ressaltar que os frequentadores do clube eram na maioria pessoas brancas, outros grupos sociais e étnicos não eram permitidos nesses espaços (GALINDO, 1996). O referido clube é um espaço que gera reações controversas entre seus contemporâneos, variando entre admiração e aversão.

A questão do racismo também era muito presente. Ainda hoje se comenta acerca do Clube dos 50 – de antemão o clube já dizia quem devia frequentá-lo: os cinquenta mais de Pesqueira – onde era proibida a entrada de negros e tendo uma negra sido barrada, jurou acabar com o clube. Dizem que a mesma cumpriu a promessa, comprou o prédio e deu outro destino ao mesmo. (CAVALCANTI, 2007, p. 170).

A entrada de pessoas negras ou chamadas caboclas no “Clube dos 50” era pouco provável. As poucas frequentando o ambiente, celebravam de forma explícita o ingresso na “alta sociedade” pesqueirense.

---

<sup>10</sup> Aero clube de Pesqueira, A Voz de Pesqueira, Pesqueira-PE, 26/08/1951, p.1

Meu pai era caboclo, ex-mecânico da Fábrica Rosa e teve sua própria oficina, que era muito frequentada pelos “grandões” de Pesqueira. Era um homem bem querido pela sociedade, tanto que ele era sócio de vários clubes de Pesqueira, inclusive o famoso Clube dos 50, onde só entrava rico e branco. Ele nos dizia sempre que nunca devíamos abaixar a cabeça para branco nenhum, já que a gente poderia estar em todos os lugares que os brancos também estavam. (Edna Maria Laurentino dos Santos, 56, Pesqueira – PE)

**Figura 9** - Clube dos 50 de Pesqueira, sem data.



Fonte: <http://ondevoceestavaempesqueiraem1990.blogspot.com/2015/08/era-dourada-dos-clube-dos-50-e-clube.html>. Acesso em 30/09/2020

Contudo, foi comum nas entrevistas realizadas durante a pesquisa ouvir: “Pesqueira no tempo da Peixe tinha desenvolvimento!” Negando, omitindo as exaustivas jornadas de trabalho, em alguns casos inclusive com três turnos diários, a garantia de um salário assegurando a mínima condição de sobrevivência, como citado por alguns familiares de operários na fábrica Peixe.

A gente vivia no “Xucurus” e tudo o que eu comi, vesti e calcei nos anos 70 e 80 eu devo unicamente à Fábrica Peixe, nosso sustento saía daquela fábrica e não posso ser ingrata em perceber a importância da Peixe na minha vida e de minha família, tínhamos uma boa condição financeira que nos garantia estudo, alimentação e vestuário por meio do trabalho do meu pai que foi apontador na Peixe durante mais de 10 anos. (Andrea Luciane de Siqueira Galvão, 46, Centro, Pesqueira – PE)

Importante considerar as relações entre patrão e empregados, pautada principalmente no controle social e econômico, proporcionava com o tempo uma efêmera sensação de

contentamento por parte de alguns operários – principalmente os que não faziam esforço físico no trabalho – citando os patrões como “homens de bem” e “pessoas magníficas” muito em conta da gratidão pela manutenção do emprego/salário nas fábricas. Independente dos desgastes físico, mental e do parco descanso, a ideia de “boa vida” para alguns operários estava atribuída ao trabalho exercido. (SOCHACZEWSKI, 2012). Sendo possível comparar com os fazendeiros que expulsaram os índios Xukuru do Ororubá de suas terras e, no processo de retomadas por parte dos índios, os mesmos foram criticados por parte da opinião pública menos abastada de Pesqueira, estereotipando os indígenas como “desocupados”, “proveitadores” e até mesmo “invasores”.

Mesmo havendo nas fábricas situações de desigualdade, alguns ex-funcionários expressaram lembranças positivas do período, inclusive por conta de certo assistencialismo, a exemplo dos proprietários da Peixe:

A gente sabia que tinham funcionários que trabalhavam em condições menos favoráveis, tinham caboclos, a gente fazia o possível pra ajudar, as vezes no terceiro turno, a noite, eu pedia ao pessoal que cuidava dos pães que eram dados ao pessoal do turno da noite, alguns pães, uma lata de “Tomatelli” e polpa para suco e eu mesma distribuía entre os “peões” da fábrica. Mas os donos eram caridosos, todo natal recebíamos uma cesta muito grande com produtos da Peixe, inclusive uma lata de marrom glacê, que era muito caro! Levava pra casa, minha filha adorava comer! (Edna Maria Laurentino dos Santos, 56, Centro, Pesqueira – PE).

A desigualdade era notória de acordo com os postos de trabalho na fábrica Peixe. Algumas pessoas conseguiam melhores colocações, mas a maioria - trabalhava em condições desfavoráveis e com baixa remuneração.

Ah Meu amigo! o trabalho na fábrica não era pra qualquer um não! Muita gente daqui mesmo trabalhava na Peixe, nas esteiras, nas viradas, trabalho difícil, ganhava pouco, esse negócio de direito trabalhista era difícil, apesar de Dr. Moacir “fichar” muita gente, mas também tinha muita gente que, pra ter o que comer, ia lá fazer seu trabalhinho, e ganhava seus “mirreís”. (Inácio Amorim “de Lió”, 76, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE).

A Fábrica Peixe tinha uma alta demanda de operários por conta da grande produção, um número significativo de trabalhadores eram índios expulsos das terras na Serra do Ororubá, buscando as mínimas condições de vida. A migração de indígenas para as áreas urbanas ocorreu em outros estados, como no Rio de Janeiro onde segundo o Censo do IBGE de 2010, mais de 6.700 habitantes naquela cidade eram índios, com constantes mobilizações pela busca de visibilidade dos indígenas (SILVEIRA, 2016). A garantia da sobrevivência dos indígenas obrigava viver nas áreas urbanas em Pesqueira, onde alguns conseguiram colocações razoáveis nas fábricas.

Meu pai, caboclo que veio lá de Couro Dantas, conseguiu um bom trabalho na Peixe graças a Deus, digo isso pois sabia que lá no “Xucurus” tinha muita gente em condição pior, trabalhos mais difíceis, ganhando menos. Éramos uma família simples, mas pra você ter uma ideia, com o que meu pai ganhava a gente podia ser considerado rico lá no Xucurus. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE).

Em geral, os trabalhos em condições desfavoráveis ficavam relegados a pessoas mais pobres, e no bairro “Xucurus” muitos índios não conseguindo melhores postos de trabalho nas fábricas como a Peixe, exerciam outras atividades exigindo maior demanda de esforço físico e com o mínimo de direitos trabalhistas. Em ocupações temporárias com demissão em menos de um ano, por conta de direitos trabalhistas e sem acesso à sindicalização (SILVA, 2008). Não somente os direitos trabalhistas, mas também o trato recebido como operário em determinados momentos era inadequado.

Tinha Patrão lá que abusava, principalmente com o pessoal que pegava no pesado mesmo. Lembro de uma vez, que o dono lá da Peixe pediu que eu pegasse um papel, como demorei a pegar ele soltou no chão e seguiu caminhando, eu fui lá pegar morrendo de raiva. Pensei comigo: Se fosse algo importante era bom que quando ele jogasse caísse dentro da caldeira. Infelizmente nunca caiu lá. (Inácio Amorim “de Lió”, 76, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE).

Na Fábrica Peixe, a grande demanda da produção de insumos como a polpa de tomate e goiabada demandava um processo de logística vultuoso. O “descarrego” do tomate e das frutas era realizado por vários caminhões abastecendo a Fábrica Peixe e ocupando grande espaço nas ruas próximas.

**Figura 10** – A chegada dos caminhões de tomate à Fábrica Peixe, sem data.



Fonte: <https://instagram.com/pesqueirahistorica>. Acesso em: 23.mar.2021.

Muitos dos caminhões buscavam o tomate e as goiabas em plantações na Serra do Ororubá, em vários lugares onde atualmente demarcado como o território indígena. Porém, na Serra do Ororubá também existia a criação de gado para a produção de laticínios, evidenciando o poder dos fazendeiros cada vez mais expulsando os índios das terras, obrigando muitos a viver em condições de dificuldades nas áreas urbanas em Pesqueira, como afirmou Seu Zequinha, Pajé do Povo Xukuru do Ororubá em uma entrevista:

Em suas memórias, os índios Xukuru do Ororubá falaram dos plantios existentes na Serra do Ororubá destinados à indústria de doces, e ainda da época em que trabalharam nas fábricas em Pesqueira. O Pajé Xukuru falou da grande dimensão de terras ocupadas pela Família Brito, com plantios de tomate: “tinham terra que nem o diabo! Aqui logo, começa logo aqui do Papa, vai a Alagoas tudo ali em Santana, por ali a fora tudo era deles, né. Sítio do Meio, eles tinham o que. Umas quinhentas quadras. Dava uns quinhentos quadra lá em Sítio do Meio. Esse Sítio do Meio foi grilado. Foi tomado”. (SILVA, 2008, p. 172).

Alguns ex-funcionários recordaram o momento do abastecimento de tomate e goiabas na Fábrica Peixe como um trabalho desgastante, pela grande quantidade de caminhões trazendo os produtos.

Era caminhão que não acabava mais, por algum tempo eu cuidei do descarrego do tomate e da goiaba, tinha que ter muita atenção pois era muita carga, os caminhões quando você olhava parecia que não tinha fim de tanto caminhão, daí a gente imagina o trabalho que dava descarregar tudo aquilo, eu trabalhava com mais de 100 homens nisso, a gente tentava ajeitar mas era cansativo demais, principalmente pra eles. (Edna Maria Laurentino dos Santos, 56, Centro, Pesqueira – PE).

O serviço de descarga das caixas de tomate e goiabas era extenso e normalmente ultrapassava o horário convencional do expediente na Fábrica Peixe. No turno da noite e madrugada as “viradas” eram comuns, pois o trabalho noturno não demandava direitos trabalhistas e várias pessoas, inclusive habitantes no bairro “Xucurus”, submetiam-se a esse tipo de trabalho para a sobrevivência.

Lembro-me bem desse período, eu ouvia falar em “serão”, ou “viradas”, era comum perto do início da noite ver várias pessoas descendo o “Xucurus” rumo à Fábrica Peixe e de manhã via também o retorno do pessoal, sujos, cansados... Era um trabalho difícil, insalubre, complicado e pesado demais e muitas pessoas do “Xucurus” participavam. Era uma maneira de atenuar a grande pobreza que o bairro vivia, sim, o “Xucurus” era um retrato da pobreza e miséria de Pesqueira, qualquer trocado era bem vindo na época. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE)

As pessoas trabalhando nas viradas recebiam infelizmente uma alcunha, relacionada a condição vivenciada pelos operários na fábrica naquele momento: eram chamados de “porcos”, por sujarem muito as roupas com respingos, trabalhando sem os direitos trabalhistas e em condições desfavoráveis:

A exploração dos trabalhadores era grande e às claras. É corrente entre os antigos operários depoimentos de que, em época de maior produção, a jornada de trabalho alcançava até 24 horas, praticamente sem descanso e com alimentação à base de café com pão. Isso tinha reflexos na higiene no local de produção que era sofrível. Existia uma categoria de trabalhadores chamados pelos demais de “porcos”, que eram trazidos do campo em cima de caminhões e que sem o uso de uniformes trabalhavam das 18h até o dia seguinte, manuseando frutos, com a mesma roupa que haviam usado no campo (CAVALCANTI, 2007, p. 52)

Com a produção intensa de tomate e goiabas, além das pessoas vindas das várias fazendas da Peixe, muitas desciam as ladeiras do bairro “Xucurus” para cumprir as “viradas” na fábrica Peixe.

Ah, a gente percebia aqui no “Xucurus” que era a hora do porco quando o pessoal começava a descer as ladeiras rumo ao trabalho na fábrica, era muita gente e muita gente pobre mesmo, que não tinha dinheiro para comprar nada, aí recebia um trocadinho na fábrica e, às vezes, gastava aqui na venda comprando coisas pra dentro de casa, parecia pouco mas já ajudava. Mas a gente sabe que o trabalho não era fácil. Não era mesmo! (Seu Neco, 73, Bairro “Xucurus”, Pesqueira-PE)

Importante ressaltar que muitos dos trabalhadores na difícil e insalubre jornada das “viradas” eram índios oriundos da Serra do Ororubá, expulsos de suas terras e migrantes na

área urbana de Pesqueira. Como relatado por um entrevistado, o termo caboclo era o usado para tratar as pessoas oriundas da Serra do Ororubá, pois ser índio naquele universo fabril de Pesqueira era ofensivo.

Era caboclo, caboclo! Esse pessoal que descia pra trabalhar nas fábricas era caboclo, e vinha gente viu? Tudo pra trabalho braçal, na esteira, carregando, descarregando, na virada. Eram os porcos! Como era complicado, trabalhava de noite, ganhava seu dinheirinho, mas era puxado demais! Tinha gente que descia da Serra, mas já tinha um pessoal que morava por aqui mesmo e também ia, chegava no outro dia, só Deus sabe como, mas chegava. (Inácio Amorim “de Lió”, 76, Bairro “Xucurus”, Pesqueira – PE)

Os entrevistados comentaram sobre as dificuldades vivenciadas pelos operários trabalhando no “carrego e descarrego” na Fábrica Peixe. As memórias orais dos entrevistados foram expressas momentos de empatia com o companheiro de trabalho, convertendo-se em emoção de quem vivenciou o período nas fábricas e as desigualdades.

Não tem como não lembrar dos operários, eram vários, seguindo o trabalho com todas as dificuldades. Tomava café com pão e seguia em frente. A gente sempre tentava ajudar com algo, alguma coisa que pudesse amenizar a fome dessas pessoas, já que as condições de trabalho não eram tão boas (pausa) A gente tinha que fazer algo, o patrão não precisava saber, aí sempre que a gente podia organizava uma coisinha a mais para aguentar o rojão, mas era difícil. O trabalho deles era difícil e importante, lembro com carinho, saudade e emoção pois a gente se coloca no lugar do outro. (Edna Maria Laurentino dos Santos, 56, Centro, Pesqueira – PE).

O trabalho dos chamados “porcos” ocorria na maioria das vezes no período de colheita das grandes safras, onde era necessária a força física de várias pessoas para atender a demanda da fábrica. Pela manhã, seguiam de volta sujos para as suas casas e voltavam à noite para mais uma jornada da “virada”. Na pesquisa realizada por Edson Silva (2008), as condições desses trabalhadores eram agravadas pela falta de direitos trabalhistas para os operários “noturnos”; a falta de contribuição previdenciária; a ausência de ação dos sindicatos e a efemeridade do trabalho, onde o afastamento para não pagar tributos impossibilitava o operário conquistar um ano de vínculo empregatício com a Fábrica Peixe, diversos subterfúgios objetivando eximir os proprietários da fábrica de obrigações trabalhistas.

Enquanto os “os porcos” não possuíam salário mínimo estabelecido e nem podiam contribuir com o sindicato, aqueles que eram “registrados” tinham acesso a esses direitos. Os “porcos” não tinham como nem mesmo comprovar os dias e horários trabalhados, pois todas essas informações eram anotadas propositalmente em um papelão que logo podia ser descartado para não gerar provas que pudessem “complicar” os donos da Fábrica Peixe. (GOMES, 2020, p. 94).

Sem as terras, condicionados a um trabalho sem direitos, “invisíveis” para a sociedade pesqueiraense e com grande dificuldade de garantir o sustento das famílias, os Xukuru do



Ororubá do bairro “Xucurus” conviviam constantemente com a miséria, e a violência moral. Inclusive com indígenas cometendo alguns pequenos furtos para a sobrevivência.

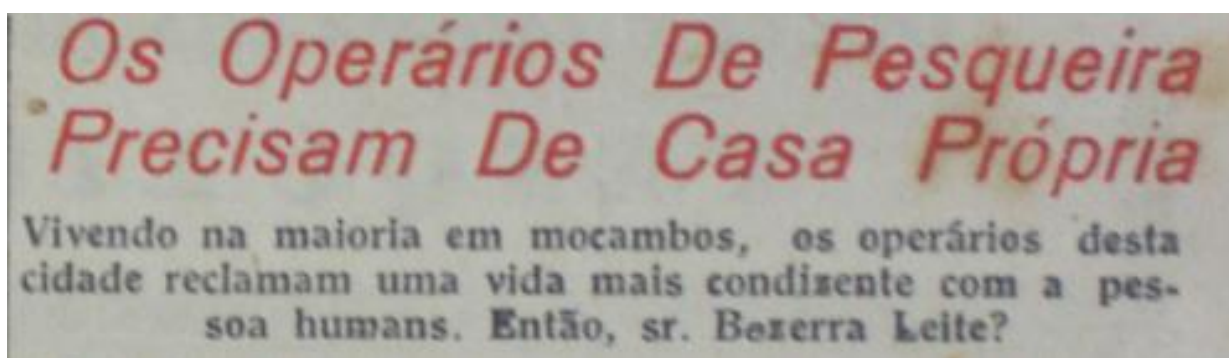
Meu pai quando saiu da Peixe, ainda na década de 80 se tornou feirante. E um certo dia na feira foi solicitado que meu pai guardasse de forma imediata seus produtos, pois vinham índios da Serra que iriam praticar roubos na cidade, guardamos e voltamos pra casa. Compreendo perfeitamente, o cenário próximo a Serra era de miséria, as pessoas passavam fome! Enquanto não houvesse uma política voltada para esses povos essas situações seriam recorrentes. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE).

Outro procedimento destacando a instabilidade do trabalho na Peixe era o “sorteio”, quando era escolhido aleatoriamente um cartão de ponto para o operário ser desligado da empresa. A situação angustiava as pessoas vinculadas, pois sabiam do risco em perder o trabalho.

Aí eu caí no sorteio e fiquei na porta do escritório chorando, as lágrimas caindo e Dr. Moacir (de Britto) disse: ‘o que é que há’, eu disse: ‘eu caí no sorteio Doutor’, ele disse: ‘vá chamar Abdias’ Ai o Abdias que era chefe do ponto chegou e Dr. Moacir disse: ‘dê o cartão de Minervino e leve ele pra lá. E nesse ‘pra lá’ que eu fui depois me tiraram de seção, mas não me tiraram mais o cartão no sorteio não!’<sup>11</sup>(Minervino Osório dos Santos, Pesqueira-PE).

O trabalho dos operários na Fábrica Peixe garantia o mínimo do sustento das famílias, entretanto dificilmente viabilizava a compra da casa própria. No bairro “Xucurus”, a dificuldade dos moradores em ter o chamado “chão de casa” para a construção de moradias, mesmo as mais simples, escancararam a pobreza das pessoas do local. O problema da habitação dos operários era citado de forma recorrente nos jornais de Pesqueira.

**Figura 11** – Manchete do Jornal “A voz de Pesqueira”



Fonte: Jornal A voz de Pesqueira, Pesqueira. 1954.

<sup>11</sup> Entrevista ao jornalista Francisco Mendes Galindo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5t80uohG3qM&t=181s> – Acesso em: 26/09/2020.

As moradias no bairro “Xucurus” seriam uma presumível solução para o longo percurso entre a Serra do Ororubá e as fábricas, também considerando os indígenas na área urbana sem condições de morar tão próximo ao centro da cidade, local de residências imponentes das famílias mais abastadas em Pesqueira.

**Figura 12** – Uma das casas da Família Brito, proprietária da Fábrica Peixe em Pesqueira.



Fonte: <https://pesqueira.pe.gov.br/turismoecultura/casarao-da-peixe/>. Acesso em 04 abr. 2020.

As áreas periféricas nas cidades, são convidativas ao povo pobre das localidades pela viabilidade financeira da aquisição do terreno ou imóvel (SANTOS; POLIDORI; PERES; SARAIVA, 2017). Mesmo convivendo com problemas estruturais e legais da residência, em Pesqueira as pessoas constituíam moradas nos bairros periféricos pela facilidade do caminho até o trabalho, neste caso, para as fábricas.

Antigos moradores do bairro “Xucurus” afirmaram a dificuldade em conseguir um “chão de casa”, mesmo em condições desagradáveis e pouco habitáveis,

Pra gente conseguir essa casa aqui, foi muito sacrifício, muita luta! Lembro que a gente já saiu da Serra pois não tinha canto mais lá. Em Santa Rita, tinha mais canto não, era tudo dos fazendeiros. Aqui embaixo a pessoa tinha que ficar onde dava. Até morar do lado de criação de porco a gente já morou, era muito ruim, mas a gente precisava viver. Fomos trabalhando e graças a Deus temos hoje nosso cantinho, e não saio daqui por nada nesse mundo! (Inácio Amorim “de Lió”, 76, Bairro “Xucurus”, Pesqueira – PE)

As dificuldades eram variadas e constantes para os moradores no bairro “Xucurus” trabalhando na Fábrica Peixe, inclusive a distância do bairro para a fábrica também deve ser observada. Em um percurso realizado em uma caminhada de aproximadamente dois quilômetros entre o bairro e a fábrica, percurso agravado pelas várias ladeiras no bairro íngreme.

Portanto, a vida dos indígenas operários nas fábricas em Pesqueira notabiliza-se por uma rotina exaustiva, instável e em vários momentos mal remunerada. Junto ao contexto os índios Xukuru do Ororubá enfrentavam outra problemática a ser discutida: o preconceito com o indígena e o convívio com os não-índios na localidade. Os diálogos nas entrevistas com moradores do bairro “Xucurus” buscaram compreender também como ocorria o convívio entre esses dois atores históricos: Índios e não-índios, em um bairro originado pelos indígenas expulsos de suas terras migrando para o “Xucurus”, em busca de uma oportunidade de estar na área urbana de Pesqueira em convívio cotidiano com não indígenas.

### 3.2 Sobre o cotidiano do Bairro “Xucurus”: as narrativas sobre um bairro habitado por indígenas e não-indígenas

A respeito da presença indígena na cidade de Pesqueira, um entrevistado afirmou:

Aqui todo mundo se conhece, escuta histórias, aprende a compartilhar, entende a dor do outro. Acho que todo bairro é um pedaço afetivo da cidade, é aquela coisa, a cidade pode estar ruim, mas a gente acha sempre nosso bairro um bom lugar. Eu morei em pelo menos umas seis casas nesse bairro e conheço muita gente aqui, tem muita história, boa ou ruim, mas tem história”. (Geovane Rufino, 25, Baixa Grande, Pesqueira – PE).

As palavras do jovem morador em Pesqueira após vivenciar a infância e adolescência no bairro “Xucurus” possibilita reflexão importante sobre os bairros, principalmente nas cidades do interior: São lugares onde todos se conhecem, compartilham vivências e dialogam sobre as aventuras e desventuras das vidas. Compreender as narrativas orais sobre bairros é similar a entender a dinâmica da cidade em “pílulas de conhecimentos”, onde a cada diálogo é possível perceber nas lembranças dos moradores informações peculiares não documentadas, essa lacuna é preenchida pela história oral, sendo a entrevista um recurso importante (ALBERTI, 2004).

Recorrer aos relatos de moradores foi uma alternativa fundamental em dois aspectos pertinentes ao bairro “Xucurus” e as relações entre índios e não-índios: A escassez de registros sobre a história do bairro e registrar o “não-dito” de uma população invisível e marginalizada. Em grande parte, as memórias silenciadas são suplantadas pelo estereótipo que a elite local

busca estabelecer. E as pesquisas buscando evidenciar as narrativas e memórias silenciadas tem função de evidenciar versões outras para a considerada “história oficial”.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (...) O problema que se coloca em longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação (POLLAK, 1989, p.8-9).

Os relatos dos índios habitantes no bairro “Xucurus” evidenciaram a necessidade do “dever de memória”, conceito surgido na década de 1990 na França (BOUTON, 2016), onde grupos sociais prejudicados por experiências históricas passadas buscava as memórias para pleitear direitos.

Na atualidade, existe uma demanda dos povos indígenas pelo combate à discriminação e preconceito. A escola deveria ser um espaço privilegiado para romper com estereótipos e promover uma educação intercultural pautada no respeito à diferença. A lei 11.645/08 é uma resposta para esta demanda. Ela é um chamado ao “dever de memória”, uma evocação, valorização e reconhecimento de memórias vinculadas às experiências históricas traumáticas, como a tomada de terras, a escravização, a violência, o extermínio dos povos indígenas, e também às suas lutas e resistências, ao protagonismo destes grupos ou indivíduos, às suas tradições, na busca da validação social de direitos já adquiridos e para a conquistas de novos. (SILVEIRA, 2016, p. 53).

As narrativas de indígenas ou não no bairro “Xucurus”, apresentam, na maioria das vezes, situações comuns de um local com diversas dificuldades em vários aspectos: Educação, saneamento, segurança, habitação e outros tantos. A negligência do poder público com o bairro “Xucurus” deve ser destacada. Situação divulgada pela imprensa pesqueirense, como o jornalista Aluísio Falcão no artigo “Gosto de minha cidade” publicado no jornal *Clarim* em 1948, citando a ausência de franqueza do poder público em mascarar a miséria de bairros como a “Mandioca” – antigo nome do bairro “Xucurus” – com o avanço das fábricas na cidade, denunciando também a falta de recursos básicos para a vida com dignidade. Situação também afirmada por Andréa, Professora Xukuru do Ororubá e antiga moradora do bairro “Xucurus”:

O Xucurus sempre foi conhecido como bairro de pobres, a miséria era imensa, um verdadeiro drama social. A gente se pergunta como a prefeitura ao longo dos anos não olhava pra essa gente! Faltava tudo, ainda hoje tem que associe o bairro a pobreza. É como se fosse um estigma. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE).

Os moradores no bairro “Xucurus” conviviam constantemente com o drama da fome e mendicância. Nas entrevistas percebemos a gravidade dos aspectos sociais. Como relatado por um indígena atualmente habitando no território demarcado:

A gente passava fome! Saiu da aldeia pra não morrer de fome! Eu nasci em Caetano e lá a gente não tinha terra, meu pai não tinha terra... Seu Arnaldo de Brito Arcoverde. Era fome demais! Seis filhos pequenos, avalie. Melhorou depois que meu pai entrou na Peixe. Aí dava pra comer, vestir, até uma casinha a gente comprou com a demissão do meu pai. Mas conheci muita gente que pegou época de fome brava no bairro. (Erasmio Arcoverde, 44, Aldeia Caetano).

Outros relatos evidenciaram a situação da insegurança no bairro, atualmente considerado relativamente violento, outrora pacífico e acolhedor. Nas relações entre os moradores não eram preocupantes assaltos e violência físicas.

Era tranquilo, você acredita que eu saía do trabalho lá onde hoje é a fábrica de ração Rancho Alegre e vinha pra casa, aqui no Xucurus às 2 da madrugada? Não tinha um problema, a gente chegava à nossa casa tranquilamente, as crianças brincavam na rua, vez ou outra você ouvia falar de alguma confusão, mas nada que atrapalhasse o cotidiano do bairro, era sossegado. (José Karl Mirko Galvão Leite, 56, Xucurus, Pesqueira – PE).

O saneamento básico no bairro também era deficitário, somente existindo de forma precária em parte do bairro. Na década de 1980 a parte alta do “Xucurus” não tinha abastecimento de água, onde vários habitantes recorriam a um chafariz público:

O calçamento no Xucurus ia até uma parte do bairro e outra não era calçada, na parte que não era calçada não tinha água encanada, aí o povo ia ao chafariz que tinha no bairro pra pegar água, o chafariz tinha água por minação. Ajudou muita gente pois não tinha acesso à água encanada. Depois tiraram o chafariz, já que era no meio da rua. (idem).

Quanto ao aspecto habitacional, o bairro é caracterizado por muitas casas de alvenaria simples, as conhecidas casas de “meia-água”, principalmente pelo baixo custo de construção e para melhor aproveitamento dos pequenos espaços nos terrenos do bairro, com poucas divisões internas e paredes não revestidas. As construções nas ladeiras promovendo um visual peculiar às ruas no bairro: “Na maioria dos casos, eram casas de meia-água, bem simples mesmo. Por falta de um sistema de esgoto, muitas dessas casas tinham o banheiro do lado de fora da casa. Era realmente o lugar onde “dava” pra morar, pois conforto era muito pouco”. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE).

**Figura 13** - Rua Coronel Leonardo, bairro “Xucurus”, em 1990.  
Em pouco mais de duas décadas os aspectos das casas continuam semelhantes.



Fonte: Acervo de Geovani Amorim

**Figura 14** - Rua Coronel Leonardo, bairro “Xucurus”, em 2014.  
Em pouco mais de duas décadas os aspectos das casas continuam semelhantes.



Fonte: Acervo de Geovani Amorim

Em texto publicado pelas pesquisadoras Ivone Maria dos Santos Gomes e Maria da Penha da Silva em 2016, algumas inquietações importantes foram apresentadas sobre o bairro

“Xucurus”, principalmente em relação ao cotidiano entre índios e não-índios e possíveis preconceitos contra a população indígena.

Durante as entrevistas, observamos que as relações entre índios e não-índios no bairro “Xucurus” em muito ocorreram com a adaptação dos índios a nova realidade urbana, inclusive na utilização do termo “caboclo” e na invisibilidade do ritual sagrado do Toré, prática sociocultural indígena que em alguns casos visto como uma espécie de folclore em Pesqueira, cidade com marcante catolicismo romano.

Morei no Xucurus por 40 anos, mas o Toré era algo muito da serra, sabe? A gente é Xukuru, sabe disso, o Toré é importante, meu pai sempre me disse, é valer a nossa cultura, a nossa origem. A gente ia vivendo do jeito que dava, mas sem nunca esquecer a nossa crença. (Erasmio Arcoverde, 44, Aldeia Caetano).

A expressão “caboclo”, tão discutida em diversas pesquisas e citada no capítulo anterior, foi mais uma forma de perceber as relações ocorridas no bairro “Xucurus”, onde índios e não-índios em vários momentos normatizaram a expressão e assim ocorria o cotidiano. A perspectiva sobre a concepção de índio como afirmação é importante para consolidar a identidade indígena e suas mobilizações, como afirmou a entrevistada Andréa:

Importantíssimo dizer, as pesquisas que são feitas para derrubar esse estereótipo e fomentar cada vez mais a identidade indígena são fundamentais. Em outros tempos a relação era como “caboclos”, meu pai era caboclo, mas era lá de Couro Dantas, e todo mundo tinha essa ideia de caboclo da serra. Ou até mesmo falando que não tem mais índio pois não tem mais os legítimos, teve muita mistura, mas o que não falam é que ser índio vai além do que está em seu rosto e corpo, ser índio é afirmação, é essência, é crença. Tinha gente que fechava as portas de casa quando tinha o Toré no bairro por conta da assembleia Xukuru, hoje a aceitação é maior. Que mais e mais pesquisas apareçam para que essas barreiras preconceituosas possam ser derrubadas. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE).

Em entrevista concedida em novembro de 2020 à Rádio Urubá FM de Pesqueira, o Cacique Marcos Luidson Xukuru do Ororubá comentou sobre o estereótipo indígena que povoa o imaginário popular, reafirmando que ser índio não é uma questão de aparência física, e sim a afirmação e comprometimento com o povo, independente do lugar onde habita. Em acréscimo, é importante comentar sobre o termo “desaldeado”, usado de forma pejorativa em relação ao índio habitante na área urbana estabelecendo um “limite territorial” para ser índio.

O pessoal falava muito desse negócio de desaldeado! Se não tá na aldeia é desaldeado, é como se a gente perdesse o direito de ser índio sabe? Eu sempre achei muito estranho pois eu sou Xukuru em todo canto, tenho orgulho de dizer isso, tenho irmão que mora em São Paulo e que é Xukuru também, não precisa estar na aldeia, basta ser. Isso chateia a gente sabe? (Erasmio Arcoverde, 44, Aldeia Caetano).

Nesse caso, prevaleceu a resistência indígena no bairro “Xucurus” em relação aos demais moradores que por ignorância ou não, silenciaram as narrativas indígenas no bairro,

mesmo o convívio entre índios e não-índios sendo amigável. Entretanto devemos ressaltar que durante o cacicado de “Xicão” ficou evidente a mobilização pela afirmação dos povos indígenas no território ou em outros ambientes. Os relatos sobre “Xicão” são praticamente unânimes entre índios e não-índios quando se referem a liderança do Cacique e as influências para a história indígena no território ou na cidade. Como evidenciaram entrevistados:

Xicão era a presença dos Xukurus, o homem tinha argumento e força para “lutar” pelo que era do seu povo, experiente, preparado, dotado de boa conversa, entendia do que estava falando e do que queria. Foi um fenômeno, veio, mobilizou o povo e foi embora. (José Karl Mirko Galvão Leite, 56, Bairro “Xucurus”, Pesqueira-PE).

E também,

A gente começou a ouvir essa questão de índio com Xicão, ele liderava o povo dele e fazia as lutas dele para seu povo, antes a gente entendia que era tudo misturado, mas desde Xicão que a gente percebe que estamos falando dos índios. (Seu Neco, 73, Bairro “Xucurus”, Pesqueira – PE).

Em outros relatos de índios moradores no bairro “Xucurus” percebemos a importância de “Xicão” para a afirmação indígena na cidade em Pesqueira.

Xicão era um ser resplandecente, uma pessoa que tinha uma forma, um trato com as pessoas, uma imponência ao falar que eram absurdamente incríveis, não tinha como não se encantar por aquela pessoa! Um homem alto, olhos lindos e diálogo forte! Sem contar que ele é o maior responsável por hoje nós podermos falar na questão indígena sem receios, ele mostrou ao povo a nossa identidade. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE).

E ainda,

“Xicão era moral, com ele não tinha coisa errada, ele não encobria nada de errado que acontecesse em sua área. Ele não ia encobrir não, bandido ou marginal, com ele não tinha vez, se era errado saía do convívio, ele gostava de pessoas certas e honestas.” (Erasmio Arcoverde, 44, Aldeia Caetano).

A identidade indígena defendida por “Xicão” buscou afirmar a condição de índio para além do limite do atual território demarcado. Muitos índios moradores no bairro “Xucurus” com terras no território demarcado constantemente voltam ao local para visitaçã o e “energização”. Outros voltaram para habitarem nos locais de origens:

Meu pai tinha terra em Couro d’Antas, e constantemente eu vou lá para colocar as energias em dia, as aldeias são lugares de paz de espírito e onde dialogamos com a ancestralidade, não podemos deixar isso acabar, revisitar a história em Couro d’Antas também é um ato de resistência.” (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE).

Como também afirmou outro entrevistado,

Depois de trabalhar na Peixe e Antarctica, meu pai aposentou e ficou lá em Caetano, lá ele arrumou uma pessoa pra ele e está lá feliz, tem 70 e poucos anos, ele não sai de



lá não, se sair adoece! Não tem jeito, o lugar dele é lá, ele veio pra cá porque foi o jeito.” (Erasmu Arcoverde, 44, Aldeia Caetano).

E mais outro:

Tenho minha terrinha lá em Santa Rita, e sempre que posso vou lá dar uma olhada, ajeitar as coisas, é bom, eu gosto daqui do bairro, mas eu gosto muito de lá e fico cuidando do chãozinho, é um bom rancho, dá pra plantar, viver. É bom demais. (Inácio Amorim “de Lió”, 76, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE).

As relações dos indígenas na Serra do Ororubá e no bairro “Xucurus”, também ocorrem pela participação dos moradores do bairro na celebração da Festa de Nossa Senhora das Montanhas, chamada pelos Xucurus do Ororubá como “Mãe Tamain”, ocorrida anualmente na Aldeia Vila de Cimbres, com celebrações católicas romanas e rituais sagrados indígenas como o Toré.

Vamos sim! Participamos sim! Acredito ser importante participar pois é uma demonstração de nossa fé, tanto pela cultura católica quanto pela indígena, são fundamentais para a manutenção de nossa essência. Eu sempre vou e sempre recomendo que vão. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE).

Quanto aos não-índios moradores do bairro, os relatos evidenciaram o convívio amistoso, considerando as relações baseadas no estereótipo do “caboclo”, pois o termo “índio” no bairro era visto com certa estranheza por alguns:

É como eu disse, falar de índio aqui era coisa difícil, a gente sabia que tinha, mas como o pessoal sempre usava a fala de caboclo, a gente falava desse jeito, mas isso não quer dizer que não tinha índio, mas ficou uma coisa comum, era os caboclos da serra, e assim a gente ia tratando todos, todos gente de bem, não tinha restrição não. (Seu Neco, 73, Bairro “Xucurus”, Pesqueira – PE).

Ou como afirmou outro entrevistado:

Todo mundo se tratava bem, bairro tranquilo, maioria de pobres, mas era tranquilo, falar de índio no bairro, a gente sempre dizia que legítimo era difícil por que misturou muito, mas percebendo que índio é aceitação, o panorama é diferente, muitas pessoas acham que a pessoa se torna índio pra receber benefício do governo, aí fica aquele preconceito. (José Karl Mirko Galvão Leite, 56, Bairro “Xucurus”, Pesqueira – PE).

Com o passar dos anos alguns moradores no bairro conseguiram juntar dinheiro possibilitando iniciar algum tipo de negócio. Havia no “Xucurus” uma pequena fábrica de doces de goiabas nas décadas de 1970 e 1980 a “Fábrica de Seu Dão”.

**Figura 15** – Casa onde existia “Fábrica de Seu Dão”.

Na década de 1990 foi sede do “Palmeiras do Xucurus”, time de futebol amador do bairro.<sup>12</sup>



Fonte: Acervo de Geovani Amorim

Em uma cidade com várias indústrias de doces, com a Peixe, a Tigre, a Rosa, dentre outras, o bairro “Xucurus” abrigava locais utilizando métodos artesanais para a produção de dessa iguaria. A “Fábrica de Seu Dão” produzia doces caseiros de goiabas consumidos pelos moradores no bairro. Alguns dos entrevistados comentaram sobre os doces de goiaba fabricados por “Seu Dão” e a farta goiabeira existente no fundo do quintal onde morava:

A Fábrica de Seu Dão era um marco do Xucurus, era doce do tipo caseiro, muito bom, e vendia bem, quando eu o conheci ele era já bem de idade, mas era muito bom o doce, eu morei atrás da fábrica, ele tinha um pé de goiaba que dava muita fruta boa! Alguns meninos pegavam as goiabas de Seu Dão. Tinha também a fábrica de Zé da Fuba, que fazia pipoca também. (José Karl Mirko Galvão Leite, 56, Bairro “Xucurus”, Pesqueira – PE)

Outras fábricas de menor porte e alguns comércios surgiram no “Xucurus” entre os anos 1980 e 1990, onde os moradores do bairro não precisariam comprar alimentos e outros produtos no centro de Pesqueira, movimentando mesmo que minimamente a economia no bairro e empregando alguns dos moradores.

Aqui teve algumas fábricas sim! Tinha Seu Dão que fazia doces, tinha uma fábrica de fubá de milho e tinha uma de colorau, que era de Elevelton, eu trabalhei nessa fábrica um tempo, a de colorau e tinha alguns comércios, hoje tem mais, mas na época já tinha

<sup>12</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=3JKW\\_XjMDn0](https://www.youtube.com/watch?v=3JKW_XjMDn0). Acesso em 14/10/2020.

alguns, a gente fazia feira neles, igual seu Neco que era a maior venda que tinha por aqui. (Erasmio Arcoverde, 44, Aldeia Caetano).

Muitas pessoas no bairro “Xucurus” faziam “feira” na “Venda de Seu Neco”, um armazém onde eram vendidos diversos gêneros alimentícios e outros produtos. A “Venda” funciona até a atualidade no mesmo local, em uma esquina na Rua Coronel Leonardo.

Seu Neco é um bom comerciante, a venda dele tinha de tudo, a gente fazia feira lá também, era a maior venda daqui, pois na época (anos 70 e 80) o que tinha aqui era uma ou outra vendazinha como a de seu Antônio Carneiro e tinha uns bares do tipo “pega-bebo” que tinha lá uma cachaçazinha pro povo beber. No mais, quem mais vendia aqui com certeza era Seu Neco. (José Karl Mirko Galvão Leite, 56, Bairro “Xucurus”, Pesqueira – PE)

**Figura 16** – “Venda do Seu Neco” (Seu Neco aparece à esquerda), fotografia de 1990. A casa comercial existe na atualidade no Bairro “Xucurus”.



Fonte: Acervo de Geovani Amorim

**Figura 17** – “Venda do Seu Neco, 2017.



Fonte: Acervo de Aesyo Rodrigues

O “Seu Neco” é bastante conhecido do bairro “Xucurus”, e conhecendo muitas narrativas e momentos no lugar. Conhece tantas pessoas que durante a entrevista realizada na frente do estabelecimento comercial por aproximadamente uma hora e meia, ocorreram mais de dez interrupções para “Seu Neco” atender os clientes. Típico comerciante apegado ao bairro e mesmo não tendo o sortimento de outros tempos, o estabelecimento funciona todos os dias e atende os clientes com simpatia ímpar: “Tem que atender bem, são eles que mantém o negócio aberto, a gente vai vendendo, conversando, aqui tem gente que hoje eu vendo aos netos, o povo vai ficando aqui no bairro e a gente vai mantendo o contato, e é feliz desse jeitinho”, como afirmou. (Seu Neco, 73, Bairro “Xucurus”, Pesqueira – PE)

A partir das conversas com o comerciante e demais moradores, surgiram vários “causos” sobre o bairro. Os moradores relataram que o bairro “Xucurus” é famoso em Pesqueira pela imensa quantidade de “histórias” peculiares, “Coisas que só acontecem no Xucurus”. São narrativas importantes para ampliar os conhecimentos sobre o cotidiano do bairro e promover uma pesquisa para além dos registros documentais: “O Xucurus tem de tudo, mas tudo mesmo, parece que é um bairro feito para a excentricidade, a gente vai puxando pela memória e percebendo o quanto esse bairro tem de história, muitas delas extremamente engraçadas.”. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE)

Em relação aos festejos ocorridos no bairro “Xucurus”, sobre um deles foi unanimidade entre os entrevistados, referências visibilidade e a animação. A Festa de São João era marcada pelas “palhoças” organizadas em algumas ruas. A principal era a de “Severino Potoló”, líder político do bairro, falecido e lembrando São João Batista o padroeiro do Bairro. As narrativas sobre as palhoças dos festejos juninos no bairro “Xucurus” provocaram boas recordações dos moradores e era elogiada pela imprensa.

**Figura 18** – Trecho de reportagem do Diário de Pernambuco, 24 de Junho de 1973.

As quadrilhas mais animadas foram as da palhoça da Cruzada Feminina, na praça dom José Lopes, a da Vila Operária, a de Xucurus e as das ruas Zeferino Galvão e Lídio Paraíba. No centro da cidade inúmeras palhoças vendiam artigos regionais e comidas da época.

Fonte: [http://www.memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15](http://www.memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15). Acesso em: 02/04/2020.

Sobre as festas juninas afirmou uma entrevistada:

O Xucurus tinha um São João conhecido e animado, não havia outro igual, bom mesmo era ficar na Palhoça feita por Severino Potoló e dançar bastante, confusão era pouca e a gente se divertia demais. Eu digo de certeza que era o momento mais animado de tantos que tinham no Xucurus. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Xucurus, Pesqueira – PE).

E ainda outro entrevistado: “Ah! O São João era bom demais, aqui tinha muita palhoça e show, era uma festança que trazia muita gente para o bairro, hoje infelizmente não tem mais, como muita coisa boa aqui no bairro também acabou-se”. (Inácio Amorim “de Lió”, 76, “Xucurus”, Pesqueira – PE). Ou como narrado por Erasmo: “Era bom demais o São João, não tinha pra onde, divertido que só! A gente bebia e dançava e farrava demais, tinha a palhoça de Severino Potoló que era show, mas aqui tinha muita palhoça e a bagunça era boa! Bagunça do bem, como era bom!” (Erasmo Arcoverde, 44, Aldeia Caetano). E também por José Karl:

O Xucurus era um bairro muito festeiro, as palhoças do São João eram uma maravilha, aí também tinha o carnaval com o bloco de Aguinaldo Móveis, o Dadá. Era o “Alisa Pau”, acredito que esse nome é por que ele é marceneiro. Ele é Xukuru inclusive viu? Era bem animado também! (José Karl Mirko Galvão Leite, 56, Bairro “Xucurus”, Pesqueira – PE).

Outras situações marcantes ocorridas no “Xucurus” envolveram a participação de indivíduos que ficaram na memória das pessoas, com características únicas no bairro em relação

aos demais bairros em Pesqueira. Como a famosa “Pedra de João Queimado”, chamada assim pois o homem conhecido por esse nome morava na parte inferior da pedra localizada na parte alta do bairro “Xucurus”.

**Figura 19** – Pedra de João Queimado, 1990. Moradia de “João Queimado” e a esposa “Maria Queimada”.



Fonte: Acervo de Geovani Amorim

Como relatou uma entrevistada: “Lá moravam João Queimado e Maria Queimada. Ela bebia muito e era comum ver João subindo o Xucurus em um carrinho de mão levando Maria para a casa na pedra. Eles moravam em baixo da pedra, até que ele morreu e arrumaram uma casa pra ela na beira da linha.” (Edna Maria Laurentino dos Santos, 56, Centro, Pesqueira – PE).

A produção artesanal era outro aspecto importante no bairro “Xucurus”, nos relatos foram citados vários habitantes do bairro produzindo artesanato, uma família em específico ficou conhecida pela arte de fazer balaios: A família “Caiçara”, sem conseguir empregos nas fábricas em outras épocas dedicaram-se ao fabrico de balaios para sobreviver: “A família Caiçara é muito conhecida no Xucurus. Fazem balaios, caçua, enfim, tudo o que era com cipó eles faziam. E fazem até hoje, não deixaram a prática, o pessoal ainda faz. O Xucurus é um bairro de muitos artesãos.” (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE)

A prática do futebol era comum em Pesqueira, notabilizando-se por vários times que despontaram no cenário amador regional como o time da fábrica Peixe: o União Peixe Esporte Clube. Na década de 1980, o bairro “Xucurus” também foi representado por um time de futebol campeão pesqueirense em 1989, era o Palmeiras do Xucurus, um homônimo da Sociedade Esportiva Palmeiras de São Paulo usando o mesmo símbolo e cores do clube paulista. Participaram dos elencos ao longo das décadas de 1980 e 1990 vários jogadores conhecidos em Pesqueira pelo bom futebol, fossem índios ou não-índios:

O Palmeirinha era um grande time da cidade, e foi formado no Xucurus. Tinha muito jogador bom, do bairro, dos que tinham família nas aldeias, de todo jeito jogava. Não tinha essa diferença, eu mesmo joguei lá! E o time era bom, tanto que foi campeão em Pesqueira. Pena que foi se acabando como os outros times que tinham aqui. Pesqueira era a cidade de muito futebol, mas hoje não tem mais. (Erasmio Arcoverde, 44, Aldeia Caetano).

A história do bairro “Xucurus”, como vários bairros periféricos é marcada por problemas sociais que são atemporais, em muito pela negligência do poder público. Em relação aos moradores, muitas das mudanças ocorridas no bairro foram através da mobilização popular, de índios e de não-índios. Entretanto, muitos problemas persistem nas ruas enladeiradas do bairro aguardando soluções por parte da gestão pública.

Ah aqui mudou muita coisa, eu moro aqui tem 72 anos e vi muita coisa, tem mais comércio, mais casa, mais lugar arrumado, o bairro cresceu, mas também tem muito problema, são as drogas, muita gente usando droga aqui no bairro, tem que ver isso sabe? A gente não fica mais tão tranquilo como era antes não. Mas mesmo assim eu não saio daqui, vou passar com fé em Deus meus últimos dias nesse chão. (Seu Inácio Amorim “de Lió”, 76, Bairro “Xucurus”, Pesqueira – PE).

É imprescindível observar as relações antigas e atuais entre índios e não-índios habitantes no bairro “Xucurus” para compreender as mobilizações socioculturais e o convívio na localidade.

### 3.3 O “Xucurus” na atualidade e os indígenas: “Nosso lugar é aqui também!”

Pra entender o Xucurus é preciso viver aqui. tem de tudo, gente de todo tipo. Hoje o bairro tem seus problemas é verdade, mas quem mora aqui não quer sair. Eu mesmo tenho um monte de ex-aluno morando aqui, até tem gente que faz o que não deve. Mas, por onde eu passo é um tal de: professor! Professor! A gente passa a gostar dessa rotina. Conheço todo mundo aqui e todo mundo me conhece. Minha esposa é lá de São José, mas não sai daqui de jeito nenhum! Sempre gostou. A mãe dela, também é de São José e gostava demais daqui. Às vezes eu falo pra gente sair, brincando. Mas, ela não gosta não. Diz que não sai de jeito nenhum! E a gente já está aqui juntos há mais de 30 anos! (José Karl Mirko Galvão Leite, 56, Bairro “Xucurus”, Pesqueira – PE).

As histórias narradas sobre o bairro “Xucurus” são também de grandes dificuldades em vários aspectos. De gente humilde silenciada pela historiografia, dos indígenas instalados em um espaço de convívio constante, onde o uso da historiografia pretende “ensinar” mais sobre essas relações. Atualmente foi possível perceber nas relações entre índios e não-índios maior respeito. Nas entrevistas não foi citado nenhum episódio grave e violento envolvendo moradores no bairro “Xucurus” por questões étnicas. A exceção ao assassinato do Cacique “Xicão” em maio de 1998, um homicídio “encomendado” pelos fazendeiros invasores no território indígena, sem relação direta com o bairro.

Ressaltando também que as relações no bairro “Xucurus” não são possíveis de ser comparadas com os demais bairros de Pesqueira, pois uma parcela da população pesqueirense ainda expressa muito preconceito com o termo “índio” e principalmente com os protagonismos indígenas em diversos setores da sociedade.

Em 2020, o Cacique Marcos Luidson Xukuru candidatou-se a Prefeito de Pesqueira, tendo como candidato a Vice-Prefeito o também Xukuru do Ororubá Paulo Campos. No pleito eleitoral ocorrido em novembro daquele ano Marcos foi o mais votado com 51,60% dos votos (total de 17.564), dois mil votos a mais que a segunda colocada. Essa situação gerou diversos comentários preconceituosos em redes sociais e pelas ruas da cidade, como citou uma entrevistada.

É triste isso! A democracia ser colocada para baixo por causa de preconceito. Quantos comentários jocosos eu ouvi, de gente que tinha vergonha de ser pesqueirense! Que Pesqueira ia virar uma aldeia! Que nunca mais pisaria em Pesqueira! Parece que o povo não consegue aceitar que um índio pode sim ser protagonista na sociedade e pleitear direitos democráticos como qualquer outro. Sonho com o dia que Pesqueira acorde para uma nova realidade de aceitação e entendimento. Bonito foi no Xucurus, onde o Cacique teve grande aceitação e foi muito bem votado. (Andrea Luciane de Siqueira Galvão, 46, Centro, Pesqueira – PE).

Outro aspecto importante para as relações entre índios e não-índios no bairro “Xucurus” parte da conhecida Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá, ocorrendo anualmente, e em 2020 na vigésima edição. Nesse ano, por causa da pandemia de COVID-19 não foi realizada a descida dos índios da Serra do Ororubá para a cidade e sequer promover o ato público no local onde o Cacique “Xicão” foi assassinado há mais de 20 anos. A cada ano, a participação de moradores do bairro “Xucurus”, prestigiando o ato público aumenta, com grande a visibilidade dos indígenas afirmando e reivindicando direitos.

**Figura 20** – Ato público em 20 de maio de 2016, no bairro do Xucurus em frente à Escola João XXIII, local do assassinato do Cacique Xikão em 1998.





Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=KzUJM7uOptI>. Acesso em 01/11/2020

As manifestações socioculturais do povo Xukuru do Ororubá no bairro “Xucurus” são com livre acesso ao grande público e buscando evidenciar para todos a importância das mobilizações indígenas por direitos, respeito e visibilidade. No passado as mobilizações indígenas na cidade provocaram temores, na atualidade são mais aceitas:

Tinha gente que se escondia em casa quando se falava na descida dos Xukurus, já achava que era alguma bagunça ou até mesmo algo ruim, sabe? Mas os anos e as lutas do povo vem mostrando o contrário, e o povo vem compreendendo e se integrando, ainda falta muito para que haja mais entendimento sobre a valorização da cultura indígena, mas vamos avançando. Avançaremos! Como a gente responde ao chamado do Cacique Marcos. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE).

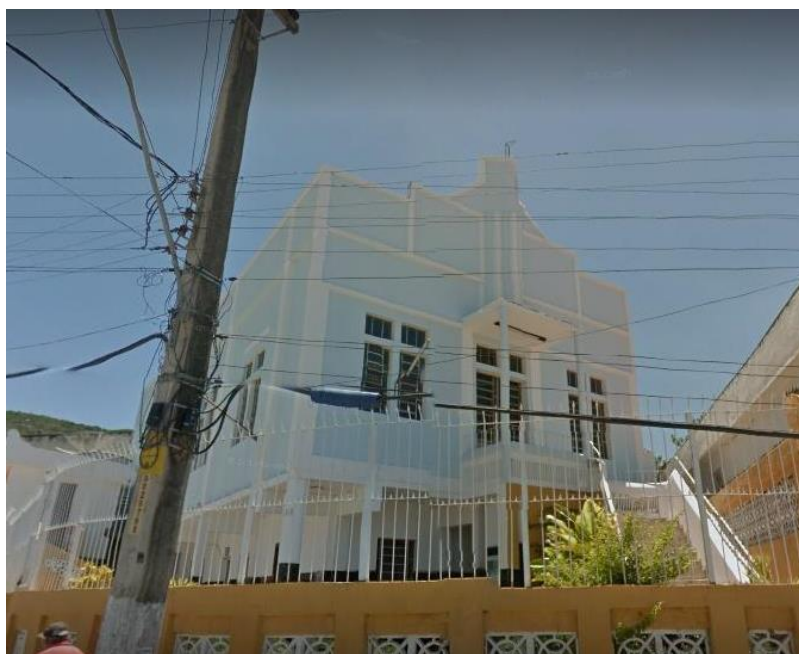
Ocorrem outras manifestações religiosas no bairro “Xucurus” como as realizadas na Igreja de São João Batista, onde anualmente é celebrada missa em atenção ao padroeiro do bairro. Existem também igrejas evangélicas, como a Igreja Adventista do Sétimo Dia.

**Figura 21** – Celebração da missa de encerramento dos festejos a São João Batista, padroeiro do bairro “Xucurus”, em 25 de junho de 2018.



Fonte: Acervo da Diocese de Pesqueira

**Figura 22** – Igreja Adventista do Sétimo Dia no bairro “Xucurus”. Março de 2012.



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/> Acesso em: 01 nov.2020.

Uma das mudanças ocorridas no bairro “Xucurus” no sistema de infraestrutura, na área da saúde, considerada um avanço pelos habitantes locais foi a construção de uma UBS/Unidade Básica de Saúde inaugurada em 2015, durante a gestão do então Prefeito Evandro Chacon.

**Figura 23** – Inauguração da Unidade Básica de Saúde – “Xucurus”. Dezembro de 2015.



Fonte: <https://pesqueirafuxico.com/home/2015/12/30/mais-uma-unidade-basica-de-saude-e-inaugurada-em-pesqueira-no-bairro-do-xucurus/>. Acesso em: 03 mai. 2021.

Em relação a educação, no bairro “Xucurus” existem duas escolas, uma da rede pública municipal (Escola Paulo Melo), inaugurada em 2020 substituindo a antiga escola João XXIII. E uma escola privada da Igreja Adventista, o IEA – Instituto de Ensino Advir. As duas instituições de ensino contam com turmas para anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

**Figura 24** – Escola Paulo Melo, bairro do “Xucurus”, 2020



Fonte: <https://www.facebook.com/323254271607020/posts/564550364144075/>. Acesso em: 03 mai.2021

**Figura 25** – Entrada da escola IEA, bairro do “Xucurus”, em 2020



Fonte: Acervo da escola IEA

Nas conversas informais com os entrevistados sobre as escolas, sempre foi relatado que principalmente nas instituições de ensino privado, o ensino ocorre com metodologias “engessadas” em sistemas de apostilas. E no bairro “Xucurus” sem aprendizados acerca do bairro onde a escola se situa, origens, ou sobre as muitas narrativas a respeito do local. Se os estudantes no bairro cujo nome é de um dos povos indígenas com uma das maiores visibilidades sociopolíticas no Nordeste, desconhecem as origens locais e as mobilizações desse povo, como incluir no ensino a abordagem do assunto?

Os diálogos com o público escolar buscando ressignificar a abordagem da História na sala de aula, promovendo olhares outros em relação a história da cidade, sobre os vários sujeitos como os índios Xukuru do Ororubá habitantes e participando no meio urbano, são urgentes e necessários. Tornando o ambiente escolar espaço para essa mudança de abordagem. Devemos buscar então novas perspectivas de aprendizagens, objetivando possibilidades de conhecimentos para além do livro didático e do sistema de ensino. E dessa forma, o ensino de história do povo Xukuru do Ororubá no universo urbano em Pesqueira avançar, Parafraseando o Cacique Marcos dirigindo-se aos Xukuru do Ororubá: “Diga ao povo que avance!” E ouvindo como resposta: “Avançaremos!”

## 4 A TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA EM PESQUEIRA

### 4.1 O ensino privado e a temática indígena: antigos problemas e novos desafios

O ensino de história é objeto de recorrentes debates acerca da importância para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem na educação básica. Os desafios são diversos, inclusive alguns argumentos de discentes sobre a irrelevância em aprender história desassociando os fatos históricos do tempo presente. Pensar a história como algo “cansativo”, “decorativo” e um “apanhado de velharias sem serventia” influenciam negativamente na abordagem sobre outras temáticas, sobretudo em relação aos povos indígenas e suas manifestações socioculturais.

Sobre a problemática citada no parágrafo anterior, cabem reflexões importantes: As causas que influenciam pensamentos de alguns alunos em detrimento ao ensino de história e quais mecanismos pedagógicos devemos atribuir, promovendo maior aceitação do componente curricular e suas diversas temáticas. O primeiro aspecto pode ser explicado pelos seguidos anos de educação bancária promovida em meados do século XX e ampliada com o governo militar no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, onde o ensino de história, substituído pela disciplina de Estudos Sociais foi relegada a um “amontoado” de datas, nomes e acontecimentos “heroicos” cabendo aos alunos somente “decorar” as informações transmitidas.

A prática pedagógica dos educadores é permeada pelo autoritarismo, dizendo aos educandos o que devem fazer e o que responder; portanto, eles vivenciam uma pedagogia da resposta. Não é permitido realizar críticas, assim como não se deve questionar e nem duvidar do professor – aquele que detém o conhecimento e que irá depositá-lo no corpo “vazio” dos alunos. Isso pelo fato de a educação bancária não buscar a conscientização dos educandos. Nesse caso, a educação “é puro treino, é pura transferência de conteúdo, é quase adestramento, é puro exercício de adaptação ao mundo”. (FREIRE, 2000, p.101).

Durante o período que antecedeu a Lei 9394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da educação, eram escassas as possibilidades de inferir novas metodologias e o desenvolvimento de debates amplos sobre o ensino de história e suas temáticas, alguns entrevistados relataram que, nas décadas de 1980 e 1990 as reflexões históricas em sala de aula pouco ou nulamente ocorriam, citando também a temática indígena.

Era muito complicado nós ouvirmos nas aulas de história ou de qualquer matéria alguma explicação sobre os povos indígenas no contexto daquela época, isso incomodava os alunos, principalmente os que eram Xukuru pois o que entendíamos é que a nossa história era paralela a de qualquer outra pessoa, ora, se somos indígenas, caboclos, enfim, devemos ter nossa história contada mas éramos totalmente ignorados

e era extremamente incômodo. (Andrea Luciane de Siqueira Galvão, 46, Centro, Pesqueira – PE).

Outra professora lembrou suas experiências como aluna sobre a temática indígena:

Não! Pouco se falava, na verdade era até difícil pra gente entender se realmente existiam índios no Brasil, pois a lembrança que tenho das aulas de história na escola que estudei era dos índios no período do descobrimento e só. Ou seja, como se eles tivessem ficado no passado e não fizessem parte do presente. Entender que atualmente existem povos indígenas é para mim uma nova maneira de entender o Brasil, pois definitivamente não aprendi essa parte da história na escola. (Ana Cristina dos Santos, 37, Centro, Pesqueira - PE).

O ensino privado no município de Pesqueira conta com várias escolas, a maioria delas com parcial ou total participação de organizações vinculadas a Igreja Católica Apostólica Romana, mostra do histórico voltado ao cristianismo do município, sediando também a Diocese que atende as cidades circunvizinhas. A metodologia de ensino das escolas particulares durante as décadas de 1980 e 1990 fortalecia a prática de invisibilização dos povos indígenas, inclusive o povo Xukuru do Ororubá, lecionando para uma visão alegórica e inferiorizada por parte dos alunos, conduta provavelmente repassada a gerações de jovens que atualmente são alunos da rede particular de ensino em Pesqueira.

Às vezes a gente percebe que o que formamos para a sociedade atual enquanto professores em outros tempos da história foi um aglomerado de alunos que atualmente não conseguem compreender a existência dos povos indígenas, mais, não conseguem respeitar os direitos dos povos, a terra, a dignidade de ser índio onde quiser. Inclusive quando tentamos entender que tem índios morando na cidade muita gente acha absurdo já que para alguns “lugar de índio é na aldeia”. (Márcia Neves de Oliveira Pontes, 40, Prado, Pesqueira - PE).

Os capítulos anteriores desta dissertação apontam diversas situações onde o Povo Xukuru do Ororubá passou por espoliações, preconceitos e antagonismo histórico por considerável parte da elite industrial e aristocrática de Pesqueira, as narrativas abordadas no ensino privado do município eram reflexos da dominação histórica das famílias mais abastadas, dentre as diversas demonstrações de preconceito, temos a utilização do termo “Caboclo”, amplamente utilizado nas salas de aula como referência aos povos indígenas, endossando a necessidade de refletir sobre novos e relevantes métodos de ensino sobre as manifestações socioculturais indígenas no Brasil.

A palavra “caboclo” sempre foi para a comunidade em Pesqueira como algo normal em décadas anteriores, na verdade muita gente acha que índio é caboclo até hoje, não conseguem ver que o índio existe sim e tem que ser visto e revisto em qualquer lugar, quando eu escuto que a escola pode usar nossa história como situação boa pra falar da gente, vem uma boa esperança, quem sabe essas novas gerações não consigam

entender e passar para frente o respeito aos povos indígenas. (Erasmus Arcoverde, 44, Aldeia Caetano).

Profissionais da educação em Pesqueira também comentaram sobre o uso de nomenclaturas invisibilizando os povos indígenas:

Aqui em Pesqueira sempre foi muito difícil tratar dos índios nas escolas, existe além de muita complicação, tem muito preconceito mesmo, é tentar não admitir, esconder, dificultar e sempre colocar como pequeno o índio, por isso que também era mudado o nome para caboclo da serra, muita gente ficou conhecendo desse jeito e nas aulas a situação não mudou. Quem sabe agora com as pesquisas sobre os índios isso não mude de verdade né? (Márcia Neves de Oliveira Pontes, 40, Prado, Pesqueira - PE).

Os relatos dos entrevistados remontam também a outras inquietações importantes sobre o ensino da temática indígena nas escolas particulares em Pesqueira: A ausência de espaço no calendário acadêmico para atribuir conteúdos referentes aos povos indígenas, sobretudo o Xukuru do Ororubá. A prática cotidiana de ensino nas escolas da rede particular faz perceber a imensa quantidade de ações mercadológicas em busca de ampliar a quantidade de matrículas – e lucro – das instituições, mantendo em segundo plano a qualidade do ensino, são festividades e outras comemorações, “espremendo” o calendário acadêmico e cortinando a necessidade de um ensino relevante e reflexivo para as futuras gerações nas ciências humanas.

Aqui na escola onde trabalho a gente precisa cumprir o calendário e o livro, ou as reclamações são grandes, são muitos eventos e muitas ações promovidas pela direção e que não atendem a nossa necessidade em sala de aula. É um problema complicado já que limita a gente ao que somente o livro trabalha, fugir dele é praticamente pedir para ser reclamando e ter seu trabalho totalmente desmerecido. (Professor da Rede Privada de Ensino, Pesqueira - PE).

Outro professor comentou a mesma inquietação.

É tão complicado o que passamos nas aulas que, às vezes, acho que a aprendizagem nunca esteve em primeiro plano, muita festa, evento, muita atividade paralela e não sobra tempo para reflexões. Entendo que a temática indígena é bem importante como outras várias, mas precisamos pensar bem em como promover isso desafiando o tempo proposto pelas escolas da rede privada, onde o ensino é totalmente mecânico. (Professora da Rede Privada de Ensino, Pesqueira - PE).

A questão mercadológica e a volúpia pela lucratividade demandam ao ensino privado a polarização de temáticas que atendam o senso comum na educação básica, em consequência, práticas pedagógicas envolvendo outros conteúdos ficam em segundo plano, discorridas em momentos específicos do ano, no caso da temática indígena, o dia 19 de abril, popularmente conhecido como “Dia do Índio” torna-se o momento de expor superficialmente as práticas socioculturais dos povos indígenas, e como foi citado em outros momentos dessa dissertação, ocorre de forma caricata e folclórica.



As novas demandas sociais trazem para a Escola, o desafio de reelaboração dos conhecimentos vivenciados por essa instituição ao longo da história. Conhecimentos que em determinados momentos dessa história são tidos como única verdade, materializada pelas políticas educacionais integracionistas, que por muito tempo imprimiu nos livros e subsídios didáticos, textos e imagens sobre os povos indígenas, influenciando diretamente as práticas pedagógicas. A exemplo da comemoração do “Dia do Índio” no 19 de abril, ocasião onde geralmente os/as professores/as fantasiam as crianças, pintando seus rostos e vestindo-as com saiotos, penachos, para homenagear a “cultura indígena”, mas que “cultura”? Uma ideia de cultura estática? Congelada em um passado distante? Ou remetendo a uma “cultura” generalizante, referente aos povos em condições de “isolamento”? (SILVA, 2013, p. 9).

Presenciamos comumente nas escolas da rede particular do município de Pesqueira durante o período próximo ao dia 19 de abril ações pedagógicas repetitivas e pouco reflexivas sobre as práticas socioculturais dos povos indígenas. Normalmente, os alunos da educação básica nos anos iniciais e em parte dos anos finais passam por um momento de caracterização rasa e fantasiosa, perpassando pela pintura dos rostos, confecção de penachos de papel e danças que de forma alguma remontam aos rituais sagrados dos povos indígenas.

Cabe ressaltar que não trata-se de uma crítica ao laborioso trabalho dos professores da educação básica, e sim um alerta sobre a escassa capacitação promovida pelas escolas em relação a temática indígena, a inquietação sobre o pouco suporte das instituições de ensino sobre os povos indígenas foi relatado em entrevistas com professores da rede privada.

O grande receio é passar a imagem de desleixada quanto aos conteúdos que devem ser trabalhados além do livro didático, o tempo é curto e praticamente não existe capacitação para trabalhar esse tema. Muito do que fazemos se baseiam em situações que vemos na internet e gera um senso comum, sem embasamento, faz pra dar certo sem parâmetro. (Ana Cristina dos Santos, 37, Centro, Pesqueira – PE).

Em outra entrevista, a problemática também foi lembrada.

Seria sim muito interessante se pudéssemos aprofundar os conhecimentos sobre a temática, pra quem é da área indígena fica mais fácil pois conhece a localidade e seus detalhes, pra quem não é, é quase impossível, precisamos urgentemente desse suporte, capacitação, momentos onde possamos interagir sobre esse e outros temas, não somente para história, mas para outras disciplinas. (Márcia Neves de Oliveira Pontes, 40, Prado, Pesqueira – PE.).

Entretanto, não devemos limitar o pensamento sobre as problemáticas sobre a metodologia aplicada em sala de aula sobre as manifestações socioculturais dos povos indígenas em Pernambuco somente no conteúdo transmitido na semana do dia 19 de abril, outras provocações foram citadas por professores durante as entrevistas. Uma delas é relacionada ao método apostilado de livros didáticos desenvolvidos por editoras através de sistemas de ensino.

A gente aprende na escola que o dia 19 de abril é um marco importante para lembrarmos o índio, porém parece que a história dos povos indígenas do Brasil ficou

limitada somente a essa data, um grande equívoco pois devemos refletir sobre os índios em vários momentos, falamos sobre os índios nas cidades, na parte urbana das cidades, é sobre isso que devemos refletir constantemente, assim não limitamos o aprendizado dos nossos alunos e buscamos renovadoras metodologias para quebrar barreiras e preconceitos com os nossos alunos. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE.).

Outra professora acrescenta sobre as apostilas nas escolas particulares:

Dentre tantas coisas para trabalhar na escola, principalmente o dia do índio, temos o grande problema das apostilas, ora o material tem conteúdo demais, ora o conteúdo não condiz com a realidade da série que o aluno estuda, tudo isso faz com que o professor se desdobre para dar conta da demanda. Um trabalho sobre os povos indígenas requer tempo e capacitação, quanto mais pessoas incentivarem este trabalho, melhor para os professores no futuro. (Professora da Rede Privada de Ensino, Pesqueira - PE).

O ensino apostilado no Brasil tem sua maior expansão com o desenvolvimento dos cursos pré-vestibulares, tornando-se uma alternativa expressa e lucrativa para o estudo do candidato a uma vaga universitária em um curto espaço de tempo, não tardaria para que durante o final do século XX e início do Século XXI o método apostilado também fosse inserido nas escolas da rede particular de ensino, visando também o aumento de aprovações dos alunos nos vestibulares.

A introdução da apostila como substituta/complemento do livro didático, principalmente em escolas particulares, é um fenômeno recente no contexto brasileiro, resultante, dentre outras coisas, do desenvolvimento do ensino privado e, sobretudo, do descaso do Estado com relação à educação em geral. Face a essa situação os donos de escolas particulares viram abertas as alternativas de ampliação de sua área de atuação e de retorno de investimentos, antevendo, acertadamente, a possibilidade de ganhos extras com a produção de seu próprio material didático. Assim, baseando-se em justificativas, como: alto custo dos livros no Brasil, má qualidade de materiais disponíveis, inadequação dos livros didáticos ao conteúdo programático proposto pela escola e até mesmo atendimento das necessidades dos alunos, o uso das apostilas foi se solidificando e ganhando um espaço anteriormente ocupado apenas pelo livro didático tradicional. (CARMAGNANI, 1999, p. 45).

Atualmente, todas as escolas particulares do município de Pesqueira contam com um ou dois métodos de ensino para atender as demandas de todos os segmentos, desde a educação infantil até o ensino médio. Apesar da viabilidade de um material com conteúdo e atividades prontas, as apostilas dificultam a possibilidade de ofertar aos alunos um conteúdo diferenciado e aprofundado sobre temáticas específicas, inclusive a temática indígena, como foi citado por professores e alunos da rede particular em entrevistas.

O método apostilado ajuda o professor no sentido de promover uma grande quantidade de atividades em que o professor não precisa desenvolver, já está lá. Mas também essa situação amarra as aulas de tal maneira que a gente fica impossibilitado de fazer algo a mais, é bem difícil propor novas atividades, as vezes até para fazer

uma excursão ao território indígena é difícil pois cada dia fora da escola é um dia que ficamos devendo para as apostilas do sistema de ensino. (Professora da Rede Privada de Ensino, Pesqueira - PE.)

Um aluno relatou também sobre os problemas em discutir sobre a história local nas escolas particulares:

A apostila é mais fácil pois a gente percebe que tem tudo pronto, o professor faz a aula e a gente já desenvolve. Agora a gente sente falta de conteúdos que não tem no livro, vou citar um exemplo: A história de Pesqueira é rica demais e sabemos muito pouco sobre ela pois nunca dá tempo pro professor fazer mais comentários, aí passamos pela escola da nossa cidade sem conhecer quase nada da nossa cidade. (Aluno da Rede Privada de Ensino, Pesqueira - PE).

Com o calendário escolar inflexível e a urgência em terminar todos os conteúdos das apostilas em tempo hábil de atender a demanda do ano letivo, os professores da educação básica na rede particular deparam-se com um dilema: Terminar o conteúdo da apostila de forma a não serem reclamados por representantes da direção dos colégios, ou propiciar aprofundamento de determinados conteúdos em detrimento ao ritual de completar o material apostilado. Normalmente é escolhida a primeira opção.

Algumas editoras buscaram alternativas para trazer o mínimo de reflexão sobre temáticas específicas. O sistema GGE de ensino trouxe em sua edição de apostilas do ano de 2021 algumas atividades que remontam ao pensamento sobre os povos indígenas. Apesar de faltar muito para um ensino protagonista aos povos indígenas, as atividades propostas pelo sistema GGE de ensino mostram uma preocupação com o aumento de explicações sobre a temática indígena em Pernambuco.

**Figura 26** – Página de apostila do 6º ano do Ensino Fundamental do Sistema de Ensino GGE



**FORA DA CAIXA**

**Diversidade cultural**

Em mensagem para o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, 21 de maio, a diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Audrey Azoulay, disse que um mundo diversificado não é apenas mais pacífico, mas também mais próspero e mais equitativo.

“O dia representa uma oportunidade para celebrarmos a diversidade cultural que valorizamos e nos esforçamos para promover na Unesco”, disse Audrey. Segundo a diretora-geral da Unesco, a diversidade assume diversas formas, mas a língua talvez seja a primeira com a qual nos deparamos como seres sociais. “A língua é o que define o nosso mundo interno, tanto quanto define a forma como nós nos comunicamos no mundo exterior. É o que nos liga a nossas raízes, à nossa cultura e à nossa história, além das nossas comunidades e a nossas famílias”.

O ano de 2019 foi declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas o Ano Internacional das Línguas Indígenas, uma iniciativa de conscientização sobre a importância da diversidade linguística. Existem mais de 7 mil línguas faladas em todo o mundo, a maioria das quais são faladas por povos indígenas.

Fonte: <http://livros.sistemaggedeensino.com.br/642/6/68/>. Acesso em 16/01/2022

Algumas páginas das apostilas são destinadas para reflexão sobre os povos indígenas no Brasil, porém a abordagem torna-se desafiadora com o encurtado tempo pedagógico para tratar do tema nas apostilas. Coordenadores pedagógicos de algumas escolas do município de Pesqueira relataram inquietações que escutam constantemente dos professores de história sobre a dificuldade na abordagem das manifestações socioculturais dos povos indígenas e qual diálogo é estabelecido para atenuar a problemática.

É importante destacar que o material didático adquirido pelos alunos nas escolas particulares tem uma qualidade interessante, agora, muitos professores falam sobre a falta de tempo para ir além do livro e buscar novas perspectivas de aprendizagem, isso complica, pois corremos um risco de engessar nossa metodologia, e queremos o melhor para o nosso aluno, quanto mais aprendizado melhor. (Coordenadora de Escola Privada, Pesqueira - PE.)

Outro coordenador comenta sobre a mesma problemática:

Conhecendo o Povo Xukuru e sua história, e como coordenador pedagógico percebo que falta, falta inserir mais conteúdos sobre os povos, falta abranger mais a fala sobre

nossos irmãos. Nossos professores de história comentam sobre a grande dificuldade de aliar o tempo pedagógico a abordagem de outras temáticas, uma vez que sempre é preciso priorizar a apostila. É preciso refletir sobre isso para que posteriormente possamos conviver com novas abordagens que propiciem o respeito das pessoas como os povos indígenas no Brasil, por exemplo. (Coordenador de Escola Privada, Pesqueira - PE.)

O método apostilado da rede particular também é contestado quanto ao conflito com o tempo pedagógico proposto por alunos e professores da educação básica da rede privada de ensino, onde é notório perceber a prioridade de aplicação de conteúdos para testes para acesso às faculdades e pouca importância ofertada às relações étnico-raciais no Brasil, e quando aplicado, também é direcionado a resolução de questões de vestibular com escassa reflexão.

A preparação para o ENEM e para qualquer outro vestibular é importante, afinal a gente sabe que esse caminho é o que nos leva para a universidade, mas em alguns momentos sentimos falta da reflexão, do pensamento crítico, às vezes, parece que somos robôs! Pouco debatemos sobre as notícias do dia a dia, o cotidiano da nossa cidade, as pessoas, as desigualdades, vivemos em um universo paralelo onde a meta é só o vestibular. (Aluna da Rede Privada de Ensino, Pesqueira - PE).

Pensar o ensino de história não somente como um mecanismo para resolução de questões de vestibular é importante, apesar de seu uso para o ingresso às universidades, urge a necessidade de aprender história de forma aprofundada, conhecendo também as peculiaridades da sua cidade, estado, região, e outros. O caso de Pesqueira e o povo indígena Xukuru do Ororubá permite às escolas o desenvolvimento de aulas e projetos que propiciam uma amplitude ao ensino e aprendizagem da história, principalmente utilizando os recursos de história oral.

O campo da história oral é acentuadamente totalizador; entrevistado e entrevistadores trabalham conscientemente na elaboração de projetos de significação do passado. O esforço é muito mais construtivista do que desconstrutivista (inúmeras vezes ouvimos, com efeito, que o entrevistado “constrói o passado”), e tem como base a experiência concreta, histórica e viva, que graças a compreensão hermenêutica, é transformada em expressão do humano. É importante ter consciência dessa “vocalização totalizante” da história oral, em um mundo em que a fragmentação e a dissipação de significados, o desaparecimento do sujeito e o privilégio da superfície (em detrimento da profundidade) também estão na ordem do dia. (ALBERTI, 2004, p. 22).

A oralidade talvez seja uma das mais importantes fontes históricas da humanidade, os relatos de pessoas idosas ajudam a compreender a história da localidade através da memória preservada e externada pelo diálogo. Nas aulas de história, o recurso da oralidade auxilia ao professor na abordagem com os alunos sobre variados temas para além do livro didático ou apostilas, também propicia melhor entendimento sobre a comunidade onde está inserido o educando, promovendo representatividade e protagonismo de atores históricos invisibilizados.

Quando analisamos os relatos dos entrevistados nos capítulos anteriores desta dissertação, percebemos em suas lembranças situações variadas sobre o cotidiano das pessoas no município de Pesqueira, especificamente no Bairro “Xucurus” e nas fábricas durante o século XX. São histórias que transcendem os livros didáticos e chegam ao conhecimento dos alunos somente pela oralidade. As manifestações socioculturais do povo Xukuru do Ororubá também precisam ser socializadas em sala de aula através da oralidade, tornando-se importante ferramenta com conteúdo infelizmente pouco alcançável pelo atual livro didático ou apostila.

Quando escutamos nosso povo percebemos que sabemos de muito pouco, como aluna vejo que isso faz falta. Os alunos precisam ouvir mais essas histórias que além de chamar a atenção dos colegas para a história, mostra algo que é tão perto, mas a escola faz ficar tão longe por conta da quantidade de explicações que ouvimos fora desse contexto. (Aluna da Rede Privada de Ensino, Pesqueira - PE).

A opinião sobre a oralidade em sala de aula é compartilhada por mais alunos:

Ah! Tem gente que acha que história é uma matéria complicada e repetitiva, tem muitas pessoas que não acham e tem curiosidade para mais coisas e conhecimentos, a gente sabe muito pouco da gente mesmo, do nascimento da nossa cidade. A questão dos índios também é um mistério, não é compartilhado com a gente esse conhecimento, os livros não falam, os professores também se calam, seria ótimo que conseguisse diversificar a aula de história com informações da cidade, ouvindo das pessoas o que aconteceu, importante. (Aluno da Rede Privada de Ensino, Pesqueira - PE).

Portanto, devemos trabalhar metodologias que possam atender a importância da oralidade em sala de aula protagonizando a temática indígena, ocupando espaço no tempo pedagógico das aulas de história e promovendo a visibilidade dos povos indígenas independente do mês de abril. Inclusive amparado pela Lei 11.645/2008 prevendo a obrigatoriedade de cada instituição de ensino trabalhar a temática indígena em sala de aula, combinando ideias para avançar no processo de ensino e aprendizagem sobre os povos indígenas.

#### 4.2 A prática docente e a temática indígena sob a égide da Lei nº 11.645/2008 e da BNCC

Um marco histórico importante para o protagonismo das manifestações socioculturais dos povos indígenas nas escolas do Brasil foi o advento da Lei nº 11.645/2008, onde prevê:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.  
 § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”. (BRASIL, 2008)

Notamos que o texto da Lei 11.645/2008 é contundente quando cita a obrigatoriedade do estudo da cultura indígena nas aulas em todo o currículo escolar, especialmente em áreas como a história. Logo, uma das motivações para o desenvolvimento de pesquisas e propostas pedagógicas para o ensino das manifestações socioculturais indígenas no Brasil é o amparo legal conferindo relevância as inquietações.

No tópico anterior, constatamos a grande quantidade de problemáticas que tratam da pesquisa, capacitação e aplicação da temática indígena na sala de aula, aprofundando os estudos propiciando melhor entendimento dos alunos, uma vez que normalmente os conteúdos são tratados de forma superficial.

Apesar das dificuldades em abordar a temática indígena por meio dos materiais didáticos oferecidos às escolas e a cultura mercantilista de subutilizar as relações étnico-raciais nas aulas de história, alguns professores têm se esforçado para buscar ideias além do convencional a fim de estimular os alunos a ampliar os conhecimentos acerca dos povos indígenas no Brasil. Em entrevistas, os professores comentaram algumas práticas relevantes utilizadas em sala de aula, como o convite de representantes do povo indígena Xukuru do Ororubá para dialogar com os alunos sobre o seu cotidiano.

Nas aulas de história do Ensino Fundamental no 5º ano, percebemos que os alunos têm uma curiosidade muito aguçada sobre essa questão dos índios, e particularmente tenho lutado muito para sair do convencional quando tratamos do dia do índio, mesmo com pouco conhecimento, mas procuro trazer algum integrante do povo para dialogar com os alunos e explicar os processos culturais, acho que assim facilita para o entendimento do aluno sobre os índios aqui na cidade. (Ana Cristina dos Santos, 37, Centro, Pesqueira – PE.)

Outros professores citaram metodologias alternativas para a temática indígena em sala de aula:

Quando é possível é muito válido trazer algum representante Xukuru nas aulas para dialogar com os alunos, a gente percebe que eles ficam bem atentos e perguntam bastante, é algo que o livro didático não proporciona e precisamos fazer, colocar sempre o aluno em contato com a sociedade para que ele possa entender as grandes diferenças e os direitos de todos os povos. (Márcia Neves de Oliveira Pontes, 40, Prado, Pesqueira – PE.)

E outro:

O diálogo, percebemos que é interessante e importante para manter nossos alunos atentos a várias temáticas, inclusive a indígena. Além da conversa podemos também trabalhar de maneira palpável com objetos característicos dos indígenas e contar sobre o cotidiano dessas pessoas, com muito cuidado para não colocar essa história em um

passado distante, mas trazer um panorama atual para o melhor entendimento dos alunos no momento da explicação. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE)

Em outro momento, também foi citada a possibilidade de promover aulas de campo para o território indígena Xukuru do Ororubá de modo a conhecer a localidade, as manifestações socioculturais e a organização sociopolítica do povo.

A nossa escola também proporcionou a possibilidade de visitarmos o território indígena Xukuru do Ororubá e foi muito positivo para nossos alunos, é uma nova maneira de explicar o cotidiano dos povos indígenas no território, e é mais uma forma de compreender que não é só no território que encontramos pessoas de etnia indígena, as cidades também são espaços para essas relações entre índios e não-índios. (Ana Cristina dos Santos, 37, Centro, Pesqueira – PE.)

Vale ressaltar que não necessariamente essas práticas precisam ser estabelecidas no mês de abril, onde normalmente as escolas mobilizam-se para lembrar-se dos povos indígenas, no caso do povo Xukuru do Ororubá em Pesqueira, sobretudo, o aniversário de Pesqueira no dia 20 de abril, a História da cidade está intrinsecamente vinculada com os indígenas, como no Bairro “Xucurus”. De acordo com a Lei nº 11.645/2008 em qualquer época do ano é possível discutir os protagonismos dos Xukuru do Ororubá no ensino e aprendizagem nas escolas da rede particular como nas escolas públicas.

O mês de maio é emblemático pela notoriedade da assembleia Xukuru do Ororubá e a memória do Cacique Xikão, também citado em algumas entrevistas com professores da rede pública e privada de Pesqueira.

Eu acredito que a situação de Pesqueira é um pouco diferente quando falamos de um dia para falar sobre os povos indígenas, a gente sempre repara que o mês de maio é mais importante, tem a assembleia e todas as movimentações dos Xukuru, nesse caso vejo que o abril para Pesqueira, apesar de ser vivenciado poderia ter mais ênfase em maio, representando a luta de Xikão e do povo como um todo. (Ana Cristina dos Santos, 37, Centro, Pesqueira – PE.)

Houveram outras abordagens sobre a importância do mês de maio para o povo Xukuru do Ororubá:

Vamos aprendendo que cada povo indígena tem sua particularidade, no caso do povo Xukuru do Ororubá essa questão do mês de maio, da luta de Xikão, das retomadas, tem sua importância e precisamos abordar isso com nossos alunos, inclusive para entender que o dia 19 de abril não é a única data para lembrar dos índios, existem outras e são marcantes, apesar de ter a convicção que todos os dias devemos lembrar, discutir e evidenciar os povos indígenas. (Márcia Neves de Oliveira Pontes, 40, Prado, Pesqueira – PE.)

As abordagens citadas anteriormente pelos professores entrevistados retratam a realidade das aulas sobre os povos indígenas exclusivamente no território, entretanto aqui falamos principalmente sobre os índios nos espaços urbanos e como criar alternativas de ensino



para fomentar essas relações em sala de aula, as entrevistas com professores evidenciaram situações pertinentes ao conteúdo sobre os povos indígenas e a cidade.

O debate sobre os índios e as cidades é longo e mostra cada vez mais os preconceitos das pessoas contra os povos indígenas no Brasil, e, às vezes, a impressão é que tem piorado. Mas é preciso entender que o lugar do índio não é necessariamente a aldeia, o território, também é a cidade, a urbanização, e isso não faz dele menos índio, a essência transcende a localidade onde o índio está. (Márcia Neves de Oliveira Pontes, 40, Prado, Pesqueira – PE.)

Podemos constatar que normalmente a iniciativa de dialogar sobre os povos indígenas no espaço urbano e sua conseqüente discriminação parte da ação voluntária dos docentes, em ações para além do livro e da prática comum das instituições de ensino em Pesqueira. A mobilização de alguns professores para oferecer ao alunado conteúdos densos e renovadores sobre as práticas socioculturais dos povos indígenas no Nordeste também é analisada pelas escolas do município como “perca de tempo” e “enrolação” do conteúdo, como foi citado por professores em entrevistas.

Para trabalhar a questão indígena em sala de aula é uma luta constante onde falta muita coisa, principalmente capacitação. Nas escolas do município recentemente houve um trabalho para capacitar os professores ao trabalho sobre a cultura indígena e isso facilitou para a abordagem, mas falta boa vontade. Muitos gestores compreendem que o professor que usa dessa temática está “gastando” tempo de aula, sendo que estão necessariamente promovendo mais conhecimento ao aluno por meio de estratégias diferenciadas. (Aluno da Rede Pública de Ensino, Pesqueira - PE).

O discurso é endossado por outros profissionais da educação:

A gente escuta muito pelos corredores da escola, por várias pessoas que quando o professor atua de modo diferenciado em qualquer temática já é visto como um ‘amostrado’, mas a questão é essa, ou a gente faz algo diferente ou ficaremos sempre fadados a mesmice, e cansa, em história cansa demais. E quem é entusiasta da causa indígena precisa urgentemente trabalhar de modo diferenciado, até porque os livros pouco ajudam, então precisamos fazer mais para que o aluno entenda de forma ampla as relações étnico-raciais no Brasil. (Coordenadora de Escola da Rede Privada de Ensino, Pesqueira - PE).

Desde 2018, visando definir um conjunto de aprendizagens essenciais para que todos os alunos desenvolvam ao longo das etapas e modalidades da educação básica no Brasil, balizando a qualidade da educação e estabelecendo um patamar de aprendizagem e desenvolvimento, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possui em seus objetos e habilidades para os anos finais do Ensino Fundamental algumas referências ao estudo do cotidiano dos povos indígenas no Brasil, nos primeiros anos é comum presenciar informações despreocupadas com as peculiaridades dos povos nativos e sua representatividade atual (BNCC,

2018), restando somente ao 9º ano surgir algumas informações relevantes para discutir os índios e o espaço urbano e na atualidade.

Nota-se que a BNCC busca manter os aspectos da europeização da linha do tempo histórica, organizando os conteúdos desde a “Pré-História” até a “Idade Contemporânea”, justifica-se então a causa de ficarem a cargo do 9º ano os conteúdos recentes da história do Brasil e conseqüentemente a participação dos índios no espaço urbano. O principal problema desse método é o longo espaço de tempo sem aprofundar a temática indígena, três anos (6º, 7º e 8º) onde os povos indígenas são pouco comentados e quando são, ficam situados no tempo colonial e de forma primitiva e selvagem.

Em Pesqueira, a aplicação da BNCC é feita de forma gradual nas escolas privadas, os materiais apostilados fornecidos pelos sistemas de ensino mostram relativa preocupação em adequar seus conteúdos à Base Nacional, entretanto a ausência de capacitação, especificamente sobre a temática indígena dificulta consideravelmente a prática dos professores do Ensino Fundamental.

Seria muito bom que os professores pudessem passar por uma situação de capacitação sobre os povos indígenas para que a aplicação em sala de aula fosse facilitada. Às vezes, nos deparamos com materiais que não facilitam a situação e ficamos ilhados no fator comum, tornando as nossas aulas muito limitadas e fazendo com que o aluno se interesse cada vez menos sobre os primeiros povos do nosso país (Professora da Rede Privada de Ensino. Pesqueira – PE).

Também em 2018 foi aprovado o Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental e Médio, adequando as normativas da BNCC às peculiaridades do estado. As escolas públicas e privadas de Pernambuco devem recorrer ao currículo estadual para organizar os conteúdos trabalhados durante o ano letivo e assim padronizando o ensino no estado.

Analisando o documento podemos constatar que há maior amplitude para abordagens sobre os povos indígenas em Pernambuco em diversos momentos da história. Nos “organizadores curriculares” e orientações metodológicas é possível visualizar possibilidades de inserir conteúdos atuais sobre os povos indígenas a partir do 8º ano, inclusive com atividades e trabalhos em grupo.

Notoriamente existe um extenso caminho a percorrer para haver protagonismo dos povos indígenas em sala de aula, mesmo paulatinamente são abertos espaços para discutir suas relações socioculturais. Tais movimentos motivam alunos indígenas da rede pública e privada em Pesqueira - PE ao debate e a representatividade sobre a temática, como alguns relataram em entrevistas.

Quando eu tenho a oportunidade de me pronunciar sobre o povo Xukuru em sala de aula eu sinto a necessidade de falar. Sei que durante muitos anos a nossa voz foi silenciada pela sociedade pesqueirense, e ter essa oportunidade de expressar em locais em que até pouco tempo atrás era exclusivo das chamadas classes dominantes é muito importante. (Aluna da Rede Privada de Ensino. Pesqueira – PE).

Como citado nos capítulos anteriores, há uma parcela de alunos indígenas matriculados em escolas públicas e particulares da cidade de Pesqueira que precisam vivenciar metodologias representativas, sem estereótipos e preconceitos. Alguns alunos inclusive relataram em entrevista como deveriam ser as aulas com o devido e justo protagonismo oferecido aos povos indígenas no Brasil.

Precisamos de tempo de sala de aula para debater sobre os povos indígenas, seria mais fácil entender a história. A gente fica muito limitado ao livro e a necessidade de terminar faz com que debates importantes sejam ignorados, aí a gente fica sem compreender toda a história. É bom debater e dialogar, o professor só falando fica monótono. (Aluno da Rede Privada de Ensino. Pesqueira – PE).

O fato de alguns alunos pertencentes ao povo Xukuru do Ororubá estarem matriculados na rede escolar privada do município de Pesqueira mostra um motivo fundamental para a visibilização dos povos indígenas em sala de aula, a partir do momento que um aluno indígena participa da aula de história, pode instigar outros alunos a compreender melhor a história do povo indígena de sua cidade. A curiosidade do aluno é despertada pela presença do colega indígena e surgem os questionamentos, cabendo o professor desenvolver mecanismos de aprendizagem, uma vez que o suporte dos sistemas de ensino atuais é mínimo.

Com a evidente supressão dos conteúdos da temática indígena no currículo escolar, outras abordagens históricas são ignoradas, nos capítulos anteriores percebemos que os relatos dos moradores do Bairro Xucurus foram fundamentais para entender os vínculos sociais entre os índios e os não-índios, as memórias dos moradores do bairro remeteram a situações que não são encontrados em livros didáticos ou em apostilas, ocorre que a partir do uso da história oral os diálogos sobre o bairro ampliam-se promovendo maior conhecimento sobre os povos indígenas e a urbanização.

Trabalhar a oralidade em sala de aula é um mecanismo importante para além da formalidade dos materiais convencionais (livro, apostila...) permitindo ao aluno o contato estreito e motivador com o conteúdo. Nas aulas de história é possível perceber maior atenção por parte dos educandos quando ocorre o recurso da oralidade, o audiovisual, as músicas, as histórias contadas por personagens históricos despertam a curiosidade dos jovens estudantes.

Professores que tratam em sala de aula a temática indígena apontaram nas entrevistas a viabilidade do trabalho com a história oral em relação aos alunos.

Eu sempre digo que precisamos conversar mais para ensinar mais. Quando falo sobre a oralidade em sala de aula percebo que encontro mais mecanismos de ensino, seja na história dos povos indígenas ou na arte indígena. Enfim, a amplitude de recursos é fantástica pois vamos trabalhar com algo próximo a realidade. Quando conversamos com um Xukuru e ele explica a trajetória do povo chama muito mais a atenção dos alunos do que alguma teoria proposta em livro ou apostila. (Márcia Neves de Oliveira Pontes, 40, Prado, Pesqueira – PE).

Outra professora comentou:

Certa vez uma aluna me fez uma pergunta que intrigou-me consideravelmente: “Tia, quando a senhora fala de preconceito a gente realmente sente que ele existe, as vezes nossa apostila faz isso parecer distante”. Isso me fez refletir sobre a importância do falar, é preciso falar mais, dialogar mais, enriquecer o conhecimento. O aluno precisa ouvir o que o livro limita, principalmente tratando-se dos povos indígenas. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE).

Os resultados são similares quando tratamos da história local, como visto nos capítulos anteriores a história da cidade de Pesqueira é vasta e ainda maior quando tratamos das relações étnico-raciais em relação aos povos indígenas. Urge para as instituições de ensino de Pesqueira a necessidade de promover espaços nas aulas para a abordagem da história local, outro fator que instiga a curiosidade dos alunos.

A história local torna-se aliada inclusive dos alunos indígenas matriculados na rede privada de ensino, em face do minguado conteúdo abordado em sala de aula e a falta de diálogo com os mais velhos do seio familiar que pouco conhecem a história da localidade em que vivem, alguns alunos entrevistados incomodam-se com a falta de informação e de tempo para buscar tais histórias.

A gente se pergunta? E a história da nossa cidade? A história de Pesqueira? Começou em Cimbres, e a gente sabe de mais o que? Parece que não é importante e não vai ser enquanto a gente não conhecer, enquanto a escola não nos diz e o professor não aprofundar. Precisamos conhecer também o local que vivemos para entender os problemas atuais. (Aluno da Rede Pública de Ensino. Pesqueira – PE).

Outro aluno, agora da rede privada de ensino também falou sobre a questão da história local.

Os meninos do 6º ano perguntam muito sobre a história da localidade em que vivem, o professor precisa incentivar pois quando chegam em outras séries essa situação perde importância pela quantidade imensa de conteúdos que temos que absorver para as avaliações e atividades. Trabalhando a localidade ano a ano poderíamos conhecer mais sobre o lugar que moramos. (Aluno da Rede Privada de Ensino. Pesqueira – PE).

Assim, é preciso refletir sobre maneiras dinâmicas para divulgar os conteúdos de história oral e local e democratizar o alcance das falas outrora invisíveis para os alunos da rede pública e privada, as tecnologias aplicadas ao ensino são ferramentas úteis para a resolução da problemática.

No que tange o ensino de história, as TIC's podem ser utilizadas a fim de proporcionar um ensino que dialogue de forma ativa com os estudantes, já que neste campo do conhecimento nota-se a predominância de um ensino tradicional, com base na memorização e na valorização de grandes acontecimentos, dos heróis e datas. Muitos professores neste campo vêem os estudantes como sujeitos passivos, que devem repetir nas avaliações o que lhe foi transmitido. Por vezes, o ensino de história não faz sentido para os discentes, que não percebem o contexto do que estão aprendendo, da sua importância para a compreensão do presente e do ser histórico que todos somos. Sendo assim, as tecnologias quando bem utilizadas podem contribuir com diversas disciplinas e no caso do ensino de história podem ser um potente mecanismo de envolvimento dos discentes. (LEON; SCHNEIDER, 2019, p. 4).

Um dos mecanismos utilizados para viabilizar o acesso às diversas histórias do Bairro “Xucurus” e as relações do povo Xukuru do Ororubá com a localidade é a produção de um registro em formato de “podcast” a ser compartilhado na plataforma de vídeos *You Tube*, assim, o conteúdo pode ser utilizado em sala de aula pelo professor e o aluno tem acesso posterior uma vez que a plataforma mantém o vídeo em divulgação.

#### 4.3 Produto Final: o indígena nos espaços urbanos e a sala de aula: uma proposta pedagógica

Os tópicos anteriores do capítulo retrataram os desafios dos professores em abordar sobre as manifestações socioculturais indígenas em sala de aula, e em alguns casos lançaram mão de propostas didáticas não convencionais para as escolas em que trabalham a fim de inquietar os alunos/as sobre a temática indígena, também foi possível perceber a necessidade urgente de ocorrer a novas práticas compartilhadas entre os docentes viabilizando o ensino e a aprendizagem, para esta dissertação foi pensado em um podcast.

Nos últimos anos, ocorreu significativa mudança na forma como é produzido e distribuído o conteúdo na internet, principalmente pela maneira como as pessoas consomem atualmente os produtos na Web (SOUZA, 2016). A internet tem se tornado companheira assídua dos brasileiros, através de diversas plataformas de conexão (Computador, Smartphone, SmartTV e afins) a população é inserida ao contexto virtual da internet.

A pandemia de COVID-19, ocorrida a partir de 2020 intensificou as relações virtuais entre as pessoas, logo, o acesso à internet passou a ser imprescindível em tempos de quarentena, onde a população precisava obrigatoriamente permanecer em suas residências. A referida

situação sedimentou o uso da internet como meio de entretenimento e informação, através dos jogos, vídeos, séries e podcasts. Em especial aos podcasts, um pesquisador escreveu:

Segundo MOURA & CARVALHO (2006, p. 88) o termo podcast é novo e surgiu em 2004 por Adam Curry (DJ da MTV) e Dave Winer (criador de software), que descreveram a tecnologia como a possibilidade de descarregar conteúdo de áudio nas páginas da web. Assim, criou-se o *podcasting*, tecnologia surgida da soma das palavras iPod (dispositivo de reprodução de áudio/vídeo da Apple) e broadcasting (método de transmissão ou distribuição de dados) que, através de uma subscrição de feed, possibilitava a transmissão e download de arquivos de áudio via web. Para isso, o ouvinte utilizaria de um ‘agregador de podcast’, programa que assina os diversos feeds disponíveis e que, além de avisar sobre o conteúdo disponível, também faria download dos arquivos de áudio para o computador ou dispositivo de reprodução de áudio, como o iPod. (SOUZA, 2016, p. 6).

Ocasionalmente quando acompanhamos algum podcast buscamos alguma informação e de acordo com o estilo proposto, situações que nos mantenham em sintonia com a história e com as expectativas geradas quando começamos a assisti-lo. Ao terminar, fazemos reflexões, breves ou não, sobre o que vimos e em determinados momentos da entrevista e compartilhamos essa experiência, é comum em diálogos informais alguns comentários e temáticas relacionadas a algum assunto discutido em podcast, logo, podemos considerar que os podcasts são meios de interação sendo o tema um elo fundamental para a socialização. No Brasil esse formato de programa é popularizado com agilidade, como aponta um pesquisador:

Os podcasts têm se popularizado no meio digital, principalmente a partir da expansão da banda larga, do acesso cada vez maior de usuários de diferentes contextos sociais à internet, o que possibilitou um número cada vez maior de consumidores dessa mídia como também de produtores. No Brasil, segundo dados da Pnad (Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílios) de 2014 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 95,4 milhões de pessoas acessaram a internet em 2014, número que representa um aumento de 11,4% em relação a 2013. Na mesma pesquisa também evidenciou-se um aumento de 6,4 milhões de pessoas que possuem aparelhos de celular em relação a 2013. Esses dados, analisando-se em uma conjuntura quantitativa, nos levam a perceber que houve um aumento bastante significativo do uso de tecnologias digitais. (SOUZA, 2016, p. 7).

Outro aspecto importante sobre o podcast é a possibilidade de visibilidade e voz ativa a personagens “esquecidos” pela história e não alcançados pelas grandes produtoras de conteúdo digital. Com a democratização do acesso aos recursos audiovisuais através de plataformas de vídeo como o Youtube é possível que uma maior quantidade de pessoas assista e reflita sobre as diversas temáticas dos programas e conhecendo novas e relevantes narrativas. Por mostrar a realidade das pessoas e fomentar a reflexão de quem assiste, para esta dissertação o podcast audiovisual foi escolhido pela necessidade de abordar o passado e o presente do convívio social entre índios e não índios do Bairro “Xucurus” em Pesqueira através das falas

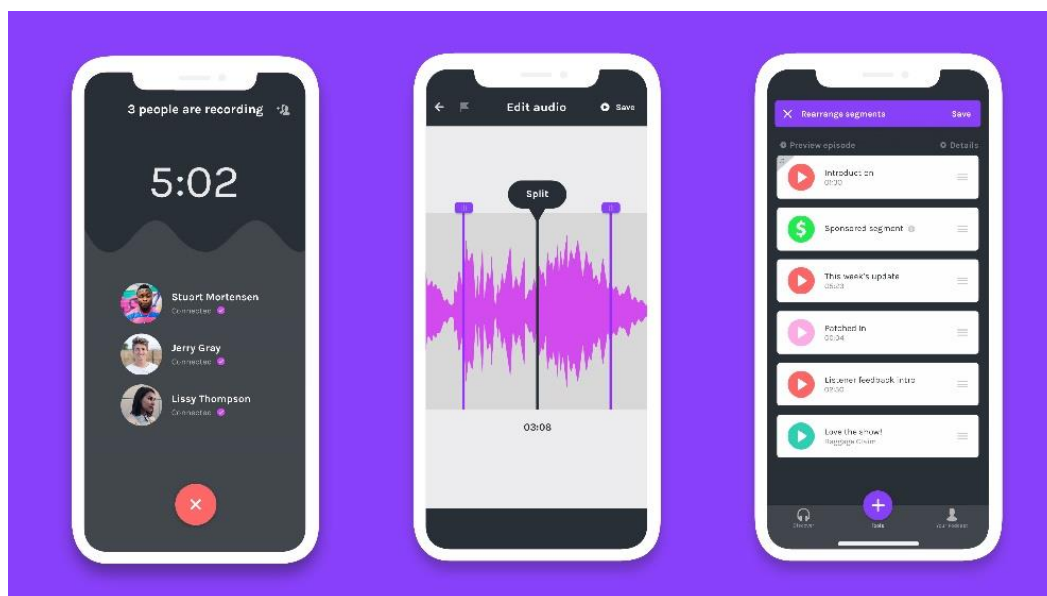
dos moradores do bairro e familiares de ex-trabalhadores das fábricas de Pesqueira, sobretudo a Peixe.

São inúmeras produções audiovisuais produzidas anualmente com grande sucesso de público e algumas trazendo debates pertinentes para a sociedade, principalmente quando referimo-nos às minorias, em relação ao Povo Xukuru do Ororubá o documentário “Xikão Xukuru” com duração de aproximadamente trinta minutos está disponível na plataforma de vídeos Youtube<sup>13</sup>, com relatos de pessoas que conviveram Xikão e compartilham sua história para as futuras gerações.

O roteiro do *podcast* pensado neste trabalho é intitulado “Fala Xucurus” com duração média de 30 a 45 minutos onde serão entrevistadas pessoas de diversas esferas sociais tendo como temáticas principais a história do Bairro “Xucurus” em Pesqueira - PE e a presença indígena nas cidades.

O roteiro do podcast visa a apresentação do tema do programa seguido da apresentação do convidado e finalizando com a entrevista, a ferramenta de edição e produção do podcast será a *Anchor by Spotify*, sistema que permite produzir e publicar arquivos de áudio e é específico para podcasts.

**Figura 27** – Interface do Anchor by Spotify



Fonte: <https://newsroom.spotify.com/2019-06-04/10-anchor-tools-to-help-you-make-a-great-podcast/>. Acesso em: 18. Jul. 2022.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IMCzb0eLY7g>. Acesso em 02/01/2022.

Cada relato dos entrevistados possui uma história de vida singular, inclusive referente a povos oprimidos por uma sociedade segregacionista e reacionária, quando compartilhadas demonstram ao espectador representatividade, como estivesse em frente a um espelho onde são incorporadas importantes emoções, motivando mobilizações e promovendo relevantes mudanças sociais.

A elaboração de um *podcast* sobre o bairro do “Xucurus” busca tratar principalmente sobre o que tradicionalmente é abordado por alguns municípios como a história “oficial” de Pesqueira. Durante décadas presenciamos a marginalização da história dos operários indígenas na cidade acompanhada de uma abordagem heroica dos empresários e latifundiários da agroindústria pesqueira. A história contada pelos “vencedores” normalmente elimina do processo histórico as minorias participantes do mesmo processo, gerando legado onde as gerações futuras escutam a narrativa e estabelecem com a mesma veracidade, assim, o registro audiovisual tem a utilidade de revisitar a história da cidade abordando a história “a contrapelo”.

Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje jazem por terra. A presa, como sempre de costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na bens culturais. Eles terão de contar, no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois o que ele, com seu olhar, abarca como bens culturais atesta, sem exceção, uma proveniência que ele não pode considerar sem horror. Sua existência não se deve ao esforço dos grandes gênios, seus criadores, mas também à corveia dos seus contemporâneos. Nunca há um documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN *apud* LOWY, 2005, p.70).

Através de novos mecanismos como o *podcast* para a compreensão histórica do Povo Xukuru do Ororubá é possível ampliar o pensamento acerca das mobilizações do povo e as adversidades ocorridas ao longo de sua história. Fundamental repensar o cotidiano de pessoas que durante anos foram vistas de forma marginalizada, silvícola, aculturada e pouco intelectualizada, transmitir os diálogos sobre os Xukuru do Ororubá não somente nas salas de aula, mas em todos os lugares possíveis buscando consolidar o protagonismo indígena na sociedade brasileira.

Nas escolas pesquisadas percebemos que as abordagens por meio de audiovisual nas aulas de história demandam cuidado e entendimento sobre a temática para não parecer mero complemento de tempo de aula, passando a falsa impressão do professor que deixa passar o tempo com a exibição de qualquer película, professores comentaram sobre essa preocupação nas entrevistas:



Tem quem acredite que a exibição de um filme em sala de aula é um modo do professor “enrolar”, “ganhar tempo” e “trabalhar menos”. Eu acredito que o filme quando bem trabalhado e previamente explicado com vínculo ao conteúdo proposto em sala de aula pode contribuir e muito para a aula, afinal é um modo diferenciado e atrativo para gerar reflexões sobre o tema abordado, normalmente uso nas aulas de história e funciona bem. (Ana Cristina dos Santos, 37, Centro, Pesqueira – PE.)

Importante considerar que as falas dos professores não refutam a ideia da exibição de programas de entrevistas durante as aulas de história, e sim ressaltam a necessidade fundamental de haver uma abordagem prévia e contextualização do que será exibido, como no conceito de sala de aula invertida, onde o aluno tem autonomia de “desbravar” o conteúdo inicialmente e o professor é o intermediador do trabalho, o aluno assiste, questiona e a aula parte desse princípio (BERBEL, 2011). Neste caso é preciso capacitação e entendimento sobre a temática. Em relação aos alunos da rede privada e pública de Pesqueira notamos interesse no conteúdo trabalhado com registro virtual por ser uma abordagem diferente da convencional aula explanatória com informações pouco trabalhadas em sala de aula. Torna-se um atrativo para os alunos e movimenta debates ao final da exibição.

Na opinião de alunos Xukuru do Ororubá na rede privada de ensino a exibição de registros audiovisuais sobre o cotidiano do povo indígena é imprescindível, pois gera representatividade para os estudantes permitindo um lugar de fala apropriado para os povos indígenas. Alguns relatos mostraram que os alunos Xukuru sentem a ausência dos debates sobre os povos indígenas, sendo suprimida pela exibição do *podcast* evidenciando as constantes mobilizações do povo.

A gente percebe que tudo o que está na moda acaba chamando a atenção da gente, do jovem. Então eu acredito que o *podcast* é importante pois vai chamar a atenção do público dos alunos e mostrar cada vez mais o nosso povo, nossa cultura, nossas manifestações. Algumas pessoas nem sabem o que é a assembléia Xukuru, o bairro do Xucurus e com certeza vão ficar sabendo. (Aluna da Rede Privada de Ensino. Pesqueira – PE).

Outro aluno comentou sobre a importância da exibição de recursos audiovisuais na sala de aula.

Na sala de aula muitos alunos falam que o professor que passa algo no datashow não sabe explicar e usa o datashow para passar o tempo, tem professor que é assim, mas tem aquele que explica, que fala e que depois comenta com a gente, aí se a gente não fica ligado não entende, por isso o filme ajuda muito na aula, principalmente de história. (Aluno da Rede Pública de Ensino. Pesqueira – PE).

Percebemos que a exibição do *podcast* é positiva para todos os atores em sala de aula, de acordo com a coordenação pedagógica de escola da rede privada de Pesqueira é uma maneira

de “abrir horizontes” em relação ao trabalho exclusivo com o livro didático e apostilado, toda situação transcendente ao livro didático é visto de forma positiva, mesmo quebrando paradigmas tradicionais da cidade, e permite ao aluno maior esclarecimento sobre temáticas e narrativas do lugar onde o aluno reside.

O *podcast* na sala de aula é interessante pois dependendo do tema fica mais fácil de entender, então, quando a gente assiste os personagens dão uma nova forma da gente ver o conteúdo, inclusive facilita para conversar sobre o conteúdo da aula depois e participar mais do que o professor está falando naquele momento, no caso do aluno que é do povo indígena se tivesse algo assim a gente seria melhor representado e o debate seria maior. (Coordenadora de escola da rede privada de ensino. Pesqueira – PE).

Outro coordenador também comentou sobre a exibição de registros audiovisuais nas aulas de história:

Os registros de som e vídeo são importantes demais. Compreendo que sem eles perdemos uma alternativa fundamental para desenvolver o ensino e a aprendizagem dos alunos. Nossa maior preocupação com o ensino atualmente está em criar novos mecanismos para viabilizar o acesso do aluno aos conteúdos, se o datashow, os slides e os vídeos podem nos ajudar nesse propósito, por que não abraçá-los? (Coordenador de escola da rede privada de ensino. Pesqueira – PE).

A exibição do *podcast* tem como objetivo promover ao aluno maior conhecimento sobre o povo Xukuru do Ororubá e suas relações nos espaços urbanos, percebendo o espaço do índio nas cidades e demonstrando veementemente a identidade indígena em múltiplos lugares, refutando a ideia da localização exclusiva do índio nas aldeias e territórios indígenas.

A ideia da produção do *podcast* surgiu da necessidade primordial de dinamizar a comunicação entre o aluno e as narrativas dos entrevistados para a produção da dissertação, são falas que em outras circunstâncias provavelmente não seriam acompanhadas pelos alunos, principalmente os da rede privada de ensino, figuras importantes para o entendimento das relações no bairro “Xucurus” estariam fadadas ao insucesso de não propagar o cotidiano bairro e sua história relacionada ao período das fábricas de doce na cidade, das espoliações de terras indígenas na Serra do Ororubá e o processo de retomada do território.

Outro fator importante é a representatividade do *podcast* para professores Xukuru do Ororubá que lecionam nas redes pública e privada em Pesqueira, a alternativa de disseminar a mensagem do Povo Xukuru do Ororubá por meio virtual é animador para os professores Xukuru conseguindo utilizar do seu conhecimento prévio e das falas dos entrevistados para mostrar aos alunos que a vida dos integrantes dos povos indígenas não está relacionada diretamente às

aldeias, existindo lugares outros para a resistência e visibilidade indígena, como os espaços urbanos.

A visibilidade do povo Xukuru precisa ocupar diversos espaços, é imprescindível que comentemos cada vez mais sobre o nosso povo, iniciativas como pesquisas, livros, artigos e filmes são fundamentais, não somente o desenvolvimento como a publicação e a ampla divulgação pela internet e na sala de aula fazendo com que o aluno possa refletir sobre o povo Xukuru e que haja cada vez menos preconceito na sociedade pesqueiraense. (Andréa Luciane Galvão de Siqueira, 46, Centro, Pesqueira – PE).

Outra professora do povo Xukuru do Ororubá também comentou sobre a importância da divulgação de registros na internet sobre a história do povo indígena.

Como professora e integrante do povo Xukuru do Ororubá eu me sinto extremamente representada em qualquer ação que legitime a luta do povo e sua visibilidade, abordar esse tema nas aulas muito me agrada e poder compartilhar informações pelas redes de internet é um grande facilitador. Sabemos que a disseminação dessas informações nas escolas da rede privada é um processo difícil, entretanto quanto maior for o fomento, maior é a probabilidade de abranger os alunos também da rede privada. (Márcia Neves de Oliveira Pontes, 40, Prado, Pesqueira – PE).

Apesar da prioridade da exibição do *podcast* ser na rede pública e privada do município de Pesqueira, o produto será divulgado na plataforma de vídeos *Youtube* onde outros alunos e docentes poderão acompanhar a fim de democratizar o acesso ao programa de entrevistas e compreender a relevância que ele propõe para os tempos atuais.

Com relação à sequência didática, é importante que a exibição do *podcast* seja após uma explicação prévia do professor, tecendo comentários sobre todas as mobilizações do povo Xukuru do Ororubá na luta pela terra, pelo emprego e pela possibilidade de residir no ponto da cidade que for apropriado. O mesmo debate deve ser promovido após a exibição do programa para coletar reflexões e arguições dos alunos, cabe ao professor esclarecimento e capacitação para conseguir sanar as dúvidas dos educandos.

É recomendável após os debates e a exibição do *podcast* que o professor promova uma atividade para ser socializada posteriormente levantando questionamentos relevantes para que o aluno compreenda a importância dos povos indígenas no país e não mais como o povo marginalizado de outrora. Importante considerar que as atividades devem atender a complexidade relacionada à série do aluno e as reflexões de modo a não estereotipar os relatos dos entrevistados no documentário.

A ideia de um *podcast* é fascinante. Entretanto devemos sempre compreender a necessidade de abordar o tema com profundidade, uma vez que o programa por si pode parecer um mecanismo raso se não for parte de um projeto de conteúdos que promova a inquietação e consequente debate em sala de aula, inclusive como mecanismo de interdisciplinaridade, transbordando a disciplina de história para as outras do currículo. (Ana Cristina dos Santos, 37, Centro, Pesqueira – PE).

Em relação aos resultados, é esperado que o aluno reflita de forma autônoma sobre as relações étnico-raciais no Brasil, compreendendo a necessidade fundamental do estudo sobre os povos indígenas no passado, as mobilizações e os reflexos nos dias atuais, combatendo o preconceito na sociedade através de um discurso que pode ser divulgado pelos alunos para as pessoas que desconhecem a temática indígena.

O trabalho e o produto propostos não se tratam necessariamente de um fim pedagógico e sim um meio para estudantes compreenderem e respeitar as manifestações socioculturais dos povos indígenas e que outros pesquisadores possam ser motivados a escrever sobre o cotidiano indígena, sobretudo o povo Xukuru do Ororubá, pois é preciso avançar para que a visibilidade indígena no Brasil supere as narrativas negacionistas e preconceituosas que historicamente povoam o pensamento do povo brasileiro.

O trabalho com o *podcast* vai apresentar introdução, desenvolvimento e conclusão ao tema, podendo ser ouvido em qualquer local, sem necessariamente estar com a visão fixa ao produto. O mesmo é um meio para interações, discussões e reflexões, pois pode ser baixado e enviado para socializações no ensino e aprendizagem nas escolas da rede privada e pública de ensino. Ao ouvir *podcast* os estudantes farão análises a partir do conteúdo, assim como, observações sobre os personagens, as ações e o tempo cronológico sobre História do Bairro “Xucurus”.

Portanto, o *podcast* somará no ensino privado, tornando-se um paradigma a mais para ser vivenciado no ensino de História nas escolas da cidade, com visibilidade para as narrativas dos moradores no Bairro “Xucurus”, a presença dos indígenas na fábrica Peixe, assim como, os discentes indígenas matriculados na rede de ensino privada e pública poderão, relatar, os protagonismos e dos Xukuru do Ororubá, a partir da Lei nº 11.645/2008 que tornou obrigatório o ensino da história e culturas indígenas na Educação Básica nas escolas, no Brasil para ser vivenciada no componente curricular de História.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar esse estudo possibilitou contribuir para a necessária abordagem das memórias e História sobre o Bairro “Xucurus” em Pesqueira-PE na Educação básica na rede particular e pública nas práticas pedagógicas dos docentes a partir do currículo. Acreditamos que a partir desse estudo mudanças surgirão no ensino de História no campo do reconhecimento do Bairro “Xucurus”, uma vez que haverá subsídios para o Ensino de História do Município Pesqueira-PE. Nesse estudo realizado entrevistamos moradores no bairro “Xucurus” que compartilharam suas memórias. Essas memórias devem repercutir na necessidade de sempre se pensar a importância de ser vivenciadas na educação, uma vez que há a presença de estudantes indígenas na rede particular e pública de ensino. Propiciar aquisições da presença dos indígenas no bairro e nas fábricas de doces em Pesqueira/PE. Discutindo as motivações para os Xukuru do Ororubá residirem no respectivo bairro. Perceber a importância desse lugar para a história da cidade. Ressaltando os protagonismos indígenas e a impoção para o ensino na formação de estudantes críticos e conhecedores da História.

O reconhecimento das memórias e a História sobre o Bairro “Xucurus” em Pesqueira-PE se mostrou neste estudo importante para percebermos as trajetórias dos indígenas na cidade Pesqueira e para o ensino. Nesse sentido, a escola considerada a estrutura de poder político-educacional que deve contribuir para formação humana. A instituição escolar com o corpo docente e os discentes com a função de refletir a práxis pedagógica para incluir o Bairro “Xucurus” no currículo escolar.

Esse estudo apresentou subsídios para o ensino de história do município porque são base para pensar e conduzir a História e Memórias sobre o Bairro “Xucurus” em Pesqueira-PE na educação no ensino de História, porque não se encontram fixado no elemento discursivo da política pública educacional por si só, mas, sim, na essência dos indígenas Xukuru, em especial na comunidade do bairro “Xucurus”. Culminando na prática pedagógica e curricular a partir da Lei 11.645.08. Foi observado durante esse estudo a complexidade no que concerne ao reconhecimento identitário dos indígenas Xukuru do Ororubá na cidade, habitantes no bairro ao sopé da Serra do Ororubá. Ocorrendo falta de (re)conhecimento de grande parte da população na cidade de Pesqueira, com os indígenas ainda enfrentando o racismo e a discriminação. Outrora o racismo foi maior, pois os Xukuru do Ororubá escondiam a identidade.

O processo de (re)conhecimento das diferenças socioculturais, também é função da escola e para ser constante deve se traduzir em documentos como o Projeto Político Pedagógico e o currículo da escola por ser este o grande elemento corporificando a história dos indígenas em Pesqueira-PE. O currículo possibilita mudanças de atitudes e ação, com sentidos para práticas pedagógicas vivenciadas na escola incorporar conteúdos como as memórias e a História dos indígenas na cidade de Pesqueira, a partir da Lei nº 11.645/2008.

A história e memórias sobre o Bairro “Xucurus” em Pesqueira-PE precisa ser a base do currículo e das práticas dos professor/as no cotidiano da escola, e isso de certa forma ocorre de maneira insuficiente. E para atender as insuficiências precisamos: (1) proporcionar uma política de formação continuada de professoras(es) na perspectiva da presença dos indígenas Xukuru do Ororubá na História de Pesqueira; (2) Insuficiência da presença de professor/as indígenas nas escolas; (3) um currículo seja pensado pelos docentes e a escola, para atender às necessidades que se fazem importantes para o (re)conhecimento identitário, os protagonismos e o sentimento de pertença de estudantes indígenas ao povo Xukuru da Serra do Ororubá em Pesqueira/PE.

Acreditamos que esse estudo apresentou discussões teórica e metodológica que se interligaram no decorrer da realização com uma trajetória do direito primada na Lei nº 11.645/2008. Como contribuição do autor, mestrando no PROFHISTORIA/UFPE enquanto sujeito docente atuando no ensino público e privado em Pesqueira, preocupado em subsídios para o Ensino de História do Município. Nesse sentido, a pesquisa buscou discutir e apontar possibilidades, a partir das narrativas/entrevistas dos participantes no presente estudo, sobre as memórias dos indígenas habitantes no Bairro “Xucurus”. Dialogando com contribuições dos teóricos, pesquisadores sobre educação, currículo, identidade e a história indígena Xukuru do Ororubá, para pensar o ensino da temática indígena na Educação Básica, na rede particular e pública em Pesqueira.

Os apontamento apresentados para o ensino são em uma perspectiva interdisciplinar para ser discutido nas aulas de História. E, para ocorre, propomos como produto final a produção de um *podcast* para as aulas de História, de acordo com os documentos da escola e o currículo. O *podcast* traduzirá como vivenciar a temática indígena na escola e como essa educação escolar tem a possibilidade de se relacionar profundamente a história do município e em específico a do Bairro “Xucurus” a partir da Lei nº 11.645/2008 em Pesqueira/PE.

A pesquisa motiva reflexões sobre como as memórias e a História do Bairro “Xucurus” em Pesqueira-PE, precisam ser vivenciada na Educação Básica. No entanto, faz-se necessário a disseminação do produto final nas redes sociais para as mudanças ocorrerem, (re)conhecendo os indígenas Xukuru do Ororubá, a importância dos indígenas na história municipal, os significados dos indígenas na cidade para o ensino de História, a partir da Lei 11.645/08 no Município de Pesqueira/PE.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. **O Império do Divino. Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. **Diretório Dos Índios - Um Projeto de 'Civilização' No Brasil Do Século XVIII**. Brasília, UNB, 1997.
- AMORIM, Fabio Lima. **Uma cidade germanófila em trinta: o integralismo em Pesqueira (1934-1939)**. Dissertação (Mestrado em História) Recife, UFPE, 2002.
- BERBEL, N. A. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, 32, 25-40. 2011.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL, 1996.
- BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BONIN, Iara Tatiana. Povos indígenas na rede das temáticas escolares: o que isso nos ensina sobre identidades, diferenças e diversidade? **Revista Currículo sem fronteiras**, v.10, n.1, p.73-83, Jan./Jun. 2010.
- BOUFLEUER, J. P. Inserção social como quesito de avaliação da pós-graduação. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 371-382, maio/ago., 2009.
- BOUTON, Christophe. **Responsabilidade pelo passado: Lançando luz no debate sobre o "dever de memória" na França**. Revista Expedições, p. 271 – 283, 2016.
- CARDOSO, Oldimar Pontes. **A Didática da História e o slogan da formação de cidadãos**. São Paulo, SP: USP, 2007. 249 p.
- CARMAGNANI, Ana Maria G. Ensino apostilado e a venda de novas ilusões. In: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria(Org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira**. São Paulo: Pontes, 1999. p.45-55.
- CARVALHO, Solange Carlos de. **A língua e o fortalecimento da identidade étnica dos Xukuru da Serra do Ororubá em busca do sentido do ser**. UFPE. Recife, 2018.



- CAVALCANTI, Bartolomeu. **No tacho, o ponto desandou: História de Pesqueira de 1930 a 1950.** Recife, Baraúna, 2007.
- CUNHA, Leonardo Campos Mendes. **Toré da aldeia para a cidade: música e territorialidade indígena na Grande Salvador.** UFBA. Salvador. 2008.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos Índios no Brasil.** 2. ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1992.
- CHIZZOTTI, A. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: Ivani Fazenda (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- FIALHO, Vânia. **As fronteiras do ser Xukuru: estratégias e conflitos de um grupo indígena no Nordeste.** UFPE. Recife, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- GALINDO, Givanildo Paes. **Reminiscências de um Pequeno Mundo.** Pesqueira: Edição do Autor, Pesqueira, 1996.
- GARRIDO, E. **A técnica close e a compreensão da leitura: Investigação em textos de estudos sociais para a 6ª série.** Dissertação de Mestrado, USP. São Paulo, 1979.
- GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. **Tempo.** 2007, vol.12, n.23, p. 23-38.
- GOMES, Ivone Maria dos Santos; SILVA, Maria da Penha. Narrativas indígenas sobre os bairros “Xucurus” e “Caixa D’ água” em Pesqueira/PE: Sugestões para efetivação da Lei nº 11.645/2008. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica,** Recife, v. 2, p. 140 – 161, 2016
- GOMES, Ivone Maria dos Santos. **Indígenas Xukuru trabalhadores na agroindústria em Pesqueira/PE: memórias, cotidiano e História.** Maceió, AL: Editora Olyver, 2020
- IBASP. **O problema da terra e as violências praticadas contra os povos indígenas em Pernambuco.** Recife. 1991.
- IBGE. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEON, Adriana Duarte. SCHNEIDER, Simone Weber Cardoso. A utilização das TIC's no ensino de história. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. Rio Grande do Sul, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LEITÃO, Débora K. GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: Perambulações, acompanhamentos e imersões. **Revista Antropolítica**, n. 42, Niterói, p.41-65, 1. sem. 2017.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses 'Sobre o conceito de História'. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACIEL, José de A. **Pesqueira e o Antigo Termo de Cimbres**. Recife, CEHM, 1980, (Obras Completas vol.1).

MEDEIROS, Ricardo Pinto. **Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América Portuguesa**. In: Oliveira, João Pacheco de (Org.). A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

MELO, Constantino José Bezerra de. **O ritual sagrado: a religião indígena do povo Xukuru do Ororubá**(Pesqueira e Poção/PE. [recurso digital] Maceió, AL: Editora Olyver, 2020.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2022.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Adauto. (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999, p. 237-249.

OLIVEIRA, Kelly. E. de. **Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru**. Recife, UFPE, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

PEREIRA, N. M. O que se faz em uma aula de História? Pensar sobre a colonialidade do tempo. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 45, p. 16-35, set./dez.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 2(3), p. 3-15. 1989.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira**. São Paulo. LeYa, 2016 (volume 1).

RIBEIRO, Erika Minas. **História Oral e história do funk na escola**. UFF. Niterói. 2018.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Alexandre Pereira. POLIDORI, Maurício Couto. PERES, Otávio Martins. SARAIVA, Marcus Vinícius. O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2017.

SETTE, Hilton. **Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais**. Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956.

SILVA, Edson. Os índios e a civilização ou a civilização dos índios? Discutindo conceitos, concepções e lugares na História. **Boletim do Tempo Presente**, nº 10, 2015, p. 1-12.

SILVA, Edson. Povos indígenas e ensino de História: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula. **História e ensino**. Londrina, p. 45-62, 2002.

SILVA, Edson Hely. **Xukuru: memórias e História dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Campinas, UNICAMP, 2008.

SILVA, Edson Hely. **Xukuru: memórias e História dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. 2. ed. Recife, UFPE, 2017.

SILVA, Edson. Dia do índio: entre a “tribo curunais” e a “tribo carochinha”: a continuidade da folclorização da temática indígena na escola. **Revista Construir Notícias**. Recife, 2013.

SILVA, Maria da Penha da. Vozes indígenas Xukuru do Ororubá sobre a aplicação da Lei nº 11.648/2008 nas escolas municipais em Pesqueira-PE. **Revista Ensino Interdisciplinar**, v. 3, nº. 08. UERN, Mossoró, RN. 2017, p. 289-308.

SILVA, Maria da Penha da. Para além do dia 19 de abril: a temática indígena na escola, entre limites e possibilidades. **Métis: História & Cultura**. v. 17, n. 33, p. 81-102, jan./jun. 2018.

SILVEIRA, Thais Elisa da. **Identidades in(visíveis): indígenas em contexto urbano e o ensino de história na região metropolitana do Rio de Janeiro**. UERJ, São Gonçalo, 2016.

SOAVE, Fernando Merloto. Índios e cidade: quando a igualdade descaracteriza. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, n. 49, p. 49-78. 2017.

SOCHACZEWSKI, Suzanna. O proletariado, a esperança e o sonho de uma vida boa. **Estud. Avançados**. São Paulo, v. 26, n. 75, p. 281-288, Aug. 2012.

SOUZA, Almir Antônio de. A Lei de Terras no Brasil e os índios no planalto meridional: A luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá. **Revista Brasileira de História**, vol. 35, n. 70, p 109-130. 2015.

SOUZA, Raone Ferreira de. **Usos e possibilidade do *podcast* no ensino de História**. PROFHISTORIA. UFRJ: Rio de Janeiro, 2016.

WILSON, Luís. **Ararobá lendária e eterna** (notas para a História de Pesqueira). Pesqueira: Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1980.

ZANCHETTA, Luciene. **Projeto sócio-político salva o povo xucuru da extinção e é premiado pela Fundação Ford**. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n3/a06v57n3.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

**APÊNDICE A - ENTREVISTAS**

- A. Aluna da rede privada de ensino**, Pesqueira/PE - Entrevista realizada em 01/09/2020 no Bairro Centro em Pesqueira/PE.
- B. Aluno da Rede Pública de Ensino**, Pesqueira – PE - Entrevista realizada em 15/02/2021, no Bairro do Centro em Pesqueira/PE.
- C. Aluno da Rede Privada de Ensino**, Pesqueira – PE - Entrevista realizada em 10/02/2021, no Bairro do Centro em Pesqueira/PE.
- D. Ana Cristina dos Santos**, 37, Centro, Pesqueira – PE - Entrevista realizada em 19/10/2020, no Bairro do Centro em Pesqueira/PE.
- E. Andrea Luciane de Siqueira Galvão**, 46, Centro, Pesqueira – PE - Entrevista realizada em 13/10/2020, no Bairro do Centro em Pesqueira/PE.
- F. Coordenador de Escola Privada**, Pesqueira - PE. - Entrevista realizada em 01/02/2021, no Bairro do Prado em Pesqueira/PE.
- G. Coordenadora de Escola Privada**, Pesqueira - PE. - Entrevista realizada em 26/01/2021, no Bairro do Centro em Pesqueira/PE.
- H. Edna Maria Laurentino dos Santos**, 56, Pesqueira-PE - Entrevista realizada em 26/05/2020, no Bairro Centro em Pesqueira/PE.
- I. Erasmo Arcoverde**, 44, Aldeia Caetano - Entrevista realizada em 13/10/2020, no Bairro do Centro em Pesqueira/PE.
- J. Geovane Rufino**, 25, Baixa Grande, Pesqueira – PE - Entrevista realizada em 21/10/2020 no Bairro “Xucurus” em Pesqueira/PE.
- K. Inácio Amorim “de Lió”**, 76, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE - Entrevista realizada em 12/08/2020 no Bairro “Xucurus” em Pesqueira/PE.
- L. José Karl Mirko Galvão Leite**, 56, Bairro “Xucurus”, Pesqueira – PE - Entrevista realizada em 15/10/2020, no Bairro “Xucurus” em Pesqueira/PE.
- M. Márcia Neves de Oliveira Pontes**, 40, Prado, Pesqueira – PE - Entrevista realizada em 10/01/2021, no Bairro do Prado em Pesqueira/PE.
- N. Professor da Rede Privada de Ensino**, Pesqueira – PE - Entrevista realizada em 20/01/2021, no Bairro do Eucalipto em Pesqueira/PE.
- O. Professora da Rede Privada de Ensino**, Pesqueira - PE - Entrevista realizada em 22/01/2021, no Bairro do Prado em Pesqueira/PE.

- P. Valentina**, aluna do 3º ano do Ensino Médio, Pesqueira-PE - Entrevista realizada em 01/09/2020 no Bairro Centro em Pesqueira/PE.
- Q. Seu Neco**, 73, Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE - Entrevista realizada em 12/08/2020, no Bairro “Xucurus” em Pesqueira/PE.

**ANEXO A – TÍTULO DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO**

**PROJETO PARA  
ORGANIZAÇÃO E  
PRODUÇÃO DE PODCAST**

## ANEXO B – O QUE É UM PODCAST?

### O QUE É UM PODCAST?



- ▶ Segundo a coluna "TILT" do portal de notícias UOL (Acesso em 19/09/2022):
- ▶ De maneira muito simples, podcast é um programa de áudio que fica disponível em dispositivos com acesso à internet. A palavra é uma junção de iPod (dispositivo de áudio da Apple) e broadcast (que é a distribuição de conteúdo de rádio ou TV).



## ANEXO C – EXEMPLOS DE PODCASTS SOBRE HISTÓRIA



# EXEMPLOS DE PODCASTS SOBRE HISTÓRIA



**História em Meia Hora**  
Educação em Meia Hora

Todos os episódios

Sobre



**Aventuras na História**  
Editora Perfil

Todos os episódios

Sobre

HISTÓRIA EM MEIA HORA  
Divulgado no Youtube e Spotify

AVENTURAS NA HISTÓRIA  
Divulgado no Spotify

## ANEXO D – OBJETIVOS DO PODCAST

### OBJETIVOS DO PODCAST SOBRE HISTÓRIA DOS BAIROS E POVOS INDÍGENAS



- ▶ Discutir sobre os povos indígenas nos espaços urbanos com base no Bairro “Xucurus” em Pesqueira – PE;
- ▶ Destacar o protagonismo dos povos indígenas por meio das redes sociais e das plataformas audiovisuais;
- ▶ Promover novas possibilidades de aprendizado em sala de aula sobre os povos indígenas no Brasil.

## ANEXO E – SUGESTÃO DE IDENTIDADE VISUAL

### SUGESTÃO DE IDENTIDADE VISUAL



▶ PODCAST SOBRE O BAIRRO "XUCURUS"



## ANEXO F – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

### PERFIL DOS ENTREVISTADOS



- ▶ ANTIGOS MORADORES DO BAIRRO "XUCURUS" EM PESQUEIRA;
- ▶ COMERCIANTES DO BAIRRO "XUCURUS";
- ▶ PROFESSORES E PESQUISADORES SOBRE POVOS INDÍGENAS E HISTÓRIA;
- ▶ LIDERANÇAS INDÍGENAS MORADORAS DO BAIRRO.

## ANEXO G – SOFTWARES E PLATAFORMAS DE EDIÇÃO

**SUGESTÃO DE SOFTWARES E PLATAFORMAS DE EDIÇÃO**

**Anchor**  
by Spotify

**Vegas Pro**

ANCHOR BY SPOTIFY  
Aplicativo editor de áudio para podcasts

VEGAS PRO  
Software de edição de vídeos

The graphic features a dark teal background. At the top left, the title 'SUGESTÃO DE SOFTWARES E PLATAFORMAS DE EDIÇÃO' is written in white, bold, uppercase letters. In the top right corner, there is a small orange square with a white letter 'H' inside. Below the title, two software logos are presented side-by-side. On the left is the Anchor logo, which consists of a white waveform icon followed by the word 'Anchor' in white and 'by Spotify' in a smaller font below it. On the right is the Vegas Pro logo, featuring a white 'V' inside a square frame above the text 'Vegas Pro' in white. Below each logo is a red rounded rectangle containing the software's name in white uppercase letters and its function in white lowercase letters.

## ANEXO H – PLATAFORMAS DE PUBLICAÇÃO



**ANEXO I – EXEMPLO DE ROTEIRO DE PODCAST****EXEMPLO DE ROTEIRO DE PODCAST****▶ DURAÇÃO MÉDIA DO PODCAST:**

- ▶ Entre 30 e 45 minutos.

**▶ TEMA PROPOSTO:**

- ▶ História do Bairro “Xucurus” em Pesqueira-PE e a presença indígena nos espaços urbanos.

**▶ MEDIAÇÃO:**

- ▶ Pode ser feita por um professor ou por alunos com orientação de um professor.

**ANEXO J – ROTEIRO DE PODCAST (CONTINUAÇÃO)****EXEMPLO DE ROTEIRO DE PODCAST****▶ APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA:**

- ▶ Vinheta de abertura com trilha sonora;
- ▶ Saudação inicial do apresentador;
- ▶ Apresentação do tema proposto e sua relevância;
- ▶ Apresentação e saudação ao convidado.

**▶ DESENVOLVIMENTO DA ENTREVISTA:**

- ▶ Série de perguntas que promovam diálogo entre entrevistado e mediador;
- ▶ Comentários do mediador a pergunta proposta;
- ▶ Os diálogos precisam aguçar o interesse do expectador, logo, as perguntas não podem direcionar respostas como “sim” ou “não”;
- ▶ Considerações finais do entrevistado e do mediador.



**ANEXO K – MODELO DE PERGUNTAS PARA UM PROGRAMA**

## MODELO DE PERGUNTAS PARA UM PROGRAMA



- ▶ **Em uma hipotética entrevista sobre o Bairro “Xucurus” em Pesqueira-PE:**
  - ▶ Há quanto tempo mora no bairro?
  - ▶ Porque veio morar no bairro?
  - ▶ Como vive e trabalha?
  - ▶ Quais as principais mudanças que ocorreram no bairro desde sua chegada?
  - ▶ Como eram as condições de vida das pessoas que moravam no bairro e comparando com a atualidade?

**ANEXO L – MODELO DE PERGUNTAS PARA UM PROGRAMA**

## MODELO DE PERGUNTAS PARA UM PROGRAMA



- ▶ **Em uma hipotética entrevista sobre o Bairro “Xucurus” em Pesqueira-PE:**
  - ▶ Tem parentes na Serra do Ororubá? Quais e onde moram?
  - ▶ Visita a Serra com frequência e participa dos rituais? Porquê?
  - ▶ Participou ou conhece alguma história do processo de retomada de terras?
  - ▶ Conheceu o Cacique Xicão? O que acha da atuação dele?
  - ▶ Conhece outras lideranças? Quais?

## ANEXO M – ROTEIRO PARA UTILIZAÇÃO EM SALA DE AULA

### ROTEIRO PARA UTILIZAÇÃO EM SALA DE AULA



- ▶ **PRIMEIRO MOMENTO**
  - ▶ Comentar com os alunos se eles tem algum conhecimento prévio sobre os índios nos espaços urbanos;
  
- ▶ **SEGUNDO MOMENTO**
  - ▶ Explicar a temática do podcast, sua relevância e promover a exibição do programa;
  
- ▶ **TERCEIRO MOMENTO**
  - ▶ Espaço para os alunos debaterem e compararem suas impressões antes e depois da exibição do podcast;

**ANEXO N – ROTEIRO PARA UTILIZAÇÃO EM SALA DE AULA (CONTINUAÇÃO)**

## ROTEIRO PARA UTILIZAÇÃO EM SALA DE AULA



▶ **QUARTO MOMENTO**

- ▶ Evidenciar aos alunos a importância de ouvir as pessoas sobre suas histórias para podermos compreender e respeitar determinado grupo social;

▶ **QUINTO MOMENTO**

- ▶ Orientar a atividade prática;

▶ **SEXTO MOMENTO**

- ▶ Culminância da atividade com exibição da produção feita pelos alunos.

**ANEXO O – EXEMPLO DE ATIVIDADE****EXEMPLO DE ATIVIDADE**

- ▶ **ENTREVISTA NA PRÁTICA (2 ou 4 aulas)**
  - ▶ Dividir a turma em diversos grupos com 4 ou 5 integrantes;
  - ▶ Solicitar que eles desenvolvam o roteiro de uma pequena entrevista;
  - ▶ Os alunos deverão entrevistar alguma pessoa do bairro onde mora, ou da comunidade escolar;
  - ▶ Os alunos deverão pensar o roteiro, quantidade de perguntas, texto e edição;
  - ▶ Os programas podem ser exibidos em sala de aula ou para a escola como parte de projeto pedagógico.

## ANEXO P – RESULTADOS ESPERADOS

### RESULTADOS ESPERADOS



- ▶ Ao final da atividade é esperado que o aluno compreenda a necessidade de respeitar e promover o protagonismo aos povos nativos do Brasil, bem como a qualquer outra parte da sociedade;
- ▶ Busca no aluno melhora na comunicação e desenvoltura, a entrevista capitaneada pelo aluno condiciona o educando ao conhecimento de novas palavras e argumentos;
- ▶ Utiliza das TIC's para ampliar a forma do aluno entender o espaço de sala de aula, como mais um local onde ele pode aplicar conhecimentos sobre informática, edição de vídeos e exibição por meio da tecnologia.